



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 8ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 31 DE MARÇO DE 2026

ATA Nº. 9 / 2026

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
- 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.2. APROVAÇÃO DE ATA
- 3.2.1. ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS – ATA NÚMERO SEIS, DE DOIS MIL E VINTE E SEIS
- 3.2.1.1. VOTAÇÃO
- 3.3. MOÇÃO – “NA SEQUÊNCIA DA ACUSAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO RELATIVA A DESPESAS EM REFEIÇÕES COM DINHEIROS PÚBLICOS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA
- 3.3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.3.2. VOTAÇÃO DA ADMISSÃO DA MOÇÃO
- 3.3.3. SR. DEPUTADO FRANCISCO O’NEILL MARQUES (CH)
- 3.3.4. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOTTA (INOV25)
- 3.3.5. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS)
- 3.3.6. SR. DEPUTADO FRANCISCO O’NEILL MARQUES (CH)
- 3.3.7. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS)
- 3.3.8. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.3.9. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)

- 3.3.10. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO)
- 3.3.11. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS)
- 3.3.12. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (INOV25)
- 3.3.13. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 3.3.14. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.3.15. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.3.16. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.3.17. VOTAÇÃO
 - 3.3.17.1. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 3.3.17.2. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 3.3.17.3. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 3.3.17.4. SRª. DEPUTADA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 3.3.17.5. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 3.3.17.6. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.4. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.5. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.6. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 3.7. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.8. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.9. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – “FUNDIÇÃO DE OEIRAS - PELA EXTENSÃO DO PRAZO DE CONSULTA PÚBLICA DO PIP E REALIZAÇÃO DE SESSÃO PÚBLICA DE ESCLARECIMENTO”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO
 - 3.9.1. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.9.2. VOTAÇÃO



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.10. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – “REALIZAÇÃO DE AUDITORIA JURÍDICO-FORENSE INDEPENDENTE ÀS CONTAS E CONTRATAÇÕES DA CMO NO PERÍODO CORRESPONDENTE AOS ÚLTIMOS 12 ANOS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA
- 3.10.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 3.10.2. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.10.3. SR^a. DEPUTADA MADALENA CASTRO (PRESIDENTE DA U.F. OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS)
- 3.10.4. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.10.5. SR. DEPUTADO FRANCISCO O’NEILL MARQUES (CH)
- 3.10.6. VOTAÇÃO
- 3.10.6.1. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.10.6.2. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.10.6.3. SR. DEPUTADO FILIPE MARTINS (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.10.6.4. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.11. MOÇÃO – “PELA DEFESA DA SERRA DE CARNAXIDE”, APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE/QUEIJAS 25 E PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV 25
- 3.11.1. VOTAÇÃO DA ADMISSÃO DA MOÇÃO
- 3.11.2. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.11.3. SR. DEPUTADO FRANCISCO O’NEILL MARQUES (CH)
- 3.11.4. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 3.11.5. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)
- 3.11.6. VOTAÇÃO
- 3.11.6.1. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO

- 3.11.6.2. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.11.6.3. SR^a. DEPUTADA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.11.6.4. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.11.6.5. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS) -
DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.12. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 3.13. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.14. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.15. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS)
- 3.16. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 148/2026 – GMA – RELATIVA À
TAGUSPARK – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARQUE
DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ÁREA DE LISBOA, S.A. – PLANO DE ATIVIDADES
E ORÇAMENTO 2026 E ELEIÇÃO DO VOGAL SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL -
APRECIADA
 - 4.2. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 149/2026 – GMA – RELATIVA À
APRECIÇÃO DO PAO 2026 DA OEIRAS VIVA, E.M., E CONSEQUENTE VOTAÇÃO
DA DESIGNAÇÃO, PELA CÂMARA MUNICIPAL, DO REPRESENTANTE DO
MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA EMPRESA, COM DETERMINAÇÃO DO
RESPECTIVO SENTIDO DE VOTO - APRECIADA
 - 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 160/2026 – GCAJ – RELATIVA
À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA O ANO DE 2026 –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
DESPORTIVOS E POSTOS DE TURISMO SOB GESTÃO DA OEIRAS VIVA – GESTÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.

- 4.3.1. VOTAÇÃO
- 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 211/2026 – GCAJ – RELATIVA À INSOLVÊNCIA DA SOGAPAL – SOCIEDADE GRÁFICA DE PAIÃ, S.A. – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL EM LEILÃO (ESTABELECIMENTO COMERCIAL)
 - 4.4.1. VOTAÇÃO
 - 4.4.1.1. SR.ª DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.4.1.2. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.4.1.3. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 212/2026 – GCAJ – RELATIVA À DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA PARQUES TEJO, E.M.
 - 4.5.1. VOTAÇÃO
- 4.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 218/2026 – DMOGAH/DAQV/UPAG – RELATIVA ÀS FEIRAS DE ARTESANATO DE PAÇO DE ARCOS E QUEIJAS – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS 2026
 - 4.6.1. VOTAÇÃO
 - 4.6.1.1. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 225/2026 – DMAG/DFP/DP – RELATIVA À DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA ANTÓNIO PEDRO, CARNAXIDE – RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA N.º 83/2025
 - 4.7.1. VOTAÇÃO
- 5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
 - 5.1. SR. ANDERSON PIRES, MUNÍCIPE DE OEIRAS
 - 5.2. SR.ª MARINA MARQUES, MUNÍCIPE DE OEIRAS

- 5.3. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 5.4. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 5.5. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 5.6. SRª. DEPUTADA MADALENA CASTRO (PRESIDENTE DA U.F. OEIRAS E S. JULIÃO
DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS)
- 5.7. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
6. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO Unanimidade			
21.03.2026			
GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IND 25	11		
PS	2		
CH	2		
CEJ	2		
IL	1		
CDU	—		
PAN	1		
NOVAR UNIAO ALGÉS 25	—		
NOVAR BARCARENA 25	—		
NOVAR CARNADE E OUCENS 25	1		
NOVAR UNIAO OEIRAS 25	1		
NOVAR PORTO SAMO 26	1		
S=A FAVOR * N=CONTRA ? A=ABSENÇA			

-----ATA DA 8ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 31 DE MARÇO DE 2026-----

-----ATA Nº. 9 / 2026-----

----- Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e dez minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Oitava Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais, quatro Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e um em substituição (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Morais, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo, Ricardo Correia Fernandes, Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho, Mónica dos Santos

Albuquerque Correia, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Filipe Jorge de Sousa Martins, João Rafael Marques Santos, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Jorge Manuel Martins Delgado) desta Assembleia Municipal. -----

-----Os Senhores Deputados Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, do Partido Socialista pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Afonso Duarte Guterres de Morais, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Ricardo Correia Fernandes, do Partido Socialista.-----

-----Faltou a Senhora Deputada Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, tendo a Mesa justificado a respetiva falta.---

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Sílvia Isabela Jesus Almeida Breu Baptista Fernandes, Armando Agria Cardoso Soares, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Hélder Marques de Sá e Susana Isabel Costa Duarte.-----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação da Proposta CMO N.º 148/2026 – GMA – relativa à Taguspark – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da área de Lisboa, S.A. – Plano de Atividades e Orçamento 2026 e Eleição do Vogal Suplente do Conselho Fiscal;-----
2. Apreciação da Proposta CMO N.º 149/2026 – GMA – relativa à Apreciação do PAO 2026 da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras Viva, E.M., e conseqüente votação da designação, pela Câmara Municipal, do representante do Município na Assembleia Geral da Empresa, com determinação do respetivo sentido de voto;

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 160/2026 – GCAJ – relativa à Celebração de Contrato-Programa para o ano de 2026 – Atribuição de subsídio à exploração dos equipamentos desportivos e postos de turismo sob gestão da Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.;-----

4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 211/2026 – GCAJ – relativa à Insolvência da Sogapal – Sociedade Gráfica de Paiã, S.A. – Aquisição de imóvel em leilão (estabelecimento comercial);-----

5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 212/2026 – GCAJ – relativa à Designação do Fiscal Único da Parques Tejo, E.M.;-----

6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 218/2026 – DMOGAH/DAQV/UPAG – relativa às Feiras de Artesanato de Paço de Arcos e Queijas – Isenção de Pagamento de Taxas 2026; ----

7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 225/2026 – DMAG/DFP/DP – relativa à Desafetação do domínio público para integração no domínio privado de uma parcela de terreno sita na Rua António Pedro, Carnaxide – Retificação da Proposta N.º 83/2025. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte:-----

----- “Boa tarde a todos, vamos dar início à Sessão Extraordinária oito/dois mil e vinte e seis da Assembleia Municipal de Oeiras. Cumprimento todos os presentes e quem nos assiste à distância.-- -----

----- Vou pedir ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à chamada. -----

----- Muito obrigada, Senhor Secretário. E vamos passar à aprovação da Ata seis/dois mil e vinte e seis, de vinte e quatro de fevereiro.” -----

3.2. APROVAÇÃO DE ATA-----

3.2.1. Ata da Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis – Ata número seis, de dois mil e vinte e seis. -----

3.2.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e quatro votos a favor, sendo doze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-- -----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Tomás Raposo Barra, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Afonso Duarte Guterres de Moraes, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Nuno Filipe Penetra Carolo, do Partido Socialista,



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Carnaxide e Queijas 25 não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita e Nuno Miguel de Oliveira Custódio, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Ricardo Correia Fernandes, do Partido Socialista não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, está aprovada por unanimidade a Ata seis/dois mil e vinte e seis, de vinte e quatro de fevereiro. -----

----- Faz favor, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** perguntou o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. Esta não é a Ata que eu tinha enviado no e-mail.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

----- “Não, Senhora Deputada. Não é.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada pelo esclarecimento.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não é, não é. Agradeço silêncio na sala. -----

----- Por ordem de entrada, temos uma moção de censura do “Grupo Municipal Oeiras Chega”, que eu vou pedir o favor de o Senhor Secretário ler.” -----

3.3. MOÇÃO – “NA SEQUÊNCIA DA ACUSAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO RELATIVA A DESPESAS EM REFEIÇÕES COM DINHEIROS PÚBLICOS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA -----

----- **O Senhor Deputado Nuno Custódio (INOV25), Segundo-Secretário,** leu a Moção

de Censura do Grupo Político Municipal do Chega mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Moção de Censura -----

-----Na sequência da acusação do Ministério Público relativa a despesas em refeições com dinheiros públicos -----

-----Exposição de motivos-----

-----O Grupo Municipal do CHEGA em Oeiras, no exercício dos seus direitos e deveres de fiscalização política, e ao abrigo dos princípios estruturantes do Estado de Direito democrático, vem apresentar a presente Moção de Censura ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais e a vinte e dois titulares de cargos públicos, visados na acusação deduzida pelo Ministério Público (MP) agora conhecida.-----

-----É manifesto e inquestionável que o Ministério Público deduziu acusação formal, imputando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais a prática de crimes de peculato e de abuso de poder, nos termos e para os efeitos previstos no Código Penal.-

-----Certo que segundo o despacho de acusação, existe um esquema reiterado de apropriação e de utilização indevida de dinheiros públicos, através da imputação ao erário municipal de despesas que ascendem a mais de cento e cinquenta mil euros, relativas a cerca de mil quatrocentos e quarenta e uma refeições, alegadamente sem suporte legal bastante. Situação já denunciada pelo Partido CHEGA no anterior mandato de dois mil e vinte e um — dois mil e vinte e cinco, quanto ao esbanjamento em almoços sem critério legal. -----

-----Tal factualidade, a confirmar-se e no que concerne ao despacho de acusação pelo MP, não configura meras irregularidades administrativas, mas antes, condutas dolosas suscetíveis de integrar ilícitos criminais graves, violadoras dos princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da boa-fé administrativa, da transparência e da responsabilidade financeira das entidades públicas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O próprio Ministério Público sustenta a existência de um desígnio consciente de apropriação de recursos públicos na acusação, com benefício direto e indireto dos titulares de cargos dirigentes da estrutura municipal do Dr. Isaltino Morais, o que agrava substancialmente a censurabilidade jurídica e política dos factos. -----

----- É manifesto no despacho de acusação à aplicação de sanções patrimoniais e acessórias, designadamente a reposição de quantias ao erário público e a perda de mandato, nos termos legalmente admissíveis. -----

----- De recordar que o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais possui um histórico judicial relevante, com condenações transitadas em julgado, no Tribunal de Contas, circunstâncias que reforçam, de forma inequívoca, a exigência de escrutínio político acrescido e de padrões de conduta absolutamente irrepreensíveis, tendo cumprido pena de prisão efetiva, por branqueamento de capitais e fraude fiscal. -----

----- A eventual institucionalização de práticas de dissimulação de despesas pessoais sob a aparência de despesas de representação ou "reuniões de trabalho", consubstancia um padrão de atuação estruturalmente incompatível com o exercício de funções públicas, o que é manifestamente verificável aos olhos de qualquer cidadão consciente e responsável. -----

----- É certo quanto a existência do princípio da presunção de inocência, que deverá ser respeitado, sendo juridicamente incontornável em sede do direito penal, mas que não pode ser instrumentalizado como justificação para afastar a responsabilidade política, o qual se rege por critérios de ética pública e pela salvaguarda da confiança institucional. -----

----- A permanência em funções do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, sob acusação formal do Ministério Público por crimes desta natureza, outrora já condenado, compromete gravemente a credibilidade da nossa autarquia, de todos nós, e fragiliza o regular funcionamento do órgão executivo, lesando a imagem e reputação do Município de Oeiras, mais uma vez manchada na imprensa. -----

-----Assim, nos termos legais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Municipal do CHEGA propõem que a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão plenária, delibere a presente Moção de Censura ao executivo da Câmara Municipal de Oeiras, requerendo ainda: --

-----Um - Condenar, de forma veemente e inequívoca o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, pelos factos descritos na acusação do Ministério Público, qualificando-os, no plano político, como absolutamente incompatíveis com o exercício de funções públicas;---

-----Dois - Expressar uma censura política e institucional severa ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e aos restantes arguidos, pela alegada apropriação e utilização abusiva de verbas públicas, ou seja, dinheiro das famílias;-----

-----Três - Afirmar a perda de legitimidade política para o exercício de funções por parte dos titulares visados, independentemente do desfecho judicial, por manifesta quebra de confiança institucional, tendo em especial atenção o cadastro na justiça do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.--

-----Quatro - Exigir a assunção imediata de responsabilidades políticas, incluindo a suspensão de funções ou renúncia aos cargos, como condição mínima de respeito pelos munícipes e pelas instituições democráticas;-----

-----Cinco - Reclamar total transparência e colaboração com as autoridades judiciais, sem quaisquer expedientes dilatórios ou tentativas de desresponsabilização;-----

-----A gravidade dos factos em causa, o seu historial, a sua natureza reiterada e o contexto em que ocorrem, impõem uma resposta política firme, sem ambiguidades nem complacências. --

-----Os Deputados do Grupo Municipal do CHEGA em Oeiras afirmam, sem hesitações, que o concelho não pode nem vai continuar refém de práticas que "saqueiam" o erário público, degradam a confiança dos munícipes e colocam em causa a própria dignidade da democracia local, essa manchada pelo Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, exigindo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fim imediato de qualquer complacência política com tais procedimentos.”-----

3.3.1. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Secretário. A moção de censura acabada de ler é da competência da Assembleia Municipal, como decorre do Regimento, artigo quinto, número cinco, alínea c), Regimento em vigor, e ainda do artigo cinquenta e três, número um, alínea l), da lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, que também está em vigor. -----

----- Tem sido prática desta Assembleia colocar à apreciação a aceitação das moções de censura e é isso que eu vou passar a fazer.”-----

3.3.2. VOTAÇÃO DA ADMISSÃO DA MOÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação a admissão da Moção de Censura a discussão, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-

Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com duas abstenções do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (António Maria Balcão Vicente e Tomás Raposo Barra) e uma do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro). -----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e Afonso Duarte Guterres de Moraes, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 42/2026** -----

-----**ADMISSÃO DA MOÇÃO – “NA SEQUÊNCIA DA ACUSAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO RELATIVA A DESPESAS EM REFEIÇÕES COM DINHEIROS PÚBLICOS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA ---**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com duas abstenções do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e uma do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25, admiti-lo à discussão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito bem. Foi aprovada por maioria a aceitação à discussão desta moção de censura.

----- Passemos então... agradeço que a Senhora Deputada mantenha silêncio porque eu estou a falar, portanto, não... penso que... Passamos então à discussão desta moção de censura, e eu pergunto: quem quer inscrever-se? Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH). Quem mais se pretende inscrever? Senhor Deputado António Moita (INOV25), Senhor Deputado Carolo (PS). Mais? Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN). Quem mais se pretende...? Anabela Brito (IL). Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO). Mais alguém? Mais ninguém pretende usar da palavra neste ponto da nossa... do Período Antes da Ordem do Dia sobre a moção? Então, tem a palavra o Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH).” -----

3.3.3. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, perante Vossa Excelência, cumprimento o Executivo Camarário, os colegas deputados municipais; cumprimento também, hoje, os órgãos de Polícia Criminal, cumprimento também os jornalistas e todos que ouvem, esperando que todos tenham tido um bom almoço. --- -----

----- Hoje apreciamos uma moção de censura, relativamente aqui proferida pelo Partido Chega e bem, relativamente ao despacho de acusação do Ministério Público. Despacho esse tipificado sobre o processo cinquenta e três quarenta e quatro/dois mil e vinte e três, em que o Doutor Isaltino e, logicamente, o seu Grupo, é acusado do crime de peculato, sendo a infração mais gravosa contra a Administração Pública, e também abuso de poder. A primeira com condenação até oito anos de prisão, a segunda até três anos de prisão. -----

----- E aquilo que eu quero dizer, que é vergonhoso, quando vemos aqui pessoas a jantarem “à grande e à francesa”, e quando há cidadãos a terem de levar uma marmita de casa para almoçar, ou terem mesmo de comer uma sopa, pois não têm dinheiro para a alimentação.-----

-----Contudo, é mais grave ainda quando temos as rubricas financeiras da Câmara a serem enganadas. A rubrica dois ponto dois ponto onze, onde se faz aqui um esquema que o procurador menciona, e muito bem, e onde as pessoas que vão almoçar depois vai, cada dia, um à Câmara de Oeiras, ao fundo maneio da Presidência, levantar em numerário os valores. É uma vergonha.-----

-----O Doutor Isaltino Morais sofre, todavia, de um transtorno da compulsão alimentar periódica; nós sabemos, gosta muito de comer. E eu tenho uma coisa curiosa: é que eu, ao verificar, todavia, e ao ler mesmo um livro que escreveu quando esteve preso “A Minha Prisão”, o Doutor Isaltino até preso descrevia quantas ervilhas havia no prato, se o arroz estava bem feito ou mal feito, quantos pastéis de bacalhau; portanto, há uma fobia alimentar que tem de ser dita. -----

-----Agora não pode viver é à custa do dinheiro dos munícipes e a comer “à grande e à francesa”. Quer dizer que o Doutor Isaltino já tem antecedentes criminais; portanto, já não é um “santinho” no meio aqui do Concelho. Foi condenado a sete anos de prisão, cumpriu um terço da pena e, todavia, parece que continua a portar-se mal. Contudo, deixamos essa questão para a justiça. -----

-----E aqui interessa-nos ver a vertente ética. E a vertente ética é esta: uma pessoa que indicia comportamentos gravosos de má gestão, que já foi condenado por branqueamento de capitais, fraude fiscal, a quantidade de crimes que já foram prescritos, onde teria respondido, agora é acusado de peculato e, ainda por cima, abuso de poder. Merece a confiança dos munícipes? Não merece. E só o apoia todos aqueles que comam no mesmo prato.-----

-----Para finalizar, nós temos aqui uma empresa de psicologia aqui no Concelho, à qual nós pagamos cento e dezasseis mil euros de avença por ano, que, por acaso, é da filha do Doutor Isaltino. Se calhar, seria bom pegar nessa empresa de psicologia e tratar todas essas pessoas que gostam de comer e bem à custa dos munícipes; aproveitem essa avença, que, por acaso, até termina este ano, e Deus queira é que não renovem isso, que seria muito grave. -----

-----Para terminar, e aproveitando também aqui a questão do meu tempo, eu quero aqui



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dizer que quem não tem dinheiro não tem vícios, e quem não tenha vícios não pode gastar o dinheiro público. E lamento que não esteja ali sentado o Doutor Isaltino Morais. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor.”-----

3.3.4. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. Aproveito para a cumprimentar, cumprimentar a Mesa e, na sua pessoa, todos os membros desta Assembleia. Aproveito para cumprimentar o Senhor Vice-Presidente e todo o Executivo. Cumprimento também as pessoas que nos veem aqui, que hoje, felizmente, são mais do que é costume, e as pessoas que nos veem a partir de casa. ----

----- Eu queria dar conta, começar por dar conta de que a aprovação que fizemos para a discussão desta moção tem a ver com um princípio do qual não nos afastamos e que é um princípio que se aplica sempre. Aliás, aplicou-se também em várias alturas neste caso: que é o da transparência absoluta — a transparência que fez com que, quando a comunicação social pediu informação à Câmara Municipal, ela foi-lhe imediatamente concedida; toda a disponibilidade que a Câmara Municipal sempre teve para prestar informação às entidades que assim o solicitaram; e a transparência que continuará, seguramente, a ter ao longo de todo este processo. -----

----- Queria também aqui realçar que a intervenção que o Senhor Deputado do Chega aqui fez ainda é de um nível mais raso do que aquele que a própria moção de censura que apresenta contém. Eu não pensava que, numa Câmara Municipal com o histórico que esta tem, que, enfim, onde há, pelo menos, o respeito pela presunção de inocência, onde há um conjunto de pessoas que estão, que são alvo deste processo — e não é exclusivamente, como sabem, o Senhor Presidente da Câmara —, que o tratamento que foi dado, as palavras que foram usadas, os termos que foram empregues, são absolutamente desapropriados. Não são termos próprios para se utilizar, nem

quando estamos num combate político. -----

-----Este processo vai no princípio. Não nos escondemos perante coisa nenhuma, mas temos a consciência de que as coisas valem o que valem e têm o tempo que têm. Todos dizemos que o tempo da justiça não é o tempo da comunicação social. Temos de acrescentar que, ainda mais rápido que a comunicação social, temos aqui o tempo do Partido Chega. O tempo do Partido Chega é mais rápido ainda que todos os outros e parte, de imediato, para uma condenação que me parece que nunca irá acontecer ou que, ainda que assim não seja, estará muito distante.-----

----- Nós temos, neste momento, a posição que o Ministério Público assumiu. Vamos ter, porventura, uma fase da instrução e teremos sempre, como em sempre funciona nos processos judiciais, o ónus da prova cabe a quem acusa. Quem acusa vai ter de provar aquilo que diz e estamos ainda nessa fase, ou não chegámos ainda sequer a essa fase. E, portanto, temos de aguardar com a tranquilidade que habitualmente temos em todos estes processos, sejam eles conduzidos pelo Ministério Público ou não, para encarar as coisas, para esclarecer o que houver a esclarecer e para perceber aquilo que o Chega não entende. -----

-----O Chega não sabe, e ainda hoje não sabe, apesar dos autarcas que elegeu — até porque a maior parte dos autarcas que elegeu já deixaram de ser do Chega —, portanto, é conhecimento que não passa de estrutura para estrutura, o que é fazer a gestão de uma Câmara Municipal, nem de uma Junta de Freguesia, sem qualquer menosprezo para as Juntas de Freguesia. O Chega não sabe como é que isto se faz. O Chega não sabe fazer a gestão de coisa nenhuma. O Chega gosta de fazer discursos condenatórios, discursos em que põe em causa a idoneidade de tudo e de todos, mesmo que, para isso, não tenha ainda sido feita prova de coisa nenhuma. A suspeição, para o Chega, vale muito mais do que a prova. Para nós, não; ainda as coisas funcionam de uma outra maneira, será a prova que valerá sempre mais do que a suspeição. -----

-----E, portanto, é preciso esclarecer aqui que todo este conjunto de informação, que é tratada como se tudo fosse igual, é, do nosso ponto de vista, um erro crasso não perceber o que são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

os almoços que resultam da atividade que a Câmara leva a efeito e que os titulares dos órgãos levam a efeito todos os dias, seja com o seu pessoal, seja entre si, Executivo Municipal. Quem não perceber isto, quem não perceber a fórmula, a forma como as coisas acontecem, a forma como as reuniões correm, a dificuldade de conciliar os horários, a dificuldade que é de estabelecer, mesmo para funcionários, para colaboradores da Câmara Municipal, os horários rígidos que normalmente se cumprem noutras áreas da função pública, é algo que o Chega também não compreende. O Chega tem, das nove da manhã às cinco da tarde, a função de condenar tudo e todos. Presumo que, para lá das cinco da tarde, não faça mais nada. -----

----- Dá-se a circunstância até de... estudou tão bem o caso, conhece tão bem as circunstâncias, que uma parte considerável destas despesas que aqui estão referidas foram feitas, efetuadas no tempo da pandemia e no tempo da pandemia, altura em que, como também todos se lembram, hoje em dia, aparentemente, já toda a gente se esquece do que foi esse período; a Câmara Municipal teve uma função; não é esta Câmara, todas as câmaras tiveram uma função especialmente relevante, especialmente dedicada, onde foi preciso muitas horas de esforço, de sacrifício, de dedicação, e que se passaram dentro, muitas vezes, dentro das salas da Câmara Municipal. -----

----- Para o Chega, nada disso interessa, nada disso acontece. Tudo isto são coisas que não demonstram senão um plano arquitetado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal em dois mil e dezassete, para, durante sete anos, enriquecer, enfim, sabe-se lá em que condições e em que termos, perante estas despesas que são aqui apresentadas. -----

----- E, portanto, eu não vou perder mais tempo com a forma inqualificável como a intervenção do Senhor Deputado do Chega aconteceu. Eu não vou perder também muito tempo sobre aquilo que vem descrito na moção de censura. -----

----- Quero dizer, mais uma vez, que ponderámos — até porque as consequências práticas desta moção de censura são nulas, mesmo do ponto de vista político — que ponderámos não aceitar

fazer essa discussão. Mas entendemos, e eu penso que entendemos bem, que esta Assembleia Municipal merece, e todas as forças políticas merecem consideração, e que as moções, em princípio, devem ser todas objeto de discussão. E, portanto, foi mais uma vez isso que aqui foi feito. -----

-----Não nos escondemos atrás de coisa nenhuma. Agora, não pomos o carro à frente dos bois, se me permitem a expressão. Não partimos do princípio de que, até prova em contrário, todos são corruptos, todos estão já condenados e, como digo, temos pena que as forças políticas não pensem todas da mesma forma no que diz respeito à transparência, aos valores e aos princípios que é preciso observar na gestão autárquica. -----

-----Estou convencido de que não é pelo facto de sermos partido da oposição, ou de alguém ser partido da oposição, que terá que obrigatoriamente associar-se a este tipo de forma de estar na política. E, portanto, quero crer que outras forças políticas — e, por isso, quis pronunciar-me antes das outras forças políticas —, quero crer que as forças políticas da oposição, que as restantes forças políticas da oposição, terão uma posição pelo menos mais digna do que aquela que o Chega aqui teve. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Carolo (PS).” -----

3.3.5. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, Senhor Presidente e restante Executivo. Senhoras e senhores deputados. -----

-----A matéria que nos ocupa é séria: quando temos notícia de uma acusação no Ministério Público envolvendo dinheiros públicos, o escrutínio público político não é um favor — é um dever.

-----O que está em avaliação, porém, não é a seriedade dos factos noticiados, é a qualidade



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do instrumento político que hoje nos pedem para aprovar. -----

----- A moção apresentada pela extrema-direita populista, assenta num facto politicamente grave — acusação do Ministério Público a Isaltino Morais e a todos os vereadores da coligação PSD/ISALTINO por despesas imputadas ao erário público de aproximadamente cento e cinquenta mil euros — mas mistura hipérbole, redundância, “soundbites” e presunção de culpa política imediata.-----

----- O texto... já lá vou. O texto tenta cinicamente invocar a presunção, mas a seguir atira-lhe com uma retroescavadora retórica: “perda de legitimidade política (...) independentemente do desfecho judicial”; É um atalho retórico que soa a sentença política sumária — ótimo para manchetes, péssimo para a democracia. -----

----- Há uma acusação do Ministério Público por peculato e abuso de poder. É exigível responsabilização política em Oeiras; concordamos. -----

----- Mas qual é o padrão do proponente quando o próprio partido tem dirigentes sob inquérito, arguidos e até condenações transitadas em julgado? O mesmo critério aplica-se “em casa”? É apenas presunção de inocência “à la carte”. -----

----- A extrema-direita populista, proponente, chora emocionada e entre soluços exclama, “confia em mim”. Mas enfrenta um grave défice de coerência: no próprio universo do Chega existem deputados, autarcas e militantes com investigações, acusações e condenações o que destrói pela raiz a pretensão de superioridade ética e moral que não têm.-----

----- Só nos últimos doze meses, no Chega, vários foram os acusados de crimes de ódio, incitamento à violência; difamação e injúrias; financiamento proibido; compra de votos; furto qualificado; apoio a grupo neonazi; abuso sexual de crianças e pornografia infantil; e até fogo posto. Tudo em doze meses.-----

----- Uma cartilha de fazer inveja a qualquer pirata.-----

----- Senhora Presidente, o Partido Socialista defende um estado de direito democrático e

não a anarquia Trampista. -----

-----A moção diz respeitar a presunção de inocência, mas exige perda de legitimidade política “independentemente do desfecho judicial” — uma contradição que transforma a presunção em figura decorativa, não subscrevemos.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado...” -----

3.3.6. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra: -----

-----“Senhora Presidente, é defesa da honra. Então, estão aqui a dizer que eu apoio, que eu apoio grupos de nazis. Desculpe lá, Senhora Presidente. Senhora Presidente, isto é, uma... isto tem piada. Não, não, não, desculpe lá. Apoio grupos de neonazis? A Senhora Presidente apoia?” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado...” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte:-----

-----“É que eu não apoio. Se calhar a Senhora Presidente apoia. Olhe, se calhar, esta gente toda apoia. Eu não admito que digam isso. Não admito.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, o Senhor Deputado pediu a palavra para que efeito?” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte:-----

-----“Defesa da honra.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Defesa da honra. Faz favor de defender.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Eu não admito que ninguém diga que o meu partido e a minha pessoa apoiamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

movimentos neonazis. Eu não admito. Quem aqui apoia a escumalha é quem faz parte da mesma. Quem apoia a escumalha faz parte da mesma e não é o Chega, é aquela “gentalha” que está ali ao fundo.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor deputado... Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN). Senhor... ai quer? Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) quer responder. Faz favor, Senhor Deputado.”-----

3.3.7. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “A resposta é simples.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Eu sei, Senhora Deputada. Não precisa de ser... não precisa de estar sempre a dizer isso. Senhora Deputada, a Senhora Deputada não é o ponto daqui da Assembleia Municipal. Faz favor, Senhor Deputado Nuno Carolo (PS).”-----

----- O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -------

----- “Senhora Presidente, o Senhor Deputado do Chega tem sempre uma solução que é sair do Chega. A verdade é que tudo aquilo que eu disse se passou, nos últimos doze meses, com pessoas pertencentes, sócios, militantes, dirigentes do Chega. Não inventei. Está exatamente nas mesmas fontes que o Senhor utilizou para a sua moção de censura; está na comunicação social. Vá atrás disso. Eu faço o favor, se quiser, Senhora Presidente, até ao final desta semana, entrego uma listagem para distribuir aos senhores deputados, com todos os membros do Chega que foram acusados dos crimes todos que eu acabei de dizer. É que eu consigo fazer isso só dos últimos doze meses, Senhor Deputado.”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

-----O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) disse o seguinte: -----

-----“São de meses. Condenados, sim. Olhe, o Senhor Vereador na Câmara... Eu estou a falar, Senhora Presidente.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, Senhor Deputado, está a usar da palavra o Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) para responder.”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) continua a intervir, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, Senhor Deputado. Senhor Deputado, Senhor Deputado...”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) continua a intervir, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, o Senhor já usou da palavra para defesa da honra e está... o Senhor Deputado está a terminar. Faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) continua a intervir, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) disse o seguinte: -----

-----“Não me confunda com o Chega. Você está enganado. Está enganado. Senhora Presidente, importa só, para terminar esta questão.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Faz favor, Senhor Deputado.”-----

-----O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) disse o seguinte: -----

-----“Eu não quis ofender particularmente...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Faz favor, faz favor de terminar. Faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----

----- “Não tem tempo.”-----

----- O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) disse o seguinte:-----

----- “Eu tenho tempo ainda.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Não quis ofender particularmente o Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), mas volto a dizer que tem sempre a possibilidade de se demitir do Chega e de apresentar-se como deputado independente, para não estar associado a grupos políticos que apoiam a extrema-direita racista, têm militantes que são pedófilos, são apanhados em flagrante delito, e vêm dizer que não é nada. Podem-se sempre demitir, Senhor Deputado. Pode-se sempre demitir.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN).”-----

3.3.8. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a, assim como aos restantes colegas aqui presentes e quem assiste a esta Sessão. -----

----- O que está em causa não é um detalhe administrativo. São acusações relacionadas com a utilização de dinheiros públicos que levantam dúvidas sérias. E, quando falamos de dinheiro público, há um princípio que não pode falhar: transparência total. Mas há também algo que importa dizer com clareza: não fazemos julgamentos antecipados. Não é esse o papel desta Assembleia. Compete à justiça apurar responsabilidades. -----

-----À Assembleia Municipal compete fiscalizar, exigir esclarecimentos e denunciar quando há indícios. É nesse equilíbrio que o PAN se posiciona. Não acompanhamos esta moção de censura, mas também não desvalorizamos a necessidade de apuramento de responsabilidades.

-----O que os munícipes esperam de nós não é ruído político, é responsabilidade e respostas concretas. E, por isso, defendemos auditoria independente às despesas, divulgação clara e acessível da informação e reforço dos mecanismos de controlo, porque há uma coisa que não pode ficar em causa: a confiança nas instituições. E essa confiança constrói-se com transparência e responsabilidade, e o PAN estará sempre desse lado. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”

3.3.9. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a e, em si, cumprimento todos os presentes, bem como todos aqueles que nos assistem de forma não presencial. -----

-----As minhas primeiras palavras vão, efetivamente, para as palavras do Senhor Deputado António Moita (INOV25), quando se referiu à aceitação da moção. E queria, não posso deixar de notar a ironia deste momento, porque, e recordando-lhe, na altura, recordando-lhe bem que um dia o INOV decidiu vestir a pele de censor e bloquear uma moção que foi apresentada aqui nesta Assembleia pela Iniciativa Liberal. Pelos vistos, na altura, o debate incomodava. Hoje, por qualquer razão que não sabemos qual, então já não incomoda, e fizeram, e bem, aceitar a moção à discussão. - -----

-----Entrando na análise da moção de censura, gostaria de dizer: a Iniciativa Liberal analisou esta moção com o rigor que a gestão da “coisa pública” exige, e a conclusão é penosa. Esta moção é um exercício de analfabetismo jurídico. Confundir acusações com condenações e atropelar o princípio da presunção de inocência não é fazer oposição, é prestar um mau serviço à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Democracia. Não se combate o facilitismo ético com o facilitismo legal. Quem quer censurar em nome da lei não pode começar por ignorar os princípios mais básicos dessa mesma lei. -----

----- O que assistimos hoje aqui é o Teatro das Sombras de Oeiras. O Chega e o INOV fingem um duelo, mas vivem um dueto. Um fornece o ruído, o outro aproveita o silêncio. O Chega apresenta um texto tecnicamente pobre para alimentar as redes sociais e o INOV esconde-se atrás dessas imprecisões para evitar as explicações que os cidadãos de Oeiras merecem. O barulho de uns é o biombo de outros.-----

----- Mas que fique claro: a Iniciativa Liberal tem sido a força mais vocal nesta Assembleia na defesa da ética e do respeito pelos munícipes. E então perguntamos: onde estava o Chega quando o assunto veio a esta Assembleia em dois mil e vinte e três? Manifestou alguma intervenção? Não me recordo. Alguém se recorda?-----

----- Para nós, a ética pública não é um bar aberto. Não, a ética pública não é um bar aberto. Não se pode, sobranceiramente, classificar um vinho de cinquenta euros como consumo corrente e, no dia seguinte, pedir mais sacrifícios às famílias, aumentando o IMI. É um insulto a quem trabalha. Não há retórica política que esconda este abismo. Quando o Executivo brinda à conta do contribuinte, os munícipes apertam o cinto para pagar o aumento de impostos municipais. A ética pública não é um acessório de moda que se tira quando incomoda.-----

----- A Iniciativa Liberal mantém-se fiel ao que sempre define, intransigente nos princípios e implacável no escrutínio. Não validamos textos juridicamente incompetentes, mas também não passamos cheques em branco à conduta deste Executivo.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada agradeço que termine, já esgotou o seu tempo.”-----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Não branqueamos comportamentos, mas também não assinamos incompetências. ---

-----Por respeito à verdade e por exigência ética, a Iniciativa Liberal vai-se abster.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, muito obrigada. Senhor Deputado Tomás Cardoso Pereira (CEO), faz favor.” - -----

3.3.10. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todas e todos os presentes.-- -----

-----De um lado, o populismo do centrão, o populismo do INOV, do PSD e do PS, já agora, Senhor Deputado Nuno Carolo (PS), certamente responsável politicamente pela má gestão dos recursos públicos e pelos gastos disparatados em almoçaradas, gastos de dinheiro que podia ter ido para as nossas escolas, para os nossos centros de saúde, para a recolha do lixo, para a construção de ciclovias, para tantas e tantas outras coisas, mas que, infelizmente, foi, no nosso entender, mal gasto, má gestão de recursos públicos. -----

-----O populismo do centrão é responsável por isso aqui em Oeiras e há muitas décadas no nosso país. Do outro lado, o populismo extremista radical da extrema-direita populista, um populismo que tenta transformar esta Assembleia Municipal num tribunal e tenta condenar, apresentando um texto, para tentar condenar judicialmente um acusado num processo efetivamente judicial, para tentar trazer para um órgão político essa acusação judicial. Um populismo de um lado, um populismo do outro, o resultado é o mesmo: descredibilização das instituições, degradar da Democracia e um ataque àquilo que é a atividade política no nosso país e, em particular, aqui no Concelho de Oeiras. -----

-----Da parte da Coligação Evoluir Oeiras, não damos nem para o peditório de uns, nem para o peditório de outros. Da nossa parte, procurámos acompanhar este assunto desde o primeiro momento, de forma séria, de forma rigorosa, de forma firme, como oposição firme, séria e rigorosa que somos. Solicitámos faturas, acompanhámos despachos emitidos acerca deste assunto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

solicitámos documentação e procurámos escrutinar a fundo aquilo que consideramos, efetivamente, má gestão de recursos públicos. Fizemo-lo desde o primeiro momento. Não foi nem o Chega, nem o PS, muito menos a Iniciativa Liberal, que esteve dois anos e meio nesta Assembleia Municipal sem apresentar uma única proposta. Foi a Coligação Evoluir Oeiras que esteve lá desde o primeiro momento, a acompanhar este assunto.-----

----- Não vamos acompanhar, de maneira nenhuma, a transformação desta Assembleia Municipal num tribunal, porque não nos queremos substituir a um tribunal. Nós não somos um tribunal. Isto é um órgão político para se debater política e para se falar de política. Sim, má gestão de recursos públicos deste Executivo, é verdade. E o populismo do centrão é culpado de permitir que depois venha aqui o populismo da extrema-direita fazer chicana política com este assunto.---

----- Da extrema-direita já não esperamos absolutamente nada que não seja aproveitar as oportunidades que o populismo do centrão lhes dá para atacar as instituições, para atacar a Democracia, para prejudicar aquilo que é o chão comum que devia unir todos os democratas nesta Casa. -----

----- Vamos continuar a acompanhar este assunto de forma séria, de forma construtiva, de forma rigorosa, sem caucionar o populismo de uns e sem caucionar o populismo de outros, sem dar para o peditório de uns, sem dar para o peditório de outros. -----

----- Da parte da Coligação Evoluir Oeiras, contam com oposição séria, firme, rigorosa, mas sem entrar nem em populismos penais, nem em radicalismos de extrema-direita. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) tinha pedido a palavra? Faz favor.” -----

3.3.11. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente. -----

-----Quando soube que a extrema-direita populista tinha apresentado uma Moção, pensei que era um voto de agradecimento, um “Obrigado” franco, pelo palco que oferecia para uma vez mais fazer folhetim, misturar tudo e todos, num choro de lágrimas de crocodilo. A chorar, é só chorar. -----

-----A matéria que nos ocupa é séria: quando temos notícia de uma acusação do Ministério Público envolvendo dinheiros públicos em Oeiras, em que se sustenta o alegado uso reiterado do fundo de maneiio para custear refeições de eleitos, dirigentes e funcionários. -----

-----As imputações jurídicas centrais – falando apenas desta acusação - são peculato e abuso de poder. -----

-----Senhora Presidente. -----

-----Os Oeirenses deram à coligação PSD/ISALTINO um mandato para governar e esperam que o cumpram dentro da Lei. -----

-----Um padrão moral de serviço público que é expectável, exige que o que não for claramente de interesse público, não se pague com dinheiro público. -----

-----Os indícios descritos na acusação, se provados, contrariam frontalmente este padrão.

-----É um montante equivalente a trinta e uma mil refeições de um trabalhador da Câmara Municipal - -----

-----Senhora Presidente. -----

-----Estamos perante a normalização do “excecional”: o fundo de maneiio, pensado para urgências imprevisíveis de pequeno montante, passou, a “financiar a rotina”, corroendo a confiança social na instituição e governantes. -----

-----Ao sentimento de pertença e orgulho tantas vezes pelo Senhor Presidente nos impele, uma vez mais, repito, uma vez mais os Oeirenses viram-se cobertos de vergonha alheia, todos, os que votaram na coligação PSD/ISALTINO, os que votaram noutras forças políticas e os que não votaram. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Tenha a certeza de que lamentaremos todos, vê-lo caminhar para sair pela porta pequena, Senhor Presidente.-----

----- Senhora Presidente.-----

----- O Partido Socialista apresentará por escrito, um requerimento, para que sejam facultadas, no prazo razoável de trinta dias, cópias dos comprovativos de todas as despesas registadas como “Despesas de Representação”, “Representação dos serviços” e rubricas afins, para a totalidade do ano fiscal de dois mil e vinte e cinco, na Câmara Municipal e extensivo à Parques Tejo e aos SIMAS.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra sobre esta questão? Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.”-----

3.3.12. O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Meritíssima Doutora Maria do Rosário Barbosa, Doutor Rui Miller, Doutor Nuno Custódio, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Excelso público e a quem nos ouve.-----

----- Antes de mais, agradecemos hoje ao Chega ter revelado a sua verdadeira face: a do baixo nível político e da mais elementar falta de urbanidade e educação, ambas bem evidentes na intervenção, ou nas intervenções, do Deputado Francisco O’Neill (CH).-----

----- O que hoje aqui o Chega nos traz não é uma moção de censura séria.-----

----- É uma tentativa de transformar uma acusação em sentença, uma notícia em veredicto e esta Assembleia Municipal numa espécie de tribunal de urgência, onde o julgamento vem antes da prova, a condenação vem antes da defesa e a histeria vem antes da razão.-----

----- A diferença entre Estado de Direito e justicialismo de ocasião mede-se precisamente

aqui: numa Democracia decente, o Ministério Público acusa, a defesa responde, os tribunais julgam e as instituições políticas não se substituem à justiça.-----

-----Ora, o Chega quer exatamente o contrário!-----

-----Quer que a Assembleia Municipal, que esta Assembleia Municipal, faça aquilo que nem um tribunal pode fazer sem julgamento: condenar antecipadamente, decretar a ilegitimidade política independentemente do desfecho judicial e exigir suspensões ou renúncias como se a presunção de inocência fosse uma espécie de luxo decorativo.-----

-----E convém ler a moção com atenção. O que ela pede não é prudência institucional. ---

-----O que ela pede é condenação política “veemente e inequívoca” (sic), “censura severa” (sic), “perda de legitimidade política” (sic), mesmo antes de haver uma decisão final. E mais, a exigência de “suspensão de funções ou renúncia”.-----

-----Isto não é Fiscalização! Isto é pré-sentença!-----

-----Isto não é escrutínio! Isto é uma encenação moralista para colher manchetes fáceis e uns segundos de indignação televisiva.-----

-----Mais, este caso não caiu do céu ontem, nem foi revelado ao povo de Oeiras por uma iluminação sobrenatural do Chega.-----

-----Os factos, as notícias, as suspeitas, a polémica e o debate público já eram conhecidos antes do último ato eleitoral. Eu vou repetir: os factos, as notícias, as suspeitas, a polémica e o debate público já eram conhecidos antes do último ato eleitoral.-----

-----E, sabendo isso, os oeirenses falaram com uma clareza esmagadora: deram ao INOV uma vitória de sessenta e um vírgula noventa e quatro por cento dos votos. Eu repito: sessenta e um vírgula noventa e quatro por cento dos votos.-----

-----Este resultado não absolve ninguém judicialmente, nem substitui o trabalho dos tribunais. Mas destrói por completo a tese farsesca de que o Chega vem agora, de espada em riste, salvar um concelho supostamente enganado. Uma farsa!-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Democracia tem regras simples que alguns fingem desconhecer quando lhes convém: o voto popular confere legitimidade democrática; a acusação judicial abre um processo; a sentença decide uma culpa. -----

----- Misturar estes planos é um velho truque dos aprendizes de inquisidores. -----

----- E é isso que aqui está em marcha: não é a defesa da ética pública, mas a exploração partidária de um processo penal ainda não julgado. -----

----- E nós dizemos com frontalidade: preocupa-nos sempre qualquer suspeita sobre o uso indevido de dinheiros públicos. Sempre! -----

----- Mas há diferenças que importa não apagar. -----

----- Uma coisa é distinguir, em sede própria, se determinadas refeições de trabalho obedeceram ou não a um enquadramento legal. E isso cabe à justiça apurar. -----

----- Outra coisa, bem mais grave do ponto de vista político e moral, seria termos autarcas dependentes de favores, jantares, avenças ou proteções pagas por empreiteiros, grupos económicos ou interesses privados à sombra do poder. Isso, sim, seria a captura do poder público por mãos invisíveis.- -----

----- Isso, sim, corroía o regime até ao osso! -----

----- O Chega, porém, prefere o atalho da pose. A pose moral. A pose justiceira. A pose da pureza republicana. -----

----- E isto vindo de um partido sobre o qual recaem sérias dúvidas sobre o seu próprio financiamento, com referências em incumprimento da lei dos donativos e a eventuais financiamentos proibidos apontados em auditoria pela Entidade das Contas. -----

----- Não lhes fica bem a túnica da virtude quando ainda nem sequer conseguiram dissipar integralmente as sombras sobre a sua própria casa!-----

----- Quem tem telhados de vidro devia de falar mais baixo quando passa diante da janela dos outros. -----

-----O que a moção do Chega faz é ainda mais pobre do que isso: reduz a política local a um folheto de indignação gastronómica. Em vez de discutir mobilidade, de discutir habitação, de discutir ambiente, finanças municipais, coesão social, educação ou estratégia de desenvolvimento, o Chega decidiu transformar Oeiras num roteiro Michelin do ressentimento.-----

-----A julgar pela sua obsessão, já não temos aqui uma Assembleia Municipal: temos uma confraria de inspetores da ementa, a contar garfos, guardanapos e sobremesas, como se isso fosse uma grande questão do Município, como se fosse um guia dos restaurantes anotado pela extrema-direita. -----

-----E há aqui, permitam-me a ironia, há uma grande ironia, há um efeito colateral que talvez o Chega não tivesse previsto: tanta repetição mediática de nomes de restaurantes, tanta dramatização folclórica de almoços e jantares, e tanta teatralização da mesa, que qualquer dia terão de ser responsabilizados por fazer mais pela notoriedade da restauração local do que por qualquer outra proposta séria que tenham proposto em defesa do Concelho nesta Casa. -----

-----Se continuarem assim, o seu contributo mais visível para Oeiras não será político; será turístico ou gastronómico. -----

-----Mas a questão de fundo é mais séria do que a comicidade involuntária da moção. ----

-----Quando um partido pede a esta Assembleia que declare a perda de legitimidade política independentemente do desfecho judicial, o que está a dizer é simples, mas muito perigoso: que o tribunal pouco importa, que a defesa pouco importa, que a prova nada importa, e que o processo muito menos importa. -----

-----Basta a acusação, basta o ruído, basta o rótulo!-----

-----E isto é profundamente contrário ao espírito do Estado de Direito! -----

-----Hoje fazem-no contra Isaltino Morais e contra este Executivo. -----

-----Amanhã farão contra qualquer outro adversário. -----

-----Depois de amanhã, farão o mesmo contra qualquer outro cidadão que lhes convenha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esmagar publicamente. -----
----- Porque a lógica é sempre a mesma: primeiro destrói-se a reputação, depois logo se vê se havia fundamento. -----
----- Esta não é a lógica de uma Democracia adulta. É a lógica do pelourinho. -----
----- Acresce que o Chega tenta ainda aproveitar-se de factos passados, de condenações já conhecidas, já julgadas pela história e pelo seu eleitorado, para fabricar uma espécie de inelegibilidade moral perpétua. -----
----- Ora, em Democracia, não existem castas de puros com direito divino ao apedrejamento cívico dos restantes. -----
----- Existem cidadãos, existem instituições, existem eleições e, sobretudo, existem tribunais. O resto é teatralidade punitiva. -----
----- Esta Assembleia não está aqui para absolver ninguém em nome da amizade, mas também não está aqui para condenar ninguém em nome do oportunismo político. -----
----- O seu dever é outro: defender a legalidade, respeitar as instituições, recusar o espetáculo da justiça sumária e preservar a distinção civilizacional entre a política e o tribunal. ---
----- Uma Assembleia que aceita condenar antes de julgar degrada-se a si própria! -----
----- Por isso, rejeitar esta moção não significa desvalorizar o escrutínio. -----
----- Significa, pelo contrário, elevá-lo. -----
----- Significa dizer que o escrutínio tem de ser sério, equilibrado, juridicamente consciente e moralmente coerente. -----
----- Significa afirmar que não alinhamos com o populismo penal, nem com a caça à manchete. - -----
----- Rejeitar esta moção significa defender uma regra muito simples: as acusações discutem-se com prudência; as sentenças cumprem-se quando existem; e a legitimidade democrática só é derrubada nos termos da lei, nas urnas e não ao sabor da agitação partidária. ----

-----Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Oeiras não precisa, nem nunca precisou, de inquisidores de ocasião. Oeiras precisa de instituições firmes, de debate sério e de sentido de proporção.-----

-----A Democracia não se fortalece quando a política imita um tribunal; enfraquece. -----

-----E enfraquece ainda mais quando essa imitação é feita por quem gosta muito de berrar moralidade para os outros, mas gosta muito pouco de responder às perguntas incómodas sobre si mesmo. -----

-----Por respeito pelo Estado de Direito, pela presunção de inocência, por respeito pela inteligência dos oeirenses, pelo respeito, pela dignidade desta Assembleia, esta moção deve ser chumbada.- -----

-----Sem hesitações, sem tibiezas e sem medo do ruído.-----

-----Porque o que está em causa hoje não é apenas uma moção do Chega. -----

----- É saber se esta Assembleia Municipal de Oeiras quer ser um órgão democrático responsável ou quer ser um balcão de linchamento político.-----

-----Pela nossa parte, a resposta é clara: escolhemos a Democracia, escolhemos o direito, recusamos o circo. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.”- -----

3.3.13. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Bom, eu gostaria só de completar que, quanto ao caso em concreto, o que vemos é, de facto, um padrão de mau uso de dinheiros públicos e vemos isso com o à-vontade com que se usa o dinheiro público, que é o mesmo à-vontade com que o Senhor Presidente mexe no buffet, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

comida que é de todos. -----

----- E também vemos isso com o mesmo à-vontade com que o Senhor Presidente utiliza os meios da Câmara para se defender de críticas e de processos. -----

----- No seguimento desta situação, vimos também uma viragem mediática, tornando o Senhor Presidente Isaltino num influencer gastronómico, mas numa tentativa de justificar as despesas do almoço, mas é bom de lembrar que isto foi depois, não antes e, portanto, também aí não percebemos a estratégia e não nos deixamos distrair. -----

----- Quanto à moção e ao Chega, não tem qualquer ética. Não foi o Chega que denunciou coisa nenhuma. O Chega cavalga na fiscalização que outros partidos políticos e outras forças políticas fazem dentro e fora desta Assembleia Municipal.-----

----- Estamos lá desde o primeiro minuto, seja no escrutínio dos almoços, das viagens, de todas as despesas que entendemos que é mau uso de dinheiros públicos. Temos toda a documentação que já foi pedida e dada há anos. Somos a única força política que se pode orgulhar de dizer que a nossa vereadora é a única, é a única dos onze vereadores do mandato anterior, que não está neste processo e não é arguida, não tendo almoçado nenhuma vez à conta do erário público.”-- -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, já terminou o seu tempo, já terminou o seu tempo.” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, só para dizer que o Evoluir Oeiras não se deixa distrair. O Grupo Político mantém-se sempre onde esteve: no escrutínio rigoroso e no apuramento das responsabilidades.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Não há mais inscritos para falar sobre este ponto, e eu dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

3.3.14. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Não costumo fazê-lo, mas hoje peço desculpa por ter chegado um pouco atrasado a esta Assembleia. Mas fi-lo de propósito. Hoje foi talvez das primeiras vezes que fiz de propósito a chegar atrasado, justamente para permitir, ao Senhor Deputado proponente desta moção, que o Presidente não estava no seu lugar, pensando ele que eu não vinha, como se tivesse receio daquilo que se passa nesta Assembleia Municipal. Eu aqui sinto-me como peixe na água. -----

-----Ora, vamos então à questão. Nós temos que, em primeiro lugar, olhar para o processo, como é que ele começou. E isto é importante porque, em termos democráticos, aqueles que efetivamente defendem com genuinidade a Democracia, obviamente, que não devem embandeirar em arco. E, portanto, o ambiente desta Assembleia Municipal, nem sequer vou dizer com surpresa minha, mas confesso com alguma surpresa, está justamente no tom correto. Isto é, responsabilizar politicamente aquilo que há a responsabilizar politicamente, escrutinar, discutir, mas não julgar.-

-----E não é por acaso que o Chega em Oeiras teve o pior resultado da Área Metropolitana de Lisboa. Não é por acaso que em Oeiras teve o segundo pior resultado a nível nacional. Não é por acaso, tem a ver naturalmente com os eleitores de Oeiras, que são capazes de discernir, que são capazes de distinguir e, naturalmente, que acompanham esta situação tendo bem consciência do ridículo da mesma. -----

-----Na verdade, como é que isto começou? Transparência. Mas alguém pode aqui falar em mais transparência do que aquela que emana desta Câmara Municipal? Tudo isto começou, como sabem, com uma reportagem de revista Sábado, aqui há uns três ou quatro anos. E essa reportagem incidiu, curiosamente, solicitando informações a várias câmaras municipais, pelo menos a cinco câmaras aqui à volta de Lisboa. Curiosamente, isto, não sou eu que estou a dizer, é a revista Sábado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que o diz: todas as câmaras se recusaram a prestar informações. Houve uma que acabou por prestar, depois de ser intimada pelo tribunal a fazê-lo.-----

----- E, portanto, significa que a Câmara Municipal de Oeiras pôs à disposição dos jornalistas toda a informação relativamente a esta questão, e como é que isto passou a ser uma questão? Porque, na realidade, na sequência dessas informações, houve denúncias, queixas, se quiserem, absolutamente assumidas, para o Ministério Público e para a Polícia Judiciária, dizendo que em Oeiras se faziam almoços que não eram almoços de trabalho, que, soh a capa de almoços de trabalho, era outra coisa qualquer: eram momentos lúdicos, de diversão, entre o Presidente da Câmara, vereadores e funcionários. -----

----- Ora, tivemos então o cuidado de prestar toda a informação, como prestámos, naturalmente, ao Ministério Público quando foi solicitada. Portanto, a situação é claríssima. -----

----- Procura fazer-se escândalo pelo montante envolvido: cento e cinquenta mil euros em sete anos, mas normalmente nunca se diz que foi em sete anos. Cento e cinquenta mil euros, cento e cinquenta mil euros é muito dinheiro. Bem, em sete anos. Depois, procura-se também dizer que são mil e quatrocentas ou mil e quinhentas refeições. Não são, são mil e quatrocentas ou mil e quinhentas faturas. Na realidade, são mais de cinco mil refeições. Portanto, como é óbvio, faturas com quarenta ou cinquenta euros podem ser de duas pessoas. Faturas com seiscentos ou setecentos euros podem ser vinte ou trinta. E, portanto, curiosamente, ninguém falar nisso. Fala-se nas faturas, mas não se fala em quem esteve nas respetivas refeições. Não deixa de ser interessante, porque o busílis da questão reside exatamente aqui. Eu tive o cuidado de falar com vários presidentes de câmara, não só aqui da Área Metropolitana Lisboa, e devo-vos dizer que este procedimento é rigorosamente igual em todo o país, em todo o país, todas as câmaras municipais. -----

----- E, portanto, aquilo que a Assembleia Municipal, na minha opinião, pode e deve discutir, é: as câmaras municipais, enquanto órgãos executivos, têm ou não competência; faz parte ou não das suas competências receber com cordialidade, fazer reuniões de trabalho. Se vem aqui

um primeiro-ministro, um ministro, um diretor-geral, um comandante da polícia, um professor, um diretor de uma escola, tem ou não capacidade e competência para servir, para oferecer um almoço? Se há uma reunião, curiosamente — portanto, estou-me agora a lembrar —, até houve uma reunião aqui de GOP, onde estavam cerca de setenta dirigentes da Câmara Municipal. Curiosamente, os deputados do Chega vieram assistir. Houve aqui um almoço. Não me consta que os deputados do Chega tenham ido embora. Aproveitaram para almoçar, e almoçaram. Também não me consta que os deputados do Chega tenham faltado aos jantares da Assembleia Municipal, aos jantares do Ano Novo.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. observou o seguinte:-----

-----“Comem muito.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Portanto, isto para dizer: o Senhor Deputado gesticula, interrompe, faz tudo, tenha paciência. Quer dizer, o seu... realmente só demonstra que não tem qualquer sentido democrático; quer dizer, não tem capacidade para ouvir. Tenha paciência. As pessoas ouvem todas as baboseiras que o Senhor diz — tudo, ouvem tudo — e o Senhor depois vem aqui como uma virgem ofendida. É uma coisa extraordinária. -----

-----Ora bem, e, portanto, o problema que se põe aqui é: as câmaras municipais têm ou não competência para este tipo de despesa? Bom, destes cento e cinquenta mil euros em sete anos, setenta e um mil euros ocorreram exatamente no período do COVID, onde funcionários — engraçado, a hipocrisia é muita —, na altura eram só elogios. Eu avisei aqui nesta Assembleia, avisei várias vezes que algumas despesas que as câmaras municipais estavam a fazer em ventiladores, em máscaras, porque o Estado não tinha capacidade para responder, e as câmaras municipais responderam. Houve muitos funcionários; a maioria estavam em teletrabalho em casa, mas houve funcionários — a limpeza manteve-se sempre, os jardins foram tratados, e os serviços administrativos da Câmara Municipal nunca pararam.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Os restaurantes estavam fechados, os refeitórios da Câmara estavam fechados, mas havia pessoas a trabalhar, e foram servidas refeições a muitos funcionários nessa altura. Muitas refeições foram tomadas no meu gabinete, no meu gabinete, com todos os funcionários que estavam a trabalhar; nem sequer era só com dirigentes. Foram extraordinários. Já esquecemos isso, já esquecemos a dedicação dessas pessoas a trabalhar de dia e de noite, vinte e quatro horas por dia. E, portanto, vejam bem: desses sete anos, metade das refeições praticamente foram tomadas nos dois anos do COVID, e as restantes são refeições de cordialidade, etc. E já agora, há dois tipos de refeições, quero-vos dizer. -----

----- Eu ainda agora vim para aqui e estava no meu gabinete a despachar, e aparece-me uma informação do Vereador da Educação — uma informação para os apoios logísticos à realização da Oeiras Education, é assim uma coisa, convention, que vai ocorrer no dia oito e nove de abril. Naturalmente, fazem vários pedidos: de som, eletricidade, cadeiras, mesas, isto e aquilo... E, Senhor Presidente, temos cá sete oradores. Eu agora vinha para aqui, estava a ver o meu telemóvel, e até vem um depoimento do reitor de uma universidade dos Estados Unidos que vem cá fazer uma conferência, justamente no dia oito e nove, porque é uma conferência internacional promovida pela Câmara Municipal de Oeiras — a primeira conferência realizada em Portugal sobre problemas de educação e com dimensão internacional, e em que o senhor fala, porque já conhece os nossos programas e, naturalmente, que diz “oferecer um almoço aos oradores”, e eu ponho um “autorizo” genérico; nem sequer digo “autorizo o almoço”, autorizo tudo aquilo nos termos do pedido. E, portanto, como vai ser no Templo da Poesia, o almoço vai ser no Verso — em cima; não faz sentido estarem no Templo da Poesia e irem para outro lado. Ora, esse almoço a esses oradores é oferecido, e naturalmente que o restaurante irá à direção financeira da Câmara com a fatura para receber o dinheiro, devidamente justificada, obviamente, pelo vereador. Qual é a diferença para os almoços, para esses ditos “almoços de trabalho”? Se, em vez de com quinze dias de antecedência, no próprio dia — e as pessoas não se lembram de tudo — o vereador telefona para o Presidente da

Câmara e diz: “Senhor Presidente, estamos aqui na conferência da educação, e era simpático se nós oferecêssemos o almoço a estes seis oradores que aqui estão, não é? O que é que acha?” Eu acho muito bem. Mas, nessa altura, já não vão receber à direção financeira; vão receber ao fundo de maneio do gabinete do Presidente da Câmara, porque é uma despesa necessária e urgente, que surgiu naquele momento. Portanto, aquilo que se devia discutir era justamente isto. Mas há ou não competência para ter estes gestos de cordialidade e reuniões de trabalho? -----

-----Às sextas-feiras — não é todas, mas com frequência — fazem-se visitas de trabalho ao Concelho: vão dirigentes, vão técnicos, vai isto, vai aquilo. A visita, muitas vezes, porque tem agendas prolongadas, vai até às três da tarde, por exemplo; e, às três da tarde... e às vezes, prolonga-se depois disso. E, às três da tarde, se se está em Carnaxide, vai-se almoçar a um restaurante de Carnaxide. Se se está em Barcarena, vai ser um restaurante de Barcarena. E, naturalmente, se por porventura forem duas ou três visitas e, ao meio-dia e meia, uma hora, estiver a visita terminada, cada um vai almoçar a seu lado. Aliás, pode ir almoçar ao refeitório da Câmara. Portanto, o problema que se põe é esta diferença entre estas questões. -----

-----Ora, surge uma acusação do Ministério Público, e o magistrado do Ministério Público faz uma acusação relativamente a todos os almoços de outubro de dois mil e dezassete até qualquer coisa de vinte e quatro. Todos os almoços. Portanto, não há um único que não seja acusado de peculato — um único almoço. Portanto, o magistrado do Ministério Público parte do princípio de que todos estes almoços são ilegais, ou seja, todos estes almoços foram por diversão. E mais, na acusação, este magistrado do Ministério Público diz, a dada altura, que em outubro de dois mil e dezassete que o Presidente da Câmara congeminou um plano com vários dirigentes e vários vereadores para fazerem almoços — congeminou um plano. -----

-----Ora bem, é importante que o magistrado do Ministério Público mostre esse plano: quando é que foi realizado? Do que é que consta o plano? Porque, na realidade, aquilo que aconteceu a partir de outubro de dois mil e dezassete vem na sequência de oitenta e três, ou oitenta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e quatro, porque, quando eu fui eleito a primeira vez, em oitenta e cinco, em dezembro, já existia um regulamento de utilização do fundo de maneiço do Gabinete da Presidência. E, curiosamente, o primeiro almoço até me foi oferecido pelo Presidente da Câmara cessante, porque, para me passar o testemunho, em treze ou catorze de janeiro, o Doutor, o Engenheiro Silva Ramos convidou-me para um almoço, e, a partir daí, se o regulamento foi alterado ou se teve alguma alteração, nunca foi por iniciativa do Presidente da Câmara. -----

----- Em dois mil e onze/dois mil e doze — aliás, nós temos tido, ao longo dos anos, dezenas de inspeções do Tribunal de Contas, da Inspeção-Geral de Finanças, nunca, ou da Inspeção-Geral da Administração do Território — nunca foi posta em causa a legalidade desta despesa. Nunca, em quarenta anos. E o senhor magistrado do Ministério Público faz esta acusação, a dada altura, não é? Falando no dito plano — determina a prescrição, porque, na sequência de uma inspeção em dois mil e onze/dois mil e doze, que recomendou algumas alterações a esse regulamento, que não havia qualquer procedimento criminal, porque o procedimento tinha prescrito, e salta de dois mil e onze/dois mil doze para dois mil e dezassete. Em dois mil e treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete, não existiu nada. Não existiu Câmara, nem Presidente de Câmara. No entanto, houve uma despesa nesses quatro anos de setenta e dois mil euros, o que quer dizer que, nos sete anos seguintes, proporcionalmente, houve uma despesa de dez mil euros superior ao que aconteceu no mandato dois mil e treze/dois mil e dezassete.-----

----- Portanto, significa que o senhor magistrado do Ministério Público só se preocupou com o funcionamento da Câmara durante a presidência de Isaltino Morais. Portanto, aquilo que é ilegal a partir de dois mil e dezassete não o era antes de dois mil e dezassete. Portanto, o senhor magistrado do Ministério Público vai ter de demonstrar esse plano e vai ter que demonstrar que não havia almoços de trabalho, porque não deixa de ser caricato — ridículo até — que, em todos estes almoços de trabalho para a Câmara Municipal, que o magistrado do Ministério Público tenha considerado que não há um único almoço. -----

-----Portanto, o que os senhores deputados têm que pensar é: sendo a Câmara um órgão executivo, com um orçamento de trezentos e cinquenta milhões de euros, com as maiores empresas do mundo sediadas no nosso Concelho — as maiores empresas do mundo sediadas no Concelho —, uma câmara que recebe os “chairman” e “CEO” das grandes empresas mundiais, que recebe presidentes de câmara, vereadores, diretores-gerais, professores disto e daquilo, de todo o país, que vêm ver como é que são as nossas políticas de habitação, políticas culturais, políticas desportivas, políticas por aqui fora, e que a Câmara Municipal tem o gesto... Eu ainda há poucos dias estive em três câmaras municipais e ofereceram-me o almoço — câmaras municipais que nós estamos a apoiar — e ofereceram o almoço a mim, a funcionários da Câmara de Oeiras que iam comigo e a funcionários da respetiva câmara e vereadores da respetiva câmara. -----

-----Portanto, a reflexão que temos de fazer é justamente esta: onde é que está a ilegalidade?

-----Eu sei que é fácil, no meio das cinco mil refeições — ou melhor, das mil e quatrocentas faturas — haver quatro que têm arroz de lavagante e haver cinco que têm vinho Pêra-Manca branco. Sim, há cinco faturas assim, e há uma que tem um charuto pago pelo meu bolso.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

-----“Foi pago a seguir.” -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Pago pelo meu bolso. Reparem: é natural que, no restaurante, se se pediu um charuto, na fatura põe; quando se vê que tem um charuto, o Presidente da Câmara paga. Porque aí eu posso garantir a todos que sempre paguei essas despesas à parte. -----

-----Aliás, como já agora aproveito para esclarecer: eu sei que causa alguma confusão a algumas pessoas... é interessante, eu não tenho culpa — aí procedo quase como as crianças, como as crianças; quer dizer, às vezes tenho de me conter, porque, de repente, virei-me para as redes sociais, e, curiosamente, foram os jovens deste Concelho, dezassete, dezoito anos, que me motivaram. E, portanto, num determinado momento, descobri que fazer propaganda de um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

restaurante — no dia seguinte, o restaurante estava cheio — e então ainda agora estive a gravar um, agora mesmo. Foi por isso que cheguei atrasado, mas depois carreguei no “coiso” e vi que era o Senhor Deputado que estava a falar e disse: “Não, não vale a pena, porque não está a dizer nada de novo e, portanto, não vale a pena ir lá perder tempo a ouvi-lo.” E até porque estava escrito aquilo que ia dizer, embora, quando fala, ainda consegue ser pior do que quando escreve. -----

----- Mas, na realidade, o que é que acontece? Estes vídeos as pessoas gostam de ver, quer dizer, e, portanto, todos os dias eu ponho um vídeo; todos os dias. Não há dia nenhum... Aí, tenho uma semelhança com o Deputado Pedro Frazão, ou com o Vereador Pedro Frazão; o Vereador Pedro Frazão também põe vídeos, e com muito sucesso. Mas eu não faço vídeos daqueles, atenção. Quer dizer, os vídeos que eu faço, eu vou um bocadinho contra a corrente das redes sociais. Eu não faço vídeos para ter seguidores; eu faço vídeos para dizer a verdade. E, se houver algum vídeo feito por mim que traduza alguma mentira, faça o favor de me chamar a atenção. -----

----- Quer dizer, portanto, voltando à questão, não deixa de ser estranho, realinente, que surja esta acusação neste contexto e os senhores deputados não se questionem: mas então, durante sete anos, não há um almoço legal? Não há um almoço oferecido a uma entidade que vem aqui ao Concelho? A um grupo de vereadores, ou professores, não sei quê... E, portanto, já agora — está-me aqui a Vereadora... que eu podia-me esquecer — esses almoços que eu faço são pagos do meu bolso, como calculam. -----

----- No entanto, vejam bem: o rigor jornalístico deste país fala nestes almoços que são objeto da acusação do Ministério Público, e o que é que metem para exemplificar? Os almoços que o Isaltino publica na sua rede social. Só que, como calculam... vamos lá ver, mas alguém imagina que eu ia fazer um vídeo... é certo que a comunicação social não tem vídeos, mas, se quiser, tem, porque já houve almoços que a comunicação social fez cobertura. Mas é mais fácil: vão aos vídeos que o Isaltino publica e pronto, está aqui: “Olha, os almoços, os almoços pagos pela Câmara.” Não, esses realmente são pagos por mim. Por uma razão: porque, apesar de tudo,

eu tenho alguma vida privada. Eu sei que as pessoas acham que eu sou um obcecado pela Câmara, o que é verdade, mas vou dormir a casa; consigo ir dormir a casa, apesar de trabalhar muitas horas. E, de vez em quando, há alguns domingos que almoço com os meus filhos — não é todos os domingos, infelizmente, como eu gostaria —, mas, de vez em quando, almoço com eles. E, nestes almoços, com frequência — são quatro ou cinco —, hoje, por exemplo, éramos oito à mesa. Hoje éramos oito à mesa, mas esses almoços são pagos por mim; não são pagos pela Câmara Municipal.

-----Portanto, esta coisa populista de dizer que se estão a utilizar dinheiros públicos não passa de populismo. Os partidos que defendem a Democracia não podem embarcar nisso. Agora, os que a querem destruir, obviamente que lhes convém falar que são dinheiros públicos. -----

-----Mas atenção: voltamos ao eleitorado de Oeiras. O eleitorado é esclarecido e encontra-me na rua e, é interessante, reconhecem que a Câmara Municipal... e depois não venham com as despesas de representação. As despesas de representação atribuídas ao Presidente da Câmara, aos vereadores e dirigentes, não são para representar a Câmara. Não são para representar a Câmara; são despesas para que os autarcas, enfim, os dirigentes, não passem vergonhas, designadamente que andem vestidos minimamente. É para isso que são as despesas de representação. Se a Câmara oferece um almoço a um conjunto de empresários ou a um conjunto de professores ou vereadores, ou não sei que mais, é a Câmara que paga. Claro que é a Câmara que paga. É a representação da Câmara Municipal. Até porque há almoços que as despesas de representação — os mil e cem euros de despesas de representação — não dão para um almoço. Para um almoço com trinta pessoas, por exemplo, não é? Quer dizer, portanto, a demagogia e o populismo é tal que pensam que as pessoas, pensam que os cidadãos, engolem tudo. Os cidadãos não engolem tudo. E, portanto, aquilo que a Assembleia, na minha opinião, se deve questionar é: Mas então o Ministério Público, ou melhor, isto não tem nada a ver com o Ministério Público, o magistrado do Ministério Público fez esta acusação que engendrou esta coisa do plano em dois mil e dezassete, não teve o cuidado sequer de ir ver o que é que acontecia antes de dois mil e dezassete, que o regulamento já vem de trás, que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara sempre funcionou assim, que as câmaras do país sempre funcionam assim, sempre funcionaram assim, continuam a funcionar.-----

----- Mas, eu pergunto, porquê só Oeiras? Se publicamente já foram denunciadas pela revista Sábado outras câmaras municipais, que os jornalistas o façam, eu compreendo. Agora, quando se faz uma acusação, tem de se ir ver se realmente o que seria normal era, destas mil e quatrocentas faturas, há alguma que não tenha sido um almoço de trabalho? -----

----- O que esta acusação vem dizer é que a Câmara Municipal de Oeiras, todas podem, menos a Câmara. A Câmara de Oeiras não pode fazer almoços de trabalho. A Câmara de Oeiras não pode receber aqui um ministro, ou um diretor-geral, ou um diretor de uma escola, ou não sei quê. Não pode receber aqui ninguém e dizer: temos a cordialidade de lhe oferecer o almoço. A Câmara Municipal não pode, numa reunião de trabalho que se prolonga... Vamos lá ver, acham que é um favor pagar um almoço a sete ou oito dirigentes, por exemplo, quando discutimos as GOP, são oito dias, oito dias de discussão. Na Fundação de Oeiras tem almoço e jantar todos os dias. Todos os dias é servido um almoço e um jantar. Para quê? Para as pessoas não saírem, para os dirigentes não saírem, porque estão ali a trabalhar intensivamente, das nove às nove, dez da noite, das nove até às nove, dez da noite. Só que esse almoço é servido lá, na Fundação de Oeiras.

----- Então, se temos uma reunião na Câmara que se prolonga até às três, quatro da tarde, se vai continuar, não se serve um almoço às pessoas? -----

----- Bom, os nossos funcionários — quer dizer, às vezes é uma coisa estranha — os nossos funcionários, jardineiros e cantoneiros, etc., etc., têm sopa durante a noite. É servida sopa durante a noite. E, já agora, quero dizer também, em Oeiras ninguém passa fome. Se o Senhor Deputado do Chega sabe de alguém, o nosso Orçamento dá para isso tudo. Nós temos um estado social em Oeiras que funciona. Se sabe de alguma família que passe fome, faça o favor de a identificar, e deixem-se demagogias, porque em Oeiras nós servimos toda a gente, e, particularmente, os que precisam. Particularmente os que precisam, não é?-----

-----Quer dizer, portanto, vamos aguardar tranquilamente a evolução deste processo. Da minha parte, eu devo-vos dizer, das pessoas que me acompanham, estou tranquilo. Reparem, há situações tão ridículas, por exemplo, uma funcionária é acusada de peculato por se ter apropriado, dizem, de vinte e seis euros” .-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Para ir buscar um bolo.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Vinte e seis euros porque alguém a mandou ir buscar um bolo. Porque alguém faria um aniversário, com certeza. E reparem, vamos lá ver, a vida, a vida é isto: alguém chega ali à Câmara, ou um funcionário, um dirigente, um técnico, e de repente: “Olhe, faço anos.” Ai, faz anos? Pois, temos de lhe cantar os parabéns. Há um pastel de nata, há um bolo daqueles do refeitório, põe-se uma vela em cima e cantam-se os parabéns. Noutros casos, “olha, vai buscar ali um bolo.” E foi o que aconteceu à nossa funcionária, não é? Assistente técnica, mandaram-na comprar um bolo. O bolo custou vinte e seis euros. Ela pagou o bolo, o bolo do bolso dela, vejam bem, fez um favor, pagou o bolo do bolso dela, chegou à Câmara, recebeu os vinte e seis euros, é acusada de peculato, mas, como este, há lá muitos outros. Quer dizer, portanto, o magistrado não se deu ao cuidado de procurar distinguir. Dá trahalho, mas tem de ver. Quer dizer, se são mil e quatrocentas refeições, tem de ver, que nós queremos ver, queremos moralizar isto, porque, pelos vistos, é um forrobodó, é só gastar dinheiro, dinheiros públicos, etc.-----

-----Então, vamos lá ver, onde é que está aqui um almoço que não seja de trabalho? Pelos vistos, não há nenhum. Quer dizer, é esta reflexão que nós temos de fazer. Porque, caso contrário, se os políticos embarcam nisto, não é? É a tal história: hoje é o bolo, amanhã o almoço, depois é não sei o quê. Quem governa não é a justiça.-----

-----Eu compreendo que o magistrado do Ministério Público não vá almoçar com o arguido ou com o réu, não tem essa necessidade. Mas a atividade judicial é diferente da atividade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

administrativa. Isto o que demonstra é um desconhecimento total deste magistrado do que é a atividade administrativa. E, portanto, se não conhece, tem de conhecer. Eu espero que tudo isto seja devidamente desmontado. É por isso que fazer justiça antes de tempo é muito mau e feio. ---

----- Portanto, senhoras e senhores deputados, da minha parte, totalmente tranquilos. Para aqueles que se arvoram em arautos, de que nós é que pedimos, nós é que fizemos, nós é que não sei quê... Bom, se alguém tiver a oportunidade de dizer que a Câmara não forneceu todos os dados, toda a informação, pode pôr o dedo no ar. É tão simples como isto; mais garanto-vos: câmara mais transparente do que esta não há. -----

----- Por outro lado, há outra coisa inaceitável. É que há pessoas que pensam que podem atirar todas as pedras, mas eu não aceito isso. -----

----- Portanto, transparência, pedimos meças a todos. Não há Câmara Municipal neste país mais transparente que esta. Portanto, aguardemos o percurso da justiça e depois logo veremos como é que isto termina. -----

----- Bom, ainda temos três minutos. O Senhor Vice-Presidente, tinha pedido a palavra. Senhora Presidente, se não se importa.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhor Vice-Presidente.”-----

3.3.15. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente.-----

----- O Senhor Presidente não estava aqui no início da Sessão, estava a acompanhar fora, mas, no entanto, acho que há duas ou três questões a esclarecer que não foram esclarecidas. -----

----- Em primeiro lugar, queria dizer, da minha experiência, que, nos últimos oito anos, com a exceção do Bloco de Esquerda e do Chega, graças a Deus, almocei em câmaras municipais presididas por todas as forças políticas, ou das quais todas as forças políticas deste hemiciclo fazem parte. Todas, sem exceção. Em todas as câmaras, a câmara suportou o almoço. Isto por começar

por dizer que não consigo entender porque é que, em Oeiras, é crime o que, nas outras geografias, não é crime. Quero também dizer que também foi objeto de notícia almoços noutras câmaras municipais, e não é objeto de investigação judicial, e é objeto de investigação judicial na Câmara de Oeiras. Goste-se ou não, eu acho isto tudo muito estranho. -----

-----Também não consigo perceber, e queria reforçar aquilo que o Senhor Presidente diz, não consigo entender como é que uma investigação judicial, que se quer clara, transparente, arquiva ou dá como prescrito tudo o que está para trás de dois mil e doze, depois dá um salto no tempo e chega a dois mil e dezassete, e há um plano, uma reunião magna, no qual o Presidente da Câmara reuniu vereadores, outros titulares de cargo público, dirigentes e até uma funcionária administrativa, que, na altura, o Presidente, com anos de distância, deve ter combinado: um dia há de acontecer eu mandar-te, ou alguém mandar-te buscar um bolo, e tratas do assunto e metes o dinheiro do bolo ao bolso — porque é disso que está a ser acusada a funcionária. Nós — isto é risível —, mas percebam, por favor, porque, para inuitos de vocês, há aproveitamento político; para nós, sobra indignação. E eu digo isto com o desconforto de quem tem de estar aqui sentado a ouvir palavras como as do Deputado do Chega, que, em situação normal, não se sentava comigo, porque não tinha dimensão ética, moral, intelectual ou cultural para isso. Não tinha. -----

-----Quando dizem que se estão juntos e fazem tudo igual, sou obrigado a perguntar se, algum dia, num partido onde, com tanta gente investigada de pedofilia, não será de ter cuidado com algumas pessoas. Porque, se é tudo igual, Vossa Excelência, permita-me que lhe diga: “Julgue-se a si pela sua bitola, não a nós.”-----

-----Quando Pedro me fala de Paulo, sei mais de Pedro do que de Paulo; o Senhor está sempre a avaliar pela sua bitola. Não, o Senhor Deputado pode fazer o ruído e os zurros que quiser — a mim não me perturba nada, nada.”-----

-----**O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “O Senhor Vice-Presidente está a falar e, portanto, o Senhor Deputado ouça, e depois ser-lhe-á dada a palavra. Isto tem regras.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. No mais, queria terminar dizendo que eu estou com o Doutor Isaltino há cerca de vinte anos. Nunca vi as coisas de que é acusado. Nunca assisti. Estou de perto há muito tempo. Nunca assisti. Faltei à reunião magna, como disse, onde se combinou refeições para engorda, para a engorda dos titulares de cargo público e dos dirigentes. Não estive nessa reunião. Estive, porém, também na Câmara no mandato de treze a dezassete. E também nesse mandato, que não foi objeto de investigação, havia almoços, e não consigo perceber porque é que é crime em Oeiras, quando o Isaltino Morais está; não é crime noutras geografias, ou também não é crime em Oeiras, quando o Isaltino Morais não está. -----

----- Disse.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Vice-Presidente, muito obrigada. O Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH) tinha pedido a palavra.”-----

3.3.16. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, senhora. Ainda tenho tempo, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim, sim, sim.”-----

----- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “Bem, relativamente às alegações daqui do Doutor Isaltino Morais, mencionou que o Chega era como um peixe dentro d’água, mas o peixe também morre pela boca. Para já, o Doutor Isaltino Morais teve conhecimento desta situação face à ilegalidade dos almoços em dois mil e

onze, sendo que, em dois mil e treze, foi suspenso o processo porque o Senhor foi preso com pena efetiva por branqueamento de capitais e fraude fiscal. -----

-----Portanto, isto não é só a questão do Ministério Público; é a questão também do relatório da Inspeção-Geral de Finanças, cento e sessenta e sete catorze, que atesta solenemente que os senhores violaram a rubrica dois ponto dois ponto onze, no sentido de os senhores terem um esquema em que pagavam e, depois, individualmente, iam ao fundo de maneo da Presidência levantarem dinheiro.-----

-----Eu pergunto: se é uma despesa de trabalho, não tinham de fazer esse esquema. Só isso.

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Muito bem, então estamos em condições de passar à votação desta moção de censura.”-----

3.3.17. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção de Censura, a qual foi rejeitada por maioria com trinta e dois votos contra, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Afonso Duarte Guterres de Moraes), três do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo e Ricardo Correia Fernandes), dois do Grupo Político Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com três votos a favor do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho) e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 43/2026** -----

----- **MOÇÃO – “NA SEQUÊNCIA DA ACUSAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO RELATIVA A DESPESAS EM REFEIÇÕES COM DINHEIROS PÚBLICOS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título, o qual foi rejeitado por maioria com trinta e dois votos contra, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com três votos do Partido Chega e com duas abstenções do Partido Iniciativa

Liberal. -----
-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----
-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----
-----“Portanto, foi rejeitada por maioria. E quem pede a palavra agora para declarações de voto? É isso, Senhor Deputado? Senhor Deputado Nuno Carolo (PS), faz favor, para declaração de voto.”-----

3.3.17.1. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Senhora Presidente. -----
-----O que está em avaliação, porém, não é uma seriedade dos factos noticiados; é a qualidade do instrumento político que hoje nos pedem para aprovar. -----
-----A moção em apreço apresenta conclusões enfáticas, mas carece de elementos essenciais para a deliberação responsável em particular uma articulação clara entre o plano penal — onde vigora a presunção de inocência — e o plano político — onde se exige proporcionalidade e eficácia.-- -----
-----Não aprovar esta moção não é recusar o escrutínio.-----
-----Pelo contrário: é recusar um texto que substitui procedimento por proclamação. -----
-----Esta moção, tal como redigida pedia, na prática, um salto de fé: proclama a incompatibilidade política “independentemente do desfecho judicial” e repete a mesma tese várias vezes, sem densidade probatória proporcional.-----
-----A boa governação recomenda o caminho inverso: menos adjetivo; menos manchete. Se a acusação tem substância — e poderá tê-la — o procedimento robusto acelerará a verdade e a responsabilização. -----
-----Por tudo isto, o Partido Socialista não aprova esta moção nesta forma.-----
-----Não por indulgência, mas por exigência. -----
-----O nosso compromisso não é com o ruído, é com os munícipes que esperam decisões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fundadas e transparentes.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO). Depois a seguir.” - -----

3.3.17.2. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A Coligação Evoluir Oeiras votou contra esta salgalhada disfarçada de moção de censura apresentada pela extrema-direita. Não porque achamos que não houve má gestão dos recursos públicos — que consideramos que houve —, não porque achamos que isto é uma prática que deve ser incentivada e motivada, porque não achamos; mas pura e simplesmente porque isto era, efetivamente, uma salgalhada, e nós não contribuimos para a bandalheira do Chega em momento algum.-----

----- Não confundimos esta Assembleia Municipal com um tribunal; não queremos fazê-lo. Queremos, sim, discutir aquilo que está em causa politicamente e continuaremos a fazê-lo, como sempre fizemos desde o mandato passado, em que tínhamos representação na Câmara e nesta Assembleia Municipal, e onde podemos orgulhar-nos de ser a única força política que tinha uma eleita — a Vereadora Carla Castelo — que não foi acusada neste caso. Vereadores do INOV, do PS e do PSD foram; da Coligação Evoluir Oeiras, não. Estamos muito confortáveis a discutir este assunto; não o discutimos é nos termos de um partido que recorrentemente traz bandalheira a esta Casa e que é um partido que não tem superioridade moral, nem sequer tem os mínimos olímpicos morais para vir aqui tentar passar atestados do que quer que seja a outras pessoas. -----

----- Falamos de um partido que tem militantes acusados de roubo, extorsão, assaltos a caixas de esmolas, prostituição de menores, roubo de malas, roubo de gasolina e ambulâncias, fogo posto — e a lista continua. -----

----- Senhora Presidente, nós vamos continuar a escrutinar este assunto, porque ele é apenas

a ponta do iceberg da má gestão de recursos públicos feita por este Executivo. Não alinharemos, no entanto, nem em populismos penais, nem na tentativa de transformar esta Assembleia Municipal num tribunal, nem na bandalheira com que a extrema-direita quer tratar um assunto que é sério, que deve ser escrutinado, mas com seriedade, com rigor e com coerência, e não aquilo que a extrema-direita aqui apresenta. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), por favor.” -----

3.3.17.3. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte Declaração de Voto: -

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Os meus cumprimentos a todos. -----

-----A CDU não reconhece ao Chega autoridade moral e ética para atacar qualquer outra força política ou instituição em matéria de cumprimento da legislação ou boa conduta no exercício das funções públicas. Com tantos telhados de vidro, se o Chega ou os seus eleitos fossem objeto dos julgamentos sumários e arbitrários que proferem na praça pública, já teriam certamente perdido muitos mandatos e estariam a cumprir as mais diversas sentenças. -----

-----Como temos afirmado: à Política o que é da Política; à Justiça o que é da Justiça. ----

-----O Estado de Direito é o que garante a nossa liberdade, a saudável capacidade de nos respeitarmos e convivermos, sabendo que as autoridades constitucionalmente mandatadas nos protegem, quer de quem incumpra a lei, quer de quem acusa, lança suspeitas e sentencia em termos abusivos e com base na sua opinião, no seu preconceito ou nos seus rancores pessoais. -----

-----As diligências realizadas pelo Ministério Público que têm sido noticiadas demonstram que o Estado de Direito e as suas instituições estão a funcionar: deixemo-las trabalhar, que sejam céleres, que tenham os recursos necessários, que lhes seja dada toda a colaboração. -----

-----Da nossa parte, contribuímos para uma forma de estar na Política ética e transparente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS



com respeito pela lei e pelo trabalho de autarcas e trabalhadores dos serviços público, evitando também situações que possam suscitar ambiguidades e dúvidas no bom uso dos dinheiros públicos. Recusamos justicialismos persecutórios. Mas também não subscrevemos práticas facilmente apontáveis como injustificadas e abusivas.-----

----- A nossa Política é inequivocamente pela Justiça, mas sobretudo pela dimensão da Justiça Social, da Democracia e do bem comum – nenhuma delas está presente na moção apresentada – e por isso votámos contra.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), para uma declaração de voto? Faz favor.”-----

3.3.17.4. A Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- O PAN vota contra a presente moção de censura. Esta posição assenta na convicção de que a Assembleia Municipal deve atuar com responsabilidade institucional, não se substituindo aos órgãos judiciais, nem antecipando conclusões em processos que se encontram em curso. ----

----- As informações recentemente divulgadas levantam questões que merecem um escrutínio rigoroso e transparente, sobretudo quando estão em causa recursos públicos e a confiança dos cidadãos nas instituições.-----

----- Compete à Assembleia Municipal exercer plenamente a sua função de fiscalização, assegurando que todas as dúvidas são devidamente esclarecidas e que, caso se confirmem irregularidades, sejam apuradas as respetivas responsabilidades pelos meios competentes.-----

----- Neste contexto, o PAN considera essencial promover mecanismos que reforcem a transparência e o controlo, designadamente através da análise independente das despesas em causa e da disponibilização clara da informação aos munícipes.-----

-----Quando estão em causa recursos públicos, a exigência tem de ser total, não apenas no apuramento de responsabilidades, mas também na prevenção de situações futuras. -----

----- O PAN reafirma, assim, o seu compromisso com uma atuação exigente, responsável e orientada pela defesa do interesse público. Entre o ruído e o silêncio, o PAN escolhe a responsabilidade.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado José Shirley (CH), pediu a palavra para declaração de voto? Faz favor” -----

3.3.17.5. O Senhor Deputado José Shirley (CH) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

-----Aquilo que se decidiu aqui no dia trinta e um de março foi simples: perante os factos que levantam sérias dúvidas, ou se assumia uma responsabilidade política ou fazia-se de conta que nada se passava. E o Chega, claramente, o único...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, Senhor Deputado, tenho de o interromper. O Senhor Deputado pediu a palavra para uma declaração de voto, mas não está a fazer e não tem tempo. Portanto, se é declaração de voto, é declaração de voto; se não é declaração de voto, não pode usar da palavra, Senhor Deputado.” -----

-----O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** retomou a sua declaração: -----

-----“Declaração de voto oral. É uma declaração de voto oral. Todos estão a fazer, Senhora Presidente. É uma declaração de voto oral, como todos estão a fazer, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“É uma declaração de voto..., mas peço desculpa, Senhor Vice-Presidente. É uma declaração de voto, tem de ser uma declaração de voto. O Senhor não pode porque não tem mais tempo.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado José Shirley (CH) continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Eu estou a fazer uma declaração de voto, Senhora Presidente. Ou a Senhora Presidente está a censurar uma declaração de voto?”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Peço Desculpa. Não é isso. É que o Senhor Deputado está a fazer uma declaração política, que é diferente.”-----

----- O Senhor Deputado José Shirley (CH) prosseguiu dizendo o seguinte: -----

----- “Não, eu não estou a fazer uma declaração política, estou a fazer uma declaração de voto. Se a Senhora Presidente puder ouvir até ao final, vai compreendê-la.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “E já não tem tempo. Portanto, agradeço que sintetize o que tem a dizer numa declaração de voto, que foi para isso que pedi a palavra. Não vamos subverter.”-----

----- O Senhor Deputado José Shirley (CH) perguntou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, isto é uma página, é simples. Se não querem ouvir, peço desculpa, mas é uma declaração de voto e eu, enquanto deputado, tenho total liberdade para exprimir a minha opinião numa declaração de voto. Portanto, posso fazer a declaração de voto em nome do Chega ou não?”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “A declaração de voto em relação à votação, se faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado José Shirley (CH) disse o seguinte:-----

----- “Que é o que estamos a fazer. Mas se a Senhora Presidente puder escutar até ao final, perceberá que é uma declaração de voto oral.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Pois, Senhor Deputado, agradeço-lhe que use da palavra para uma declaração de voto, que foi assim que pediu.”-----

-----O Senhor Deputado José Shirley (CH) concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Muito obrigado. Vou concluir, como todos os meus colegas têm vindo a fazer, e, portanto, agradeço que tenham respeito. Há questões sérias sobre a utilização de recursos públicos e o despacho da acusação do Ministério Público foi bastante claro sobre essa matéria. Como tal, para o Grupo Municipal do Chega era necessário apresentar um claro sinal político, e fizemos nesta apresentação de moção de censura e no nosso voto favorável.-----

-----O resultado da votação fala por si: ninguém quis assumir essa responsabilidade e preferiram deixar tudo como está.-----

-----Para concluir, porque é muito breve, se a Senhora Presidente pudesse ter escutado até ao fim, percebia. Não pode deixar de assinalar a incoerência de quem se apresenta todos os dias como alternativa a este Executivo, mas que, no momento de decidir, opta por acompanhar a sua continuidade e ignorar toda uma situação que despertou um mau-estar a nível nacional e local. --

-----E, Senhora Presidente, com o devido respeito, acho que podia ter mais atenção e respeito pelos deputados, em vez de presumir que não fosse uma declaração de voto, mas uma intervenção política. Acho que, se esperasse um pouco, conseguia perceber.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. esclareceu, referindo o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, agradeço-lhe o seu conselho, mas vou-lhe ler o artigo cinquenta e sete, número um, do Regimento, que diz o seguinte:-----

-----“Cada grupo político municipal ou cada deputado municipal, a título individual, tem o direito de produzir, no final de cada votação, uma declaração de voto esclarecendo o sentido da sua votação, exceto em caso de voto secreto.”-----

----- E não foi isso que o Senhor Deputado fez. Muito obrigada. E tem a palavra o Senhor Deputado António Moita (INOV25).”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, para cumprir escrupulosamente aquilo que agora anunciou, eu prefiro fazer uma declaração política, porque aquilo que eu ia dizer não é uma declaração de voto. E, portanto, fica já expressa essa posição, e o tempo contará.-----

----- Queria dar nota de que, no princípio da minha intervenção que aqui fiz, aquilo que disse foi que esperava que, perante esta moção inqualificável que o Chega apresentou, as outras forças políticas — sendo embora forças políticas da oposição — tivessem um comportamento digno. -----

----- Queria verificar e queria deixar aqui expresso que foi o que aconteceu. Independentemente das posições de cada um, as forças políticas souheram assumir a sua responsabilidade e souheram dignificar... Eu peço desculpa, mas...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Peço desculpa, Senhor Deputado, a Mesa esteve a reunir e o Senhor Deputado... já foi feita a votação. Não é para uma declaração de voto. Não é para uma declaração de voto. E, portanto, neste momento, não pode usar da palavra para esse efeito. Poderá usar da palavra noutro momento do PAOD, que ainda tem tempo, que ainda tem tempo. Eu peço silêncio. Eu peço silêncio à Assembleia.”-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** disse o seguinte:-----

----- “Eu guardarei para esse momento.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Peço silêncio. Vamos passar ao ponto dois. Senhora Deputada, peço desculpa, a Senhora Deputada Anabela Brito (IL) tinha pedido a palavra para uma declaração de voto. É isso?”

3.3.17.6. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Para uma declaração de voto. -----

----- Sim, Senhora Presidente. Obrigada.-----

-----A Iniciativa Liberal optou pela abstenção porque o rigor político não é negociável. E a nossa abstenção é a prova de que não aceitamos escolher entre o populismo e a opacidade. A Democracia exige seriedade jurídica. Não validamos moções tecnicamente inconsistentes que atropelam o Estado de Direito. Para a Iniciativa Liberal, a competência é um dever e o rigor não é negociável. -----

-----Por outro lado, também não toleramos a degradação institucional e a opacidade na gestão dos recursos públicos. A nossa abstenção é um cartão amarelo à sobrançeria de quem governa. É um sinal claro de que a ética pública em Oeiras não pode continuar a ser tratada como um assunto menor. Quem gere o dinheiro de quem trabalha tem o dever moral de estar acima de qualquer suspeita e de prestar contas com transparência, não com desdém. Não transigimos no direito, nem abdicamos na ética. Entre a incompetência de quem propõe e a falta de integridade de quem é proposto, a Iniciativa Liberal escolhe a exigência. -----

-----A Iniciativa Liberal, por isso, absteve-se por coerência. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH).” ----

3.4. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, é só para exercer aqui um protesto relativamente ao tratamento que está a ser dado aqui nesta Assembleia. O Chega falou, foi logo que não podia ser tal, tal, tal. Os outros falam do que querem. Eu acho que tem de ser imparcial, Senhora Presidente.”-----

3.5. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, fiz exatamente o mesmo em relação ao Senhor Deputado António Moita (INOV25).”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Não, não fez. Nós chamámos a atenção da Senhora Presidente. Senão não teria feito. Nós é que chamámos a atenção, Senhora Presidente. Tem de ser isenta. Tem de ser isenta. É que, senão, a Senhora Presidente vai ficar parecida com o Evoluir Oeiras. Não pode ser.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, fiz...” -----

----- **O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

----- “... ficar igual ali... não pode ser.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, usei exatamente o mesmo tratamento relativamente ao Senhor Deputado António Moita (INOV25), porque não era...” -----

----- **O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

----- “Sim, sim, mas eu quero que fique o protesto em Ata porque acho que tem de haver igualdade. Igualdade de tratamento. Quer dizer, ali o Deputado Moita (INOV25) ... até corta a palavra e tudo.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, se me permitem, quero só dizer o seguinte: usei o mesmo tratamento para ambos e, portanto, como o uso da palavra era para declarações de voto, terminadas as declarações de voto, se alguém ainda tiver tempo para usar, que não é o vosso caso, pode usar da palavra. E, portanto, o Senhor Deputado António Moita (INOV25) tem agora a palavra, que terminaram as declarações de voto.” -----

3.6. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. Eu vou ocupar apenas trinta segundos para dar conta do seguinte. --

----- Na minha intervenção inicial, referi que perante esta moção inqualificável que o Chega apresentou, tinha esperança que as restantes forças políticas se comportassem de uma forma digna. Devo dizer, independentemente das posições que aqui manifestaram, independentemente de se

situarem enquanto forças políticas da oposição, queria realçar o facto de assim ter acontecido. Queria realçar o facto de hoje, apesar — e Deus escreve direito por linhas tortas — uma moção inqualificável proposta pelo Chega traduziu-se num dia que, eu me parece, é um dia feliz para esta Assembleia Municipal.-----

-----Disse.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Obrigada. Senhor Deputado, tem quarenta e dois segundos para usar.”-----

3.7. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Tenho quarenta e dois segundos, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Quarenta e dois segundos, exatamente, tem quarenta e dois segundos”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Pronto, a situação é esta, Senhora Presidente.-----

-----Eu sei que a Senhora pertence ao Grupo do Doutor Isaltino Morais, mas tem de haver aqui imparcialidade.-----

-----Só quero dizer aqui, ficou hoje aqui assente que toda a oposição, à exceção do Chega, está com o Isaltino Morais e que não tem legitimidade, moral nem ética, quando vem criticar os almoços, as construções faraónicas. Não tem legitimidade.-----

-----O Chega foi o único partido que teve a coragem de pôr uma moção, e que fique em Ata. Aquilo que eu agradeço é que nunca mais haja aqui violação do princípio da igualdade de direitos. Uma vez que estamos a violar aqui o CPA, a Constituição, não fica bem, Senhora Presidente.-----

-----Quanto ali à extrema-esquerda, eu acho que vocês estão desesperados; já são só dois.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

No próximo mandato, estão na rua com o PCP, portanto o Livre, vocês, coitaditos...” -----

3.8. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, terminou o seu tempo. Terminou o seu tempo. Senhor deputado, agradeço-lhe que seja responsável e que não seja, que não esteja a invetivar a Mesa constantemente na minha pessoa, porque eu não lhe admito isso. Senhor Deputado, não lhe admito falta de educação. O Senhor... alguém mais? Eu sei. -----

----- Temos ainda uma proposta de recomendação: Fundação de Oeiras - Pela extensão do prazo de consulta pública do PIP e realização de sessão pública de esclarecimento, do Grupo Evoluir Oeiras, que eu vou passar a ler e que entrou em segundo lugar esta proposta de recomendação.” -----

3.9. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – “FUNDIÇÃO DE OEIRAS - PELA EXTENSÃO DO PRAZO DE CONSULTA PÚBLICA DO PIP E REALIZAÇÃO DE SESSÃO PÚBLICA DE ESCLARECIMENTO”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “O concelho de Oeiras possui um valioso património histórico e arquitetónico, que constitui um testemunho único da sua identidade, memória coletiva e centralidade na história de Portugal. A Fundação de Oeiras é mais do que um espaço urbano em transformação — é um símbolo da memória industrial e da identidade coletiva do concelho. Durante décadas, foi parte ativa da vida económica e social de Oeiras, deixando uma marca que ainda hoje é reconhecida pela comunidade. Intervir neste território é, por isso, muito mais do que desenvolver um projeto urbanístico: é decidir sobre um legado. Num concelho que se pretende que valorize o seu património e a participação cívica, esse futuro deve ser construído com transparência, informação e a voz ativa dos cidadãos. -----

-----Considerando que:-----

-----Um. O Pedido de Informação Prévia (PIP) relativo ao projeto da Fundação de Oeiras se encontra em fase de consulta pública, conforme edital cento e sete, tendo o período de participação iniciado a vinte e quatro de fevereiro e tem final previsto para sete de abril de dois mil e vinte e seis;-----

-----Dois. O projeto em causa configura uma intervenção urbanística de grande dimensão, com impactos significativos ao nível urbanístico, ambiental, social e de mobilidade, implicando a criação de uma nova centralidade urbana com milhares de residentes e usos multifuncionais;-----

-----Três. A consulta pública disponibiliza um conjunto documental de elevada complexidade técnica, composto por oitenta e seis documentos e cerca de mil quinhentas e oitenta páginas, cuja análise exige tempo e conhecimentos especializados, dificultando uma participação informada por parte dos cidadãos;-----

-----Quatro. Foi realizada apenas uma apresentação pública do projeto, na qual não foi assegurado um período de perguntas e respostas, limitando o esclarecimento de dúvidas;-----

-----Cinco. Foi publicamente indicado que seriam promovidas sessões de esclarecimento adicionais, as quais, até à data, não se realizaram, criando uma legítima expectativa de participação que não foi concretizada; -----

-----Seis. O período de consulta pública abrange parcialmente o período de férias escolares da Páscoa, o que limita a disponibilidade de participação de uma parte significativa da população; -----

-----Sete. Em processos semelhantes, incluindo o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do mesmo projeto, foram admitidas prorrogações do período de consulta pública, evidenciando a importância de assegurar condições efetivas de participação; -----

-----Oito. A participação cidadã constitui um princípio fundamental da administração pública democrática, devendo os processos de consulta pública garantir condições materiais que permitam uma intervenção informada, consciente e alargada dos cidadãos; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Face ao exposto, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe à Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão extraordinária oito/dois mil e vinte e seis de trinta e um de março dois mil e vinte e seis, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que: -----

----- Um. Considere a possibilidade de prorrogação do prazo da consulta pública relativa ao Pedido de Informação Prévia da Fundação de Oeiras por um período adicional de trinta dias, garantindo assim condições mais adequadas para a análise da documentação e participação dos cidadãos;-- -----

----- Dois. Promova pelo menos uma sessão pública de esclarecimento durante o período de consulta pública, aberta à população, que permita o esclarecimento de dúvidas colocadas pelos munícipes e a recolha de contributos e preocupações da comunidade, divulgada com antecedência adequada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, é esta a proposta de recomendação que acabei de ler e que eu ponho à vossa consideração. Portanto, vamos ver quem é que ainda tem tempo para falar sobre esta proposta de recomendação.” -----

----- **O Senhor Deputado Nuno Custódio (INOV25), Segundo-Secretário,** disse o seguinte: -- -----

----- “O INOV, o PS, CDU e PAN.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “O INOV, o PS, CDU e PAN. É isso? O Senhor Presidente da Câmara quer falar sobre esta proposta? Não tem tempo? O Senhor Presidente da Câmara não tem tempo.”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Para poupar tempo, para poupar tempo, Senhora Presidente...” -----

----- **Vários senhores deputados** intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“É assim, é que nós estamos no Período Antes da Ordem do Dia e perdeu-se muito tempo com a primeira moção.” -----

3.9.1. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Sim, Senhora Presidente. Desculpem, só estão a baralhar... para poupar tempo. Em todos os processos de discussão pública aparece sempre uma proposta a pedir mais prorrogação do prazo, e a Câmara Municipal está sempre preparada para isso. Portanto, aquele processo já esperou tanto tempo que mais trinta dias ou mais trinta noites não afeta nada. Portanto, é aceite esta proposta. Não há problema nenhum. A Câmara vai prorrogar por mais trinta dias. Pronto. Não há problema nenhum. Será prorrogado por mais trinta dias. Pronto.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Muito bem. De qualquer modo, vamos à votação desta proposta de recomendação.”

3.9.2. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Afonso Duarte Guterres de Morais), três do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-----

----- Os Senhores Deputados Tomás Raposo Barra e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 não estavam presentes na altura da votação.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 44/2026** -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – “FUNDIÇÃO DE OEIRAS - PELA EXTENSÃO DO PRAZO DE CONSULTA PÚBLICA DO PIP E REALIZAÇÃO DE SESSÃO PÚBLICA DE ESCLARECIMENTO”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar

Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que: -----

-----Um. Considere a possibilidade de prorrogação do prazo da consulta pública relativa ao Pedido de Informação Prévia da Fundação de Oeiras por um período adicional de trinta dias, garantindo assim condições mais adequadas para a análise da documentação e participação dos cidadãos; -- -----

-----Dois. Promova pelo menos uma sessão pública de esclarecimento durante o período de consulta pública, aberta à população, que permita o esclarecimento de dúvidas colocadas pelos munícipes e a recolha de contributos e preocupações da comunidade, divulgada com antecedência adequada.-- -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Portanto, está aprovada por unanimidade a proposta de recomendação.-----

-----Temos agora uma outra proposta de recomendação, que é a Realização da Auditoria Jurídica-Forense Independente às Contas e Contratação da Câmara Municipal de Oeiras no Período dos Últimos doze anos. -----

-----Eu vou dar ao Senhor Primeiro-Secretário para ler esta proposta.” -----

3.10. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – “REALIZAÇÃO DE AUDITORIA JURÍDICO-FORENSE INDEPENDENTE ÀS CONTAS E CONTRATAÇÕES DA CMO NO PERÍODO CORRESPONDENTE AOS ÚLTIMOS 12 ANOS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA -----

-----O **Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro-Secretário**, leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Realização de auditoria jurídico-forense independente às contas e contratações da Câmara Municipal de Oeiras no período correspondente aos últimos doze anos-----

----- Exposição de motivos-----

----- Se a gestão financeira e funcional de qualquer empresa privada deve ser alvo de escrutínio regular, de forma a garantir a legalidade de todos os seus procedimentos e eficiência das suas políticas económica e contratual, num executivo camarário, seja ele qual for e porque localmente representa a condução da “coisa pública”, esta necessidade apresenta-se ainda mais premente. - -----

----- A ser assim, a exigência que aqui invocamos e o procedimento que colocamos a aprovação desta Assembleia Municipal não deve jamais ser encarada, pelos executivos em função, pelos que lhe antecederam ou para lá dos mesmos, por quem quer que seja, enquanto lançamento de quaisquer dúvidas ou suspeições sobre as decisões tomadas, mas tão somente como um prestar de contas a quem elege os seus representantes locais, os munícipes. -----

----- Neste sentido, e a bem do rigor e transparência, para o presente efeito são as auditorias externas, aquelas que melhor servem ao apuramento desta mesma necessidade, a bem de um apuramento atual, rigoroso e real da situação interna do município ao qual se apliquem. -----

----- As auditorias externas, para os menos familiarizados com o seu âmbito de atuação, são na verdade exames de natureza independente, ou seja, livres de quaisquer pressões político-partidárias ou amarras ideológicas, focando-se apenas em demonstrações financeiras e processuais objetivas, a realizar por profissionais sem qualquer vínculo ou submissão às entidades auditadas, avaliando da conformidade, ou ausência dela, entre decisões tomadas e as respetivas normas legais em vigor. - -----

----- No que diz respeito ao Município de Oeiras, o seu nome tem surgido, ao longo do último ano, associado a notícias relacionadas com buscas da Polícia Judiciária, no âmbito de suspeitas de corrupção. Mais recentemente, na última semana, foi conhecido um despacho de

acusação do Ministério Público dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e a outros vinte e dois dirigentes do Município, relacionado com a utilização de cerca de cento e cinquenta mil euros em refeições, que, segundo o referido despacho, terão ocorrido durante os mandatos autárquicos de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um e de dois mil e vinte e um - dois mil e vinte e cinco.-----

-----Deste modo, instamos todos os partidos políticos nesta Assembleia Municipal representados, a aprovar a realização de uma auditoria externa às contas e contratações da Câmara Municipal de Oeiras no período correspondente aos últimos doze anos, a bem de Oeiras e dos Oeirenses, na certeza de que o chumbo desta iniciativa não passará despercebido aos nossos munícipes.- -----

-----Como atrás já se teve oportunidade de referir, mas ainda assim se repete para que não restem quaisquer más interpretações do real motivo desta proposta de recomendação, realizar esta auditoria não é colocar em causa a gestão de quem quer que seja, muito menos aferir da seriedade pessoal de qualquer agente político no período em apreço. -----

-----É, pelo contrário, demonstrar muito claramente, primeiro que nada há a esconder, e segundo, que Oeiras é sinónimo de rigor e transparência. -----

-----Assim, nos termos legais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Municipal do CHEGA propõem que a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão extraordinária de trinta de março de dois mil e vinte e seis, recomende ao executivo da Câmara Municipal de Oeiras que:-----

-----Um - Proceda à realização de uma auditoria jurídico-forense externa às contas e contratações da Câmara Municipal de Oeiras no período correspondente aos últimos doze anos, por uma entidade independente. -----

-----Dois – Que, terminada a auditoria externa, o relatório seja tornado público e, caso se verifiquem desconformidades, ilegalidades ou matéria criminal, ainda que sob a forma de indícios,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

deva ser imediatamente encaminhado para as instâncias judiciais competentes.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Secretário. Relativamente a esta proposta de recomendação, os únicos grupos que têm tempo para falar sobre isto é o INOV, o PS, CDU, PAN e Presidentes de Junta. Quem pretende inscrever-se para usar da palavra? Senhor Deputado António Moita (INOV25).” -----

3.10.1. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, queria apenas dizer, em trinta segundos, o seguinte: o Chega enche aqui a boca, normalmente, com as disposições do Tribunal de Contas, da IGF, de todas as entidades que fiscalizam a Câmara Municipal. -----

----- Depois, eu peço-lhe, por uma vez, que confie no Tribunal de Contas, confie na IGF, confie no conjunto de entidades que fiscalizam a Câmara Municipal e, do nosso ponto de vista, não é preciso absolutamente mais nada. -----

----- E, portanto, para além daquilo que já se passou aqui hoje, eu não contava que houvesse uma proposta também deste teor. O nosso voto é, obviamente, contra.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Deputado, faz favor, João Santos (CDU).”-----

3.10.2. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Não vou usar os três minutos; também, em trinta segundos, apenas para dizer que o argumentário que já utilizámos a propósito da moção de censura aplica-se integralmente a este caso. Portanto, votaremos contra.-----

----- Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra? Faz favor, Senhora...” -----

3.10.3. A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde, Senhora Presidente. Cumprimento todos, incluindo os deputados.-----

-----Só para dizer que esta recomendação não faz nenhum sentido. Estou ligada à Câmara Municipal há várias décadas e, permanentemente, para além do Tribunal de Contas, a Câmara Municipal tem inspeções na Câmara.-----

-----Portanto, não faz nenhum sentido esta recomendação do Chega.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Terminou? Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor.” -----

3.10.4. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, também muito rapidamente, para dizer que o PAN concorda e valoriza o princípio do escrutínio, mas discorda completamente desta formulação.-----

-----Portanto, iremos votar contra. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Portanto, está... não pode usar, não tem tempo.” -----

3.10.5. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, deu vinte segundos ao Doutor Isaltino há bocadinho. Também gostaria que me desse vinte segundos.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Como... Senhor Deputado, como o Senhor Deputado bem ouviu, o Senhor Presidente disse que iria fazer o que estava proposto, ou seja, que iria alargar o prazo. Não tem nada a ver.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Uma coisa não se confunde com outra.”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, falta imparcialidade.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Uma coisa não se confunde com outra. Não tem razão nenhuma. Então, vamos passar à votação. Vamos passar à votação desta proposta de recomendação.”-----

3.10.6. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada por maioria com trinta e quatro votos contra, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Afonso Duarte Guterres de Moraes), três do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo e Ricardo Correia Fernandes), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25

(Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), e com três votos a favor do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 45/2026** -----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – “REALIZAÇÃO DE AUDITORIA JURÍDICO-FORENSE INDEPENDENTE ÀS CONTAS E CONTRATAÇÕES DA CMO NO PERÍODO CORRESPONDENTE AOS ÚLTIMOS 12 ANOS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título, o qual foi rejeitado por maioria com trinta e quatro votos contra, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, e com três votos a favor do Partido Chega.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata. -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“E, portanto, foi rejeitada. Desculpe, Senhor... levantou... quer proferir?”-----

3.10.6.1. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, apenas para dizer que o Partido Socialista apresentará uma declaração de voto por escrito.”-----

----- O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve:-----

----- “Senhora Presidente-----

----- Os Oeirenses deram à coligação PSD/ISALTINO um mandato para governar dentro da Lei e ao Partido Socialista entregaram um mandato para fiscalizar com rigor, mas também com proporcionalidade e sentido institucional.-----

----- O Partido Socialista vota contra a proposta de recomendação que solicita à Câmara Municipal a realização de uma auditoria jurídico-forense.-----

----- Face às notícias recentes e ao debate público, a transparência é essencial — mas não se deve confundir transparência com a abertura de um processo de natureza forense sem objetividade e delimitação. Uma auditoria jurídico-forense é, pela sua própria natureza, um instrumento excecional, desenhado para contextos em que existam sinais consistentes de irregularidade grave, num objeto e num tempo determinado, ou quando os mecanismos regulares de controlo se revelem insuficientes.-----

----- A proposta, tal como está formulada, não demonstra materialidade, âmbito, critérios de risco, nem umnexo claro entre factos e o instrumento proposto. Assim, a sua aprovação cria um risco real de Presunção de culpa e deterioração da confiança institucional antes de haver conclusões; uma análise de “arrastão”, é acima de tudo um desvio de recursos (tempo, equipa, custo) para um processo pesado, com impacto direto na atividade municipal; promove a sobreposição com mecanismos normais de controlo e fiscalização (internos e externos), que devem ser usados primeiro de forma criteriosa, e ainda promove a transformação de um dever de escrutínio num ato de sinalização política, em vez de uma resposta técnica orientada por evidência.-----

----- O Partido Socialista entende que a boa governação exige escrutínio, mas esse

escrutínio deve ser graduado: começar pelo que é mais objetivo, verificável e proporcional, reforçando a prestação de contas com medidas concretas (por exemplo: publicação sistemática de contratos, relatórios de execução, mapas de adjudicações, e respostas públicas a perguntas formais), antes de avançar para instrumentos forenses com este nível de impacto institucional. ---

-----Em suma: fiscalizar, sim; dramatizar e antecipar conclusões, não. -----

-----O interesse público protege-se melhor com clarificação factual e controlo proporcional, do que com uma auditoria forense ampla e pouco delimitada. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Uma declaração de voto por escrito. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor. Sim.” -----

3.10.6.2. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Senhora Presidente, muito obrigada. -----

-----Para efeitos de uma declaração de voto. Para dizer que o Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra esta proposta por entender que a mesma não promove uma fiscalização responsável, mas antes instrumentaliza a função fiscalizadora para fins políticos. -----

-----Sejamos claros: todos queremos transparência, escrutínio e rigor na gestão pública. Isso não é exclusivo do Chega. Mas há uma diferença entre fiscalizar com responsabilidade e instrumentalizar a fiscalização, e é isso que esta proposta faz. -----

-----A Assembleia Municipal tem um papel próprio: fiscaliza com rigor, com proporcionalidade e respeito pelas competências institucionais; não investiga criminalmente, não substitui tribunais nem deve assentar a sua ação em notícias, processos em curso ou acusações ainda não julgadas. Ao fazê-lo, esta proposta transforma a Assembleia num palco de suspeição política, confundindo transparência com exploração política de justiça. E, no nosso entender, até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desvia a atenção para os problemas que, sim, estão identificados e devem ser investigados e julgados. -----

----- Acresce que a proposta é uma auditoria de doze anos de governação, sem qualquer fundamentação técnica, e que se torna desproporcional, inexecutável e potencialmente dispendiosa para o Município. -----

----- Mais grave ainda, procura-se condicionar o sentido de voto com insinuações políticas dirigidas aos deputados, o que é inaceitável num órgão que deve deliberar com autonomia e responsabilidade. -----

----- Na verdade, esta iniciativa foi desenhada para produzir ganhos políticos, independentemente do seu resultado. Se tivesse sido aprovada, seria uma bandeira...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada... Senhora Deputada, desculpe interrompê-la.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “... tendo sido rejeitada, agora alimenta uma narrativa de falta de transparência. O Grupo Político Evoluir Oeiras não entra nesse jogo e, por isso, votou contra esta proposta. -----

----- Exigimos transparência, rigor e boa gestão dos recursos públicos, mas fazemo-lo com seriedade institucional. Não confundimos justiça com política, nem usamos a dúvida como arma. Com clareza e sentido de responsabilidade, votamos contra, porque esta proposta não é um exercício sério de transparência, mas sim um teatro político à custa da credibilidade das instituições. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado Filipe Martins (IL) tinha pedido a palavra para uma declaração de voto também.”-----

3.10.6.3. O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Senhora Presidente, obrigado.-----

-----A Iniciativa Liberal votou contra a proposta de recomendação relativa à realização de uma auditoria jurídico-forense externa às contas de contratações do Município de Oeiras.-----

-----A nossa posição assenta, antes de mais, numa questão de princípio. A Iniciativa Liberal defende, de forma clara, a transparência na gestão pública, o rigor das contas e o escrutínio independente. E, nesse sentido, consideramos que as auditorias externas podem constituir instrumentos positivos de reforço da confiança, tanto para quem governa como para quem exerce funções de oposição. -----

-----Importa igualmente afirmar, de forma inequívoca, que esta posição não significa qualquer desvalorização da necessidade de apuramento da verdade dos factos. Pelo contrário, entendemos que a verdade deve ser plenamente esclarecida e quaisquer eventuais responsabilidades devem ser devidamente apuradas.-----

-----Contudo, a proposta apresentada surge num contexto e num momento que não podem ser ignorados. A sua coincidência com processos em curso envolvendo o Ministério Público levanta dúvidas quanto à sua natureza, parecendo configurar um aproveitamento político de circunstâncias judiciais em desenvolvimento.-----

-----A Iniciativa Liberal distingue claramente entre escrutínio institucional sério e uso conjuntural de instrumentos de controlo como resposta a ciclos mediáticos. Entendemos que, neste momento, o apuramento de eventuais irregularidades compete às entidades próprias, designadamente aos tribunais, às instâncias judiciais competentes, que dispõem dos meios adequados para o efeito. -----

-----Não acompanhamos, por isso, iniciativas que possam contribuir para a confusão entre o plano judicial e o plano político, nem para a degradação do debate público em torno de matérias que exigem rigor, responsabilidade e respeito pelas instituições. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Iniciativa Liberal reafirma o seu compromisso com a transparência, com boa governação e com escrutínio exigente, mas também com seriedade e sentido institucional no exercício da ação política. -----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) pediu a palavra para uma declaração.” -----

3.10.6.4. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Sim. É para dizer que vou enviar uma declaração de voto por escrito”. -----

----- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “O Grupo Municipal do PAN vota contra a presente recomendação.-----

----- O PAN reconhece a importância do reforço dos mecanismos de transparência e escrutínio na gestão pública, nomeadamente através da realização de auditorias independentes, enquanto instrumentos relevantes para assegurar a correta utilização dos recursos públicos e a confiança dos cidadãos nas instituições.-----

----- Contudo, entende que a formulação desta recomendação é excessivamente abrangente e marcada por um enquadramento político que não contribui para um escrutínio rigoroso, proporcional e eficaz.-----

----- A transparência deve ser promovida com responsabilidade, através de instrumentos bem definidos, orientados para resultados concretos e úteis para os munícipes, e não por via de propostas que possam desvirtuar esse objetivo. -----

----- O PAN reafirma assim o seu compromisso com uma atuação exigente, responsável e centrada na defesa do interesse público.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Podemos passar à Moção pela Defesa da Serra de Carnaxide, que eu peço o favor ao Senhor Segundo-Secretário que leia esta.”-----

3.11. MOÇÃO – “PELA DEFESA DA SERRA DE CARNAXIDE”, APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE/QUEIJAS 25 E PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV 25-----

-----O Senhor Deputado Nuno Custódio (INOV25), Segundo-Secretário, leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Moção-----

-----Pela defesa da Serra de Carnaxide -----

-----As notícias que recentemente vieram a público, a respeito de dois loteamentos no Concelho da Amadora violarem os limites administrativos do concelho de Oeiras, vieram acrescentar mais um elemento de perturbação na relação entre os Municípios.-----

-----No início da década de mil novecentos e noventa, o Município de Oeiras procurou que fossem aprovados planos de pormenor intermunicipais com os Concelhos da Amadora, na zona da Serra de Carnaxide, e Sintra, na zona do (agora) Taguspark. Em ambas as situações aqueles municípios não mostraram abertura para aprovação de planos alargados. -----

-----O resultado, na zona de fronteira com Sintra, foi o nascimento de São Marcos e, na Amadora, no que antes também era Serra de Carnaxide, a urbanização daquela zona daquele Concelho. - -----

-----No caso concreto da Serra de Carnaxide, do lado de Oeiras encontramos preservação, com plantação de milhares de árvores, bem como respeito pelos ecossistemas locais; do lado da Amadora, tudo está já ocupado: do sopé ao cume do que antes era Serra de Carnaxide, do lado da Amadora, há agora uma imensa mancha de betão. -----

-----A betonização que a Amadora provocou no que era o seu lado da serra apenas foi possível com aprovação da Resolução do Conselho de Ministros cento e seis/mil novecentos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

noventa e oito, que ratificou o Plano de Pormenor da Serra de Carnaxide (aprovado pelo Município da Amadora em dez/mil novecentos e noventa e seis). Esta ratificação foi necessária uma vez que o plano de pormenor aprovado “alterava o disposto no Plano Diretor Municipal da Amadora quanto às áreas destinadas à classe de espaço verde urbano de proteção e enquadramento”, isto é, o plano pôs em causa a estrutura verde principal do Concelho da Amadora. -----

----- As notícias recentes de violação dos limites territoriais de Oeiras, respeitam aos loteamentos “Skycity” e “Marconi”. -----

----- No caso do “Skycity”, já em fase final de construção, há arruamentos que violaram os limites de Oeiras, para além dos muros dos logradouros terem sido erguidos em cima do limite concelhio, tendo moradores aberto portões para o território de Oeiras. -----

----- No caso do “Marconi”, ainda não em construção, o Município da Amadora emitiu alvarás para cinco lotes que entram dentro do território do Concelho de Oeiras. -----

----- Não sabemos, em toda a extensão, o que motivou a Amadora para aprovar, como aprovou, um plano de pormenor com tanta densidade de construção, e loteamentos que violam os limites territoriais do nosso Concelho. -----

----- Não obstante, não sabemos onde a Amadora foi buscar inspiração, mas sabemos o que significa indignação. -----

----- Não podemos aceitar o desrespeito pelos limites do nosso território e não podemos aceitar, como foi público, que o Município da Amadora esteja, há mais de três anos, a ignorar as comunicações formais do Município de Oeiras, solicitando esclarecimentos e a reposição da legalidade. -----

----- Se a violação dos limites de Oeiras foi um erro, que seja devidamente assumido pelo Município da Amadora, em toda a sua extensão. -----

----- Não nos cabe avaliar a política de urbanização da Serra de Carnaxide por parte do Município da Amadora, essa avaliação cabe aos munícipes daquele Concelho. Todavia, enquanto

membros desta Assembleia Municipal, cabe-nos defender os interesses de Oeiras.-----

-----Face ao exposto: -----

-----Um. Solicita-se ao Executivo Municipal que continue os seus esforços na defesa da Serra de Carnaxide, se necessário recorrendo às instâncias judiciais; -----

-----Dois. Solicita-se às forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal e com membros nos órgãos municipais da Amadora, ou nacionais, que ajudem a este esforço coletivo, sensibilizando para a questão.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Secretário. Como tem sido prática relativamente às moções, eu vou também colocar a aceitação desta moção para discussão na Assembleia.”-----

3.11.1. VOTAÇÃO DA ADMISSÃO DA MOÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação a admissão da Moção à discussão, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Afonso Duarte Guterres de Moraes), três do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 46/2026** -----

----- **ADMISSÃO DA MOÇÃO – “PELA DEFESA DA SERRA DE CARNAXIDE”,
APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
CARNAXIDE/QUEIJAS 25 E PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV 25** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, admiti-lo à discussão.- -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Portanto, foi votado por unanimidade a discussão. E então, vamos passar então à discussão da moção. Parece que foi por unanimidade. Foi por unanimidade. Quem pretende usar da palavra sobre esta moção? Quem pretende usar da palavra? Pois não, mas ainda há quem tenha tempo. O Senhor Deputado, faz favor, João Santos (CDU), tem tempo.”-----

3.11.2. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----A preocupação da CDU pela integridade e valorização ecológica da Serra de Carnaxide é expressa e conhecida desde longa data. -----

-----Entendemos que defender os interesses dos Oeirenses vai muito além da discussão sobre jurisdições municipais e limites de lotes; deverá assentar na promoção de todos os esforços para uma adequada articulação intermunicipal, numa aposta na integração da Serra de Carnaxide em corredores verdes metropolitanos ligados a Monsanto e à Serra da Carregueira.-----

-----A confirmar erros processuais em matérias urbanísticas e cadastrais que envolvam a Serra de Carnaxide, há que responsabilizar quem de direito e trabalhar para que não voltem a acontecer, mas recusamos um aproveitamento demagógico da complexidade territorial e processual em causa, em que se procura utilizar o concelho da Amadora como figura de estilo para pintar um retrato paradisíaco do lado de Oeiras, quando sabemos que também se preveem, nos diversos planos de Oeiras, ocupações muito significativas na encosta sul da Serra, para não falar das vastas áreas urbanizáveis em solos de grande riqueza por todo o concelho. -----

-----Entendemos que é fundamental manter boas relações entre o Município de Oeiras e o Município da Amadora, ultrapassando a degradação que se tem vindo a registar, nomeadamente em torno dos SIMAS. Não alinhamos, por isso, numa moção que acentua a retórica do conflito e que procura tirar dividendos políticos de uma situação que merece esclarecimento, responsabilidade e trabalho conjunto. Concentremo-nos, sobretudo, na proteção, na valorização e na regeneração dos recursos naturais, ambientais e paisagísticos do nosso concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende, que tenha tempo, obviamente, usar da palavra?” -----

3.11.3. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte Interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, só uma Interpelação à Mesa, se puder ser. É possível votar por pontos, ponto a ponto?” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Quem apresentou a proposta é que poderá responder.”-----

3.11.4. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) respondeu o seguinte:-----

----- “Eu penso que não, Senhora Presidente. Esta proposta faz todo o sentido, mas em conjunto. Em conjunto.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Está respondido. Então passamos à votação? Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, faz favor.” -----

3.11.5. O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas), disse o seguinte: - -----

----- “Cara Presidente, caro Vice-Presidente, Caros Vereadores, Caros Magistrados, quero dizer, peço desculpa, Caros Deputados. -----

----- Lamentavelmente, nesta Assembleia Municipal perdeu-se muito tempo com temas que deveriam ser decididos em outras instâncias e, relativamente a questões de grande importância para o nosso território, temos menos tempo para debater. -----

----- Em primeiro lugar, tal como mencionei eu e também o Vice-Presidente na última

Sessão desta Assembleia Municipal, os esforços do Município de Oeiras têm sido muito positivos nestas últimas semanas, no sentido de manter e preservar a Serra de Carnaxide verde do lado de Oeiras e com todo o seu ecossistema verde, protegendo o ambiente, protegendo bandeiras que são muitas vezes defendidas por todos os partidos aqui presentes, principalmente nas alturas das campanhas eleitorais.-----

-----E esta proposta de recomendação veio no sentido de unir todos que estão aqui presentes em todas as ações que o Município de Oeiras tem realizado ao longo de vários anos, defendendo e até criando vários mecanismos, não só municipais, mas intermunicipais, no sentido de proteger a Serra de Carnaxide, algo que, infelizmente, não aconteceu do lado da Amadora, nem do lado de Sintra e, tal como é mencionado aqui nesta proposta, não sabemos qual é que é, onde é que eles foram buscar a inspiração, mas sabemos o que significa a indignação. -----

-----E, da nossa parte, do Município de Oeiras, não só de Carnaxide e de Queijas, há muita indignação, e é por isso que nós aprovamos e louvamos todas as iniciativas do Município de Oeiras, do nosso Presidente, em todas as circunstâncias. -----

-----E concordo com a bancada do PCP: não era necessário estarmos aqui a discutir esta questão; não era necessário, os conflitos que têm existido entre Oeiras e Amadora relativamente a esta matéria, até porque o Município de Oeiras já ao longo de três anos, tentou fazer várias comunicações, pedir vários esclarecimentos ao Município da Amadora e nada.-----

-----E o Município de Oeiras, e bem, de forma didática, quanto a mim didática, tem criado uma barreira natural, plantando mais árvores, o que contrasta com o que a Amadora fez, tem feito, criou um muro de betão, onde os moradores, de forma ilegal, têm criado entradas e saídas para o nosso território e com planos de construção, para o projeto da “Marconi”.-----

-----O Município de Oeiras, de forma didática, tem plantado árvores, tem aumentado o número de espécies arbóreas na Serra de Carnaxide. E penso que faz todo o sentido: juntarem-se todos os partidos, juntarem-se a nós neste sentido, e aqueles que têm influência no Município da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Amadora e também em outras instâncias, que também se juntem, que se juntem a esta recomendação e que se juntem aos esforços do Município de Oeiras para defender a Serra de Carnaxide do lado de Oeiras. E também, caso o Município da Amadora esteja a cometer alguma ilegalidade, que corrijam essa ilegalidade. -----

----- Por isso, acho que ficaria bem a todos e dizer o seguinte: -----

----- Todos nós, não só quem está no Executivo da Câmara e Juntas de Freguesia, todos nós estamos a ser avaliados pelo que fazemos, e também pelo que não fazemos, por aquilo que defendemos e por aquilo que não defendemos. -----

----- Por isso, o nosso apelo é que se juntem, juntem-se a nós e ao Município de Oeiras e dar os parabéns ao nosso Presidente, a todo o Executivo, por esta excelente iniciativa. -----

----- Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Mais alguém pretende usar da palavra? Alguém que tenha tempo? Não? Então vamos passar à votação. A Câmara não tem tempo, pois não. Portanto, vamos passar à votação. Vamos passar à votação.”-----

3.11.6. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção a qual foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de

Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Afonso Duarte Guterres de Moraes), dois do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com três votos contra, sendo dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrela de Vasconcelos Cardoso Pereira) e um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), e com três abstenções do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landreza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho).-----

-----O Senhor Deputado Ricardo Correia Fernandes, do Partido Socialista, não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 47/2026**-----

-----**MOÇÃO – “PELA DEFESA DA SERRA DE CARNAXIDE”, APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE/QUEIJAS 25 E PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV 25-----**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, dois do Partido Socialista, dois do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Algés 25, um do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com três votos contra, sendo dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e um da Coligação Democrática Unitária, e com três abstenções do Partido Chega, solicitar ao Executivo Municipal que continue os seus esforços na defesa da Serra de Carnaxide, se necessário recorrendo às instâncias judiciais; bem como solicitar às forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal e com membros nos órgãos municipais da Amadora, ou nacionais, que ajudem a este esforço coletivo, sensibilizando para a questão. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito bem. Então, está aprovada por maioria. Declaração de voto, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), é isso? Ah, Senhor Deputado, declaração de voto, faz favor.” -----

3.11.6.1. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Boa tarde a todas e a todos, que eu ainda não intervim nesta Sessão. -----

----- Para o Partido Socialista, a defesa e preservação da Serra de Carnaxide é inegociável. Foi assim no passado, é no presente e será no futuro. Nesse quadro, a moção que é apresentada merece a nossa concordância. -----

----- Não estamos no detalhe a par do que se passa e do que não se passa. Não alimentamos conflitos com outros municípios. Entendemos que, a haver questões, elas devem ser dirimidas o mais rapidamente possível, mesmo que se necessário recorrendo às instâncias a quem compete tomar decisões nesta matéria. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.” -----

3.11.6.2. A Senhora Deputada Mónica Alhuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de

Voto:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Também, para efeitos da declaração de voto sobre esta proposta. -----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra esta moção. Não porque discorda da necessidade de proteger a Serra Carnaxide; bem pelo contrário, sempre defendemos essa proteção de forma clara e consistente, até aqui apresentando propostas nesse sentido. Mas é precisamente por isso que não podemos acompanhar esta proposta, porque não podemos acompanhar uma proposta que assente em pressupostos que consideramos incorretos. -----

-----Desde logo, esta moção parte da ideia de que o Executivo tem vindo a proteger a Serra de Carnaxide. Ora, essa não é uma leitura que possamos subscrever sem reservas. Ao longo do tempo, têm existido decisões e opções que nos demonstram exatamente o contrário. -----

-----Esta moção apresenta uma leitura de que o problema está apenas fora de Oeiras, e isso não é uma visão completa da realidade. Diz que do lado de Oeiras há preservação, mas isso também não é verdade. Do lado de Oeiras há erros urbanísticos e continuam a existir decisões que os vão consolidando, como, de resto, vamos ver nesta Assembleia no ponto sete da Ordem de Trabalhos. -----

-----Por outro lado, a moção sugere um papel desta Assembleia que extravasa aquilo que devem ser as suas competências, na nossa opinião, aproximando-se de uma substituição das instâncias próprias, quando aquilo que nos compete é, antes de mais, tomar decisões políticas concretas e eficazes dentro do nosso âmbito de atuação. E essas, sim, não temos visto. -----

-----Mas há também uma incoerência política que nos fez votar contra e que não pode ser ignorada. Quando esta Assembleia teve a oportunidade de agir através da proposta que apresentámos em setembro já neste mandato para a classificação da Serra de Carnaxide como Área de Paisagem Protegida de âmbito local, essa proposta foi chumbada; ou seja, quando esteve em cima da mesa um instrumento, a votação de um instrumento jurídico concreto previsto na lei para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

garantir a proteção efetiva, essa solução não foi acompanhada, e a proposta foi chumbada precisamente pelo INOV e pelo PSD. E tinha antecedentes: uma petição da Assembleia da República, com cinco mil cidadãos, e uma resolução aprovada por unanimidade em dois mil e vinte e um que recomendava a proteção urgente da Serra. O problema, portanto, não é a falta de diagnóstico, é a ação concreta. -----

----- Por isso, com coerência, não acompanhámos uma moção que afirma intenções, mas que não se traduz em decisões. E a proteção da Serra de Carnaxide exige mais do que declarações; exige ação concreta e vontade política para a concretizar. -----

----- Que o INOV traga à votação a classificação da Serra de Carnaxide como área de proteção de paisagem protegida de âmbito local, e aí sim, votaremos favoravelmente. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor.” -----

3.11.6.3. A Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto: ----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- O PAN votou favoravelmente a presente moção por considerar essencial a defesa do território de Oeiras e o respeito pelos seus limites administrativos, bem como a reposição de eventuais situações de ilegalidade. A proteção da Serra de Carnaxide é uma responsabilidade que deve ser assumida com determinação, garantindo a salvaguarda do seu valor ambiental, paisagístico e ecológico. -----

----- No entanto, importa sublinhar que este não é apenas um tema de delimitação territorial, mas também de visão estratégica. -----

----- A Serra de Carnaxide é um território contínuo, cuja proteção exige articulação entre municípios e uma abordagem integrada que vá além de respostas pontuais.-----

-----Nesse sentido, o PAN entende que a defesa deste território deve assentar em critérios claros, transparência nas decisões e coerência nas políticas públicas aplicadas a toda a área envolvente. Mais do que plantar árvores, é preciso proteger o território como um todo.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”

3.11.6.4. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Para uma declaração de voto.-----

----- A Iniciativa Liberal votou favoravelmente esta moção, na expectativa de que a defesa da Serra de Carnaxide deixe de ser uma conveniência de discurso para passar a ser uma certeza de facto. -----

-----Não podemos esquecer que este Executivo, que hoje se apresenta como guardião da Serra, foi o mesmo que acalentou o projeto da cidade desportiva do Benfica, um investimento que o Senhor Presidente descreveu como importante, nas que deixou cair no esquecimento, mesmo não tendo havido um anúncio formal de cancelamento, por se terem levantado questões de várias ordens, nomeadamente ambientais. -----

-----Oeiras tem atuado como gestor de facto, mas fá-lo sem uma delimitação oficial; sem classificação como Área Protegida Municipal, a Serra vive num vazio jurídico. -----

-----Votámos a favor porque deverá ser uma prioridade preservar as manchas verdes ainda existentes neste Concelho.-----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

-----O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, eu penso que já todas as forças políticas terão feito a declaração



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de voto. E eu, mais uma vez, queria intervir, mas, como não vou fazer uma declaração de voto, queria logo, que possível, fazer uma declaração política.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim, já acabou o ponto. Pode intervir neste momento.”-----

----- **O Senhor Deputado António Moita (INOV25)** perguntou o seguinte:-----

----- “Exatamente isso. Posso intervir então?”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Peço desculpa, é que o Senhor Presidente de Junta, Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas), pediu a palavra primeiro.”-----

3.11.6.5. O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) fez a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Cara Presidente, nós votamos a favor porque, mais uma vez, reconhecemos nas iniciativas da Câmara e do Senhor Presidente, nas últimas semanas, não só a defesa da Serra de Carnaxide, mas também a defesa de todo o território. Obviamente que questões destas são de evitar. Todos nós concordamos com isso. E foi por isso que o Município de Oeiras, durante três anos, fez várias comunicações ao Município de Amadora.-----

----- Mais uma vez, dizer que, de forma didática, o nosso Presidente, o Executivo, a Câmara agiu plantando árvores para demonstrar o nosso desagrado, enquanto do outro lado, foram construídos muros de betão, separando os dois territórios.-----

----- Relativamente a algumas questões, e fica já o registo de quem votou a favor, também de quem votou contra...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente de Junta, isto é para uma declaração de voto; que pediu a palavra, trata-se de se circunscrever a uma declaração de voto.”-----

----- **O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)**

continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Mas gostaria só, relativamente a esta questão, só de propor à Senhora Presidente, porque parece-me que há vários deputados que não conhecem a Serra de Carnaxide. O que é que acontece na Serra de Carnaxide? O que a Câmara Municipal de Oeiras tem feito é plantações todos os anos, e sugeria o convite à Assembleia...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Peço desculpa, essa sua intervenção, será noutra; não neste... É uma declaração de voto. É uma declaração de voto, e é assim que é. Muito obrigada.”-----

-----O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Sim, sim. Obrigado.-----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“O Senhor Deputado António Moita (INOV25) ... terminadas as declarações de voto; não há mais declarações de voto, o Senhor Deputado António Moita (INOV25) ainda tem tempo para usar da palavra neste momento.”-----

3.12. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) disse o seguinte:-----

-----“Eu gostava que o Regimento fosse cumprido de forma integral, de forma que procurarei cumprir.-----

-----A crítica que o Senhor Deputado da CDU aqui fez a esta proposta, era bom que... Eu concordo, basicamente, com aquilo que disse, mas é pena é que esse discurso não tenha sido um discurso feito há trinta e cinco anos, trinta e cinco anos, quando a CDU, ela própria, implementou este plano que deu aquilo que deu, que deu a construção que deu, que deu, as falhas que hoje todos apontam e que reconhecem como óbvias. E, portanto, o que é que eu lhe posso dizer? Posso-lhe dizer que sim senhor, concordo, enfim, em termos genéricos com aquilo que aqui nos trouxe, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

é pena que não tenha tido a oportunidade de transmitir essa mensagem positiva a quem, da sua força política, estava no poder.-----

----- Uma outra nota que queria dar — e esta é uma nota que não é, enfim, prática corrente — mas, dado que a Câmara Municipal já não tem tempo, o Senhor Vice-Presidente pediu-me para transmitir que, no âmbito de uma reunião, enfim, com outra orientação de um outro órgão, mas que a Amadora, através do seu Presidente de Câmara, deu a indicação de que iria proceder à correção, enfim, das linhas de separação entre os concelhos e que, portanto, isso daria, com certeza, origem à retificação e anulação daquela parte do loteamento que tem a ver com Oeiras.-----

----- E, portanto, isto é, obviamente, uma nota positiva que o Senhor Vice-Presidente queria dar; só não a deu porque não teve tempo para isso.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado João Santos (CDU) pediu a palavra para responder.”-----

3.13. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Apenas para dizer que a nossa intervenção é feita hoje e a olhar para o futuro. Naturalmente, o INOV, sistematicamente, sobre esta matéria, gosta de olhar para há trinta anos, e todos sabemos que a urbanização é feita num contexto, com condições que são de cada contexto, com as forças, pressões, expectativas e solicitações que a sociedade coloca em cada momento.---

----- A nossa posição hoje, naturalmente, é de hoje: com as nossas condições, com os recursos que temos, com as agendas que temos, com aquilo que é o conhecimento que temos do território e das necessidades de hoje e do futuro do território — que são diferentes das que havia há trinta, quarenta, cinquenta anos —, tomarmos a iniciativa de não cairmos nos mesmos erros. E, portanto, para isso, precisamos de diálogo, de ter boas relações institucionais, de trabalhar

conjuntamente, de não pensarmos apenas no nosso quintal, pensarmos, de facto, numa escala alargada. -----

-----Foi esse o sentido da nossa moção. -----

----- Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor.” -----

3.14. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Gostaria de solicitar esclarecimentos relativamente à deteção de Legionella no TagusPark. Gostava de saber que medidas imediatas foram adotadas após a deteção da bactéria? Se existe monitorização contínua da qualidade da água e com que periodicidade? E se foi avaliado o risco para trabalhadores, utilizadores e população envolvente. -----

----- Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) tinha pedido a palavra.”-----

3.15. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Sim. Apenas já... eu gosto muito do entusiasmo do Senhor Presidente da Junta pela Serra de Carnaxide. -----

-----Só para dizer que, em noventa e quatro, foi aprovado o loteamento que construiu a Rua das Vinhas e a Rua das Searas; em noventa e quatro, ainda antes de haver o lado da Amadora, que se permitiu a construção de toda a zona da Vila Utopia — por cima de ... — tal como o Instituto João de Deus, em Carnaxide, que são construídos em cima do espaço, aquilo que é a zona de proteção do Aqueduto das Francesas.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

h

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Agradeço que conclua que já terminou, já terminou o seu tempo.”-----

----- O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** concluiu a seguinte intervenção: -----

----- “E vou já terminar, Senhora Presidente. Só para dar mais um exemplo da gestão e daquilo que são os erros na medição e na topografia. Ainda dentro da mesma linha, no Bairro Dezoito de Maio, o Município pagou vários milhões por um erro de definição, que insistiu que tinha razão e não teve, e teve de pagar em dois mil e catorze. -----

----- Obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Já ultrapassou o seu tempo, Senhor Deputado. Senhor Presidente de Junta, faz favor.”

3.16. O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Cara Presidente, só para tentar completar o que eu queria dizer há pouco — eu não podia, peço desculpa — mas para dizer que, relativamente a algumas intervenções que foram aqui feitas, relativamente ao PCP, nós não podemos olhar para o futuro sem percebermos o nosso passado. É muito importante, porque não podemos chegar aqui e pensarmos que agora é o ponto zero, que agora é que as coisas vão acontecer. Existe um histórico e aqui, infelizmente...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim, terminou o seu tempo. Terminou também o seu tempo. Peço desculpa.” -----

----- O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** disse o seguinte: -----

----- “Ok.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Peço-lhe que conclua. -----

----- Senhores Deputados, vamos passar agora ao Período da Ordem do Dia, e temos a

Apreciação da Proposta da Câmara Municipal de Oeiras cento e quarenta e oito/dois mil e vinte e seis. Fazemos o intervalo a seguir a esta primeira proposta.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação da Proposta CMO N.º 148/2026 – GMA – relativa à Taguspark – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da área de Lisboa, S.A. – Plano de Atividades e Orçamento 2026 e Eleição do Vogal Suplente do Conselho Fiscal (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Deputado Rui Pessanha (INOV25), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Em relação ao Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e seis da TagusPark. Nos últimos anos, a TagusPark tem desenvolvido, com o envolvimento e participação das empresas, a chamada “Cidade do Conhecimento”, ao nível da investigação e universitário. --

-----De dois mil e dezoito até hoje, tem-se verificado uma gestão baseada na recuperação e regeneração, no empreendedorismo e no investimento. -----

-----A reabilitação e requalificação do edificado, bem como de toda a área envolvente, e os vários projetos de construção têm contribuído para que a atividade tenha o envolvimento das empresas, no que respeita à expansão do Parque de Ciência e Tecnologia.-----

-----A estratégia contínua no âmbito da gestão da TagusPark tem como finalidade a otimização do desenvolvimento urbanístico da já referida requalificação, das acessibilidades, circulação, mobilidade, bem como a proatividade em relação aos novos projetos e, finalmente, mas não menos importante, a cultura. -----

-----Os objetivos são claros, tendo em conta o seu impacto no conjunto empresarial



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

envolvido e na atração de novas empresas. Neste sentido, a consolidação da atividade da TagusPark e a situação económico-financeira ajudarão certamente na concretização dos investimentos, visando o crescimento empresarial, não só na dimensão organizacional, mas também a nível do empreendedorismo e inovação. -----

----- O Plano e Orçamento da TagusPark vem assim apresentado numa linha orientadora, embora não esquecendo a conjuntura económica, mas vocacionada para a regeneração, o desenvolvimento do tecido empresarial, a internacionalização e a cultura. -----

----- Perante estes factos e, para além dos investimentos referidos, a gestão da TagusPark tem privilegiado, em simultâneo, um planeamento urbano, tendo em conta o espaço, a mobilidade, a eficiência e a qualidade ambiental. -----

----- Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem. Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Para dizer que o Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e seis foi objeto de análise na Comissão de Economia, tendo sido eu a relatora, e foi elaborado um parecer que foi distribuído por todos os senhores deputados. -----

----- De qualquer forma, a minha intervenção pretende ir mais além e pretende ser não relativamente a este relatório, mas sim do ponto de vista da análise da Iniciativa Liberal. Nesses termos, relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e seis do TagusPark, importa fazer uma análise que vá além da formalidade deste ponto. -----

----- Esta Assembleia não aprova o Plano; apenas acompanha, controla e fiscaliza a atividade de uma entidade participada pelo Município de Oeiras em cerca de dezanove por cento.

----- A TagusPark é frequentemente apresentada como um ativo estratégico, com mais de

mil e oitocentas pessoas a trabalhar e a estudar no seu ecossistema, e com dezenas de milhares de visitantes anuais, números que demonstram a dinâmica e relevância local. -----

-----Mas, quando falamos de um parque de ciência e tecnologia, não podemos ficar apenas por esta dinâmica. Temos de olhar para o posicionamento competitivo, e hoje existem métricas objetivas para isso. O ranking europeu do *Financial Times* sobre ... hub's de inovação analisa cerca de cento e oitenta centros em toda a Europa, com base em critérios como financiamento captado, sucesso das *startups*, qualidade da mentoria e impacto económico. -----

-----Nesses rankings, Portugal surge com mais de uma dezena de hub's representados, incluindo casos como a *startup* de Braga, etc., alguns deles entre os cinquenta melhores da Europa.

-----E é aqui que temos de ser claros. Portugal aparece nesses rankings, mas o TagusPark não. E isso não é um detalhe; é um sinal. Um sinal de que, apesar da sua dimensão e localização privilegiada, a TagusPark não está ainda posicionada para uma referência comparável aos melhores ecossistemas de inovação. -----

-----Sentimos falta de clareza entre requalificação de infraestruturas, dinamização cultural, atração de empresas e integração institucional; não é evidente quais os seus objetivos quantificados, portanto, quantificá-los é, essa é, para nós, uma questão central, porque dinamismo não é o mesmo que impacto económico. -----

-----Podemos ter muitos eventos, mais visitantes e mais atividades, mas a questão essencial é: quantas *startups* são criadas? Quantas escalam? Que investimento é captado? Que emprego qualificado é gerado?-----

-----Em suma, a Iniciativa Liberal reconhece o potencial do TagusPark e o seu papel no Concelho de Oeiras, mas considera que esse potencial está ainda aquém da ambição que o próprio Município afirma.-----

-----E, por isso, defendemos mais exigência: exigência na definição de prioridades, exigência na medição de resultados e a exigência na comparação com os melhores. E não basta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

termos um parque tecnológico; é preciso garantir que é, de facto, um parque tecnológico de referência. -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “... Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhor Vice-Presidente, restante Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, público presente e online.-----

----- O Plano de Atividades dois mil e vinte e seis do Taguspark contém projetos relevantes que importa reconhecer. Destaco a conclusão do ciclo de regeneração do edificado, da criação do museu da coleção António Prates, o desenvolvimento da segunda fase do parque e a aposta na inovação através da incubadora e da digitalização. São investimentos que reforçam a ambição de afirmar Oeiras como referência europeia. -----

----- No entanto, há uma falha estrutural que não pode ser ignorada: a mobilidade. -----

----- O relatório identifica problemas graves - fraca oferta de transportes públicos e forte pressão de tráfego rodoviário nos acessos. Mas as soluções propostas são claramente insuficientes: medidas pontuais, sem escala nem visão estratégica.-----

----- Ou seja, falta de liderança política.-----

----- Não há um plano integrado de mobilidade, nem soluções estruturais que respondam ao crescimento do parque. Se esperarmos pelo SATUO, o projeto só avança com fundos comunitários, a mobilidade não existirá. -----

----- E onde está a articulação metropolitana?-----

----- E como se garante a acessibilidade de milhares de trabalhadores?-----

----- Sem mobilidade eficiente, não há competitividade nem sustentabilidade. -----

-----Há uma oportunidade que está a ser desperdiçada. Se queremos um território inovador, devemos envolver as empresas na mudança. O PS propõe a criação de um programa de reconhecimento dentro das empresa que adotem práticas de mobilidade sustentável: do transporte coletivo de trabalhadores até à redução da pegada carbónica. -----

-----Este tipo de política não só incentiva comportamentos responsáveis, como posiciona o Município como verdadeiro líder da transição climática. -----

-----Senhor Vice-Presidente, -----

-----Este é um plano com mérito, mas incompleto. Falta-lhe visão integrada, um rasgo, falta ambição. --- -----

-----É tempo de passar da gestão, à liderança. -----

-----Disse.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:-

-----“Senhora Presidente. Relativamente à proposta cento e quarenta e oito/dois mil e vinte e seis, inerente à Taguspark, enquanto instrumento de promoção, tecnológicas, logicamente que compreendemos a sua importância nos termos da inovação, etc. Mas há aqui uma questão que se coloca que não pode ser deixada aqui na gaveta, e prende-se com a eleição do vogal suplente do Conselho Fiscal.-----

-----A nomeação proposta suscita legítimas reservas do ponto de vista institucional e ético. Estamos perante uma pessoa que já exerce funções na administração da Fundação Marquês de Pombal e cumulativamente desempenha o cargo de Diretora Municipal de Administração Geral da Câmara Municipal de Oeiras. Esta acumulação de funções levanta dúvidas sérias quanto à salvaguarda dos princípios da independência, da imparcialidade, da transparência, e mesmo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

relativamente às funções de fiscalização. Há aqui uma questão que se coloca relativamente, que é até que ponto é que não existe aqui com conflito de interesses, porque realmente é difícil não indagar esta questão. Contudo, nada temos contra a pessoa que, por acaso, já começou a exercer officios em dois mil e vinte e cinco, aqui em Oeiras é sempre assim, primeiro decide-se e depois aqui vem para análise, mas é o pão nosso de cada dia. -----

----- Defendemos que deveria ser ponderada uma alternativa que assegurasse de forma inequívoca a independência do Conselho Fiscal, reforçando assim a credibilidade da Taguspark e a confiança dos cidadãos na gestão dos recursos humanos. Desta forma, logicamente, colocamos aqui em xeque a credibilidade desta nomeação. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Tomás Cardoso Pereira (CEO), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Em relação aqui ao Taguspark há várias questões que importa assinalar.-----

----- Começo pela questão da mobilidade que, efetivamente, nós identificamos que continua a ser um problema no que toca ao acesso ao Taguspark por modos de mobilidade que não sejam o automóvel. É com algum agrado que vemos que a ideia peregrina que há uns anos constava dos documentos do Taguspark de instalação, de proliferação de heliportos, de verticopteros, de verticoisas e helicoisas felizmente, foi abandonada. Esperamos que isso possa traduzir uma aposta mais forte do Taguspark em modos de mobilidade para acesso ao parque, sejam eles partilhados, sejam eles mobilidade ciclável. Achamos que isso é importante para diversificar a forma como as pessoas se podem deslocar para o seu trabalho, para as pessoas que trabalham no Taguspark e para não termos um modelo de mobilidade do parque excessivamente focado no automóvel, que

identificamos como sendo um problema que o parque atualmente tem.-----

-----Depois, a questão inerente ao modelo de negócio do Taguspark, a questão que está relacionada com a taxa de ocupação do parque. Quer dizer, nós estamos aqui a apreciar o Orçamento e o Plano de Atividades para dois mil e vinte e seis, mas vemos os resultados referentes a dois mil e vinte e cinco que são negativos, e perante uma taxa de ocupação que é identificada como cifrando-se nos oitenta e nove por cento. E, portanto, levanta-se aqui a questão de que aproveitamento é que vai ser feito, eventualmente, desta taxa de ocupação que ainda está por preencher, de maneira a garantir a sustentabilidade do crescimento ou da manutenção, que é aqui um bocadinho aquilo que é anunciado no Taguspark. Ali o representante dos patrões da Parques Tejo, o Senhor Vice-Presidente, talvez possa falar acerca deste assunto, porque isto levanta questões - nós já tínhamos identificado isto na última vez que se falou aqui do Taguspark - levanta questões quanto ao modelo de negócio deste mega parque empresarial, tantas vezes apontado como “a joia da coroa” do Senhor Presidente da Câmara. -----

-----E, por fim, a questão que a Senhora Deputada do PAN já levantou há bocadinho, que nos parece importante, que a Câmara não tinha tempo para responder, mas que agora era importante que o fizesse, relativamente aos casos de Legionella detetados nas instalações do Taguspark. O INOV, ainda por cima, está em coligação com o PSD, que tem um ministro que, na altura, se orgulhava de ter proibido a Legionella, não sei se ali o representante dos patrões do Taguspark não quer pedir conselhos ao seu parceiro de coligação que tem um ministro, o ministro Leitão Amaro que, na altura, tinha decretado a proibição da Legionella. Aparentemente não foi assim tão proibida e detetam-se casos no Taguspark, algo que é preocupante, e que a Câmara certamente terá uma palavra a dizer. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais nenhum dos senhores deputados pretende usar da palavra? Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu não vou falar dos números, porque o Deputado Pessanha (INOV25) já esclareceu aqui toda essa questão. Mas fico surpreendido com dois aspetos. -----

----- Primeiras aspeto, é o facto de, vou designar assim, as “forças de esquerda”, ou os deputados que representam uma certa ideologia de esquerda, se me permitem, quer sejam do Partido Socialista, como do Evoluir, ou da CDU, não reconhecem que há um fator essencial no Taguspark, que é a tabela salarial. O ordenado mínimo no Taguspark, por decisão do Conselho de Administração, é trinta por cento acima do ordenado mínimo legal. Eu não percebo como é que Vossas Excelências não valorizam isto. Outra questão que eu não entendo e sobretudo - e digo isto com a maior cortesia ao Evoluir -- é que este investimento que se faz em arte, a compra de um museu, é completamente inovador e ninguém fala nisso. O elemento cultural, o elemento cultural... Só um bocadinho, Senhora Deputada, não me interrompa o raciocínio que eu estou a tentar dizer isto com a maior lisura. Não, é que, de facto, eu percebo que para a Iniciativa Liberal que defende, permitam-me, um capitalismo selvagem, porque nunca a vejo, a Iniciativa Liberal falar em consciência das empresas, em cultura. A Senhora Deputada falou em ecossistema, não leu os documentos, porque o Taguspark não é um conjunto de edifícios, é uma infraestrutura territorial inteligente, com inteligência económica, com ciência aplicada, de incubação, de cultura e de futuro. Portanto, reduzir isto a paredes e a negócios de mercearia, falha o essencial. Quando Oeiras pensa o seu posicionamento internacional, quando fala em Oeiras Valley, é quando quer atrair empresas, talento, investigação, inovação, e tem de se falar do Taguspark. -----

----- E, depois, há aqui outro elemento que é verdadeiramente inovador e que tem que ver com o conceito da marca Oeiras Valley. É que o Taguspark integra, consegue articular a banca

com a academia, com o poder político, portanto, e isto é que é inovação. É, de facto, um projeto “fora da caixa”. É um símbolo. É um farol. Só uma visão pequena, empobrecida e retrógrada da economia pode achar que um parque de ciências e tecnologia deve ser neutro, amorfo e esteticamente indiferente. Olhe, até lhe devo dizer, porque, lá está, quando se concebeu o Taguspark, foi quase há trinta anos, não se pensou em pôr lá pessoas a viver. A sociedade vai evoluindo e hoje percebe-se que é importante haver empresas e habitação. Sabe porquê? Para que à noite não seja uma cidade-fantasma. E, portanto, é esta evolução, esta adaptação que tem vindo a ser feita no Taguspark..., porque a competitividade contemporânea, fala-se de ambiente, de marca, de qualidade do espaço, de centralidade simbólica, e esta é que é a grande diferença, Senhora Deputada. É uma diferença axial entre querer crescer (que é o que a Senhora Deputada fala muitas vezes) e querer desenvolver. Portanto, nós não estamos perante um ativo parado, estamos perante um ecossistema vivo que cruza cidade, empresas, investigação, empreendedorismo e cultura. Há prudência até, tem quase noventa por cento de ocupação e só querem..., este plano prevê um aumento de trinta por cento, portanto, terá de crescer mais três a quatro por cento a ocupação, que são níveis aceitáveis. E, não levem a mal, mas isto tem de ser dito com frontalidade: os documentos que se lê da Assembleia Geral mostram a marca do CEO Eduardo Baptista Correia, numa linha de coerente gestão, regenerar o edifício, integrar arte e tecnologia e, sobretudo, repare, articula o parque com o Exército Português, o Instituto Superior Técnico e o Município, para além das empresas e da banca. Quer dizer, isto é o sonho, isto é o sonho do empreendedorismo. -----

-----Agora, queria só dizer aqui, que eu também li, o Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), respeitadamente, é muito legalista, também faz parte da sua formação, só não erra quem não trabalha, Senhor Deputado, você com certeza, também já errou algumas vezes, não é? E o que está aqui em relação ao Vogal Suplente do Conselho Fiscal convém não “fabricar novelas” onde os documentos só mostram normalidade institucional, Os documentos mostram isso. Houve um lapso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

na composição do órgão em dois mil e vinte e quatro, efetivamente, e procedeu-se agora à sua regularização. O que aqui se faz não é encobrir nada, é repor uma conformidade estatutária. -----

----- Portanto assim, Senhora Presidente, nós não vemos... Um sentido político responsável é o do voto favorável. Favorável porque este plano tem prudência financeira, tem ambição estratégica, tem visão territorial. Não se vota, sim, mas apreciar, uma apreciação favorável. Tem densidade civilizacional e essa apreciação tem de ser favorável, porque Oeiras não tem de escolher entre economia e cultura, entre inovação e espaço público, entre gestão e imaginação. -----

----- Oeiras, e aqui este é que é o ponto, tem de saber unir tudo isto e o Taguspark, com este plano, mostra precisamente essa qualidade e essa capacidade.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL), tem oito segundos.” -----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Muito rapidamente para dizer ao Senhor Deputado João Viegas (INOV25) porque é que é preciso pôr lá pessoas a viver no Taguspark: é porque senão, elas não conseguem lá chegar. Em termos de mobilidade, aquilo é um cancro. As pessoas demoram horas...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, já passou o seu tempo.”-----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “... horas para chegar e horas para sair de lá. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Apenas para dizer ao Senhor Deputado João Viegas (INOV25), que precisamente também por causa das práticas salariais do Taguspark é que eu estou preocupado. Porque eu não quero que esse extra todo em relação ao salário mínimo tenha de ir para combustíveis. Aliás, a própria empresa identifica a instabilidade no Médio Oriente, não fala na subida do preço dos combustíveis como ameaça, mas a consequência da instabilidade no Médio oriente estamos a ver que é essa, e eu não quero que os trabalhadores do Taguspark tenham de gastar toda essa diferença que têm salarial em relação àquilo que é o salário mínimo nacional em combustíveis, porque não têm outra alternativa para chegar ao Taguspark. E, Senhor Deputado, quem o avisa, amigo é. E oiça aqui todos os outros deputados que estão a falar de questões de mobilidade, que estão a falar de quão difícil é chegar ao Taguspark, da única opção que há para chegar ao Taguspark ser o automóvel, e o preço dos combustíveis que pode comer essa margem salarial extra que existe no Taguspark e, portanto, é precisamente pela preocupação com isso que estamos aqui a falar de modos de mobilidade alternativos, e estamos aqui a falar de modos de mobilidade alternativos não é agora, é há muito tempo, é há muitos anos. E, quanto a isso, a única coisa que o Taguspark teve para nos oferecer até agora foi heliportos, helicópteros, verticópteros e verticoisas que, felizmente, recuaram nessa ideia, porque era um disparate monumental quando para chegar ao Taguspark por outro modo, terrestre comum, que as pessoas usam, eu não me lembro de alguma vez ter andado de helicóptero e se formos perguntar às pessoas na rua, a grande maioria nunca terá andado e considera que é um disparate estar-se a falar de helicópteros quando não há transportes públicos de jeito a chegar ao Taguspark, não há uma ciclovia a chegar ao Taguspark e o Taguspark quer é falar de helicópteros e, portanto, Senhor Deputado, o meu conselho para o Taguspark e para a maioria que sustenta o representante dos patrões que está ali sentado, e já se está a rir, deve gostar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

muito de helicópteros, é que pensem...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, já terminou, já esgotou o seu tempo, Senhor Deputado.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Mesmo só para concluir a frase, Senhora Presidente..., é que pensem em modos de mobilidade alternativos que permitam às pessoas chegar ao Taguspark sem irem à falência por terem de pagar o combustível dos carros. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim, terminou. -----

----- Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Tomás (CEO), com o maior respeito, essa discussão não é feita neste ponto. O Taguspark não é responsável, nem sequer a Câmara, pelos transportes públicos. Não é, lamento.”-----

----- **Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- O **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhores deputados, senhores deputados, deixem falar.”-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Nós, o que estamos aqui, é a avaliar o desempenho de uma empresa, que até é privada, e que nós somos o maior acionista. Eu aeolho as suas críticas, tem é que mandá-las à TML, está a compreender? Aos Transportes Metropolitanos de Lisboa. E tem de se dizer algo que eu aqui tenho

dito há muito tempo, que temos falta do metro. Agora, você está a dar tiros ao lado, o que tem de avaliar é a questão, é os documentos que nos foram apresentados. Porque a questão da guerra da Ucrânia afeta-o a si, aos trabalhadores de lá e a todos nós. É no combustível, é na energia e no combustível que é gasto na transformação dos produtos, na conservação, na distribuição, por aí fora. Isso afeta todos, Senhor Deputado. A guerra afeta todos, não é só o Taguspark. -----

-----Agora, seja honesto, diga lá, diga lá que ter, vou usar uma expressão, enfim, caricatural, ter um parque de desenvolvimento que é o único, é o único no mundo a investir em cultura desta forma, diga-me se não vai ao encontro da sua ideologia partidária. Isso é que me faz confusão. Como é que não é possível você valorizar o facto de ter havido peças de teatro, exposições de cultura, arte urbana, quer dizer, tudo isso contraria o seu ADN ideológico. Então o que é que o Senhor Deputado faz para falar mal? Vai pegar no argumento da mobilidade, que eu concedo, mas que não é nem da responsabilidade do Senhor Presidente Isaltino Morais, nem é da responsabilidade..., não, não é, senhores deputados. Não é. Não é. A gente pode fazer o que pode e por isso é que temos o SATUO, temos o LIOS e estamos a lutar ferozmente, estamos a lutar ferozmente no nosso Concelho para mudar. Mas esta discussão não é sobre mobilidade. Não, não é, Senhor Deputado. Esta discussão é sobre o Taguspark, e sobre os resultados, e sobre a estratégia. E aí, o Senhor Deputado desculpe, politicamente foi bola. Foi bola. -----

-----É o que eu tenho a dizer, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Nuno Carolo (PS), que levantou a mão.” -----

-----O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** observou o seguinte: -----

-----“Apenas para dois pontos. -----

-----É evidente que a mobilidade é um problema quando a própria proposta identifica a mobilidade como um ponto fraco do funcionamento do Taguspark. Portanto, obviamente que tudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o que diz mobilidade, está escrito pela própria administração.-----

----- Mas eu peço a palavra, isto agora foi uma circunstância, eu peço a palavra para perguntar ao Senhor Vice-Presidente se já existe uma ideia de quanto é que o Taguspark vai pagar a mais de IMI.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Então passo a palavra ao Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Eu lamento sempre quando um deputado me peça para quebrar o sigilo fiscal, naturalmente que este pobre Vice-Presidente não o pode fazer, não pode divulgar dados, dados das empresas. Era normal que Vossa Excelência, que já está na política há tantos anos, tivesse um mínimo de noção destas matérias. -----

----- Acresce a isto, eu vejo ali o sorriso do Senhor Deputado Rato (PS), eu sou obrigado a dizer estas coisas, dizem estas coisas, depois sou obrigado a dizer isto... Acresce a isto que quando se fala da... Deixem-me só dizer duas ou três notas. Quando se fala de mobilidade do Taguspark, o Partido Socialista nunca podia dizer isto, sabem porquê? Porque o Partido Socialista, quando estive no Governo da República e era de sua competência ajudar a resolver o problema, tentou ajudar a resolver. O Partido Socialista devia dizer “nós sempre que estivemos no Governo tentámos criar condições para financiar aquela ligação vertical na zona ocidental do Concelho de Oeiras, que permite a ligação entre as duas linhas de caminho de ferro”. Porque o Partido Socialista tentou fazer isto seja no Governo Sócrates, seja mais tarde nos Governos Costa. Tentaram fazer isto. Portanto, se alguém não o fez, vocês deviam estar a responsabilizar os outros que não acompanharam, que não financiaram o suficiente, ou que levam tempo. Mas agora está-se a tentar fazer. Na verdade, agora está-se... Porque quem tem noção... Há bocado, o Senhor Presidente da

União de Freguesias de Carnaxide e Queijas disse isto: os problemas têm de ser analisados ao longo da história, do tempo. Os processos têm história, não se pode passar assim um pano e vamos esquecer tudo. A ligação fundamental que é necessária no transporte público para o Taguspark foi inviabilizada durante muitos anos. Houve até uma ministra das finanças que, num laivo de extra inteligência e extra competência conseguiu desmembrar uma empresa com uma parceria público-privada que punha o prejuízo da parte do privado e toda a gente se esqueceu de perceber que o prejuízo estava da parte do privado, e ninguém foi capaz de dizer senhora ministra por favor, dois ou três dedos de testa. Mas não, ainda a reciclamos e torna-se comissária europeia. Não se sabe porque é que ela terá feito aquilo, outros terão uma visão mais pessimista, ou de pessimismo antropológico, e perceberão porque é que se tinha de fazer aquilo, com o tempo se perceberá. Mas voltando ao assunto. O processo ou o projeto para a nova fase do SATUO, independentemente da tecnologia introduzida, está concluído e aguarda financiamento comunitário, o transporte público para o Taguspark. -----

-----Ciclovía, a ciclovía empresarial. O projeto da ciclovía empresarial chegava ao Taguspark. Aguardamos que o IP (Infraestruturas de Portugal) nos permita fazer, porque nós temos estas entidades majestáticas que fazem uma coisa essencial na nossa vida coletiva, que é ser “uma pedra no caminho”. Pronto, está uma “pedra no caminho” e não conseguimos tirar a pedra. Ou não respondem, ou dão pareceres negativos e depois inviabilizam as soluções e, mais tarde, nós temos de ouvir de algumas oposições dizer “não resolvem”. Quem tem competência para resolver não ajuda a resolver, não permite. O país está assim a muitos níveis, está bloqueado. Todavia, e permitam-me esclarecer também esta matéria. O Senhor Deputado da Nação e do Município, o Doutor Tomás Pereira (CEO), tem obrigação de saber, quando o Vice-Presidente da Câmara diz que o Município assume “posição de patrão”, o que é que isto quer dizer. Não, eu não me sinto “picado”, é explicar-lhe o que é que isto quer dizer. É que Vossas Excelências, aliás, têm a obrigação suplementar, porque esta nova onda de gestores, a nova onda de gestores acha que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

M

Estado, quando é acionista, depois já não é acionista e que o gestor é que manda. O gestor manda na gestão quotidiana. O patrão, quem assume a posição do patrão é dizer: “olha, o caminho é aqui”. Nós dizemos para que lado sopra o vento. O gestor tem de desenvolver a estratégia de gestão para levar, de acordo com os objetivos estipulados pelo acionista ou pelos acionistas. No caso o maior acionista somos nós, fazemos o papel de quem sopra o vento. É só nessa posição. Avaliaremos a seu tempo a qualidade da gestão desenvolvida no Taguspark.”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte. -- -----

----- “Evidente, mas a estratégia, se me permite e sem qualquer prejuízo, nós pagamos por ela. Do que diga respeito ao Município, o Executivo Municipal assume a sua quota-parte. O Doutor Isaltino, ao longo destes anos, nunca se escondeu. Nunca. Portanto, o que na estratégia estiver errado, a nossa responsabilidade é assumida. No que não tiver sido da parte da gestão, a gestão assumirá.-- -----

----- Importa ainda dizer duas ou três notas. E eu não me canso de dizer isto e vou repeti-lo, como diz a fadista, “até que a voz me doa”. O Taguspark e quanto ao ecossistema. A Senhora Deputada da Iniciativa Liberal abandonou, nesta fase que estamos a discutir, a crise energética. Eu esperava que a Iniciativa Liberal, particularmente que tem uma liderança agora com tanta experiência na área dos hidrocarbonetos, visto ter estado catorze anos ao serviço da Sonangol, pensei que nos pudesse ajudar. Mas agora que já não está cá, está na liderança do partido, também não fala sobre isto. Pensei que a Iniciativa Liberal trouxesse alguma coisa sobre isto, mais de positivo, mas “bola”. Mas sobre o desenvolvimento do Taguspark. O Taguspark foi criado de acordo - e daí a importância da estratégia política - com a estratégia política do Município. A Iniciativa Liberal dizia que o Taguspark não figura nos ecossistemas..., nem nos interessa, não é o

Taguspark o ecossistema, o ecossistema é o Oeiras Valley. Daí a ideia e o conceito de Oeiras Valley. E essa ideia, esse conceito e essa estratégia têm um líder primeiro, que é o Senhor Presidente da Câmara, que é o Doutor Isaltino, e quem o acompanha. O patrão é o Município, Senhor Deputado, não se engane. A liderança é do Doutor Isaltino, a criação do Taguspark e de criar uma alavanca em forma de parque tecnológico ali, é do Doutor Isaltino. Para o bem e para o mal. O país e a região não acompanharam em mobilidade? Talvez esperássemos mais do que devíamos do país. Talvez esperássemos mais do que devíamos do país e da capacidade decisória de algumas instituições. No entanto, estar-se a retirar o mérito àquele parque é tremendo, e à ideia do parque em si. Acho que toda a região de Lisboa... Aliás, o Taguspark está em Oeiras, mas permitam-me que vos recorde, é o parque tecnológico da região de Lisboa. Foi ali criado para a região com o impulso do Município, que soube empurrar a criação do Taguspark para ali. Foram criadas as condições para aquela instalação, mas é o parque da região de Lisboa. Não devia ter toda a região concorrido para que, na mobilidade, funcionasse melhor? Porque é que os Governos, a seu tempo, não tomaram as decisões devidas? Isto devia pôr-nos a pensar, devia ser ponderado. Vejam, eu nem sequer falo de museus, ou de exposições de arte, eu falo da importância estratégica do Taguspark para a região de Lisboa e para o país, tal como falo do ecossistema de Oeiras para o país e para a região. E isso devia-nos orgulhar a todos. Agora, se nem tudo está perfeito? Nunca estará. -----

-----Para terminar, dizer apenas, e aproveitando a graça que o Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) criou, eu não tenho a arte divina de sua excelência o senhor Ministro da Presidência, quando proibiu a Legionella, mas acontece que a Legionella está no edifício da AIMA, que é exatamente sua competência, não é do Taguspark. O edifício está arrendado, é o edifício da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), é tudo quanto nós sabemos neste momento.”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

M

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:

----- “Não há nenhum... Não há, até agora, ninguém infetado. -----

----- É só. Muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Vamos então... Senhor Deputado Nuno Carolo (PS).”-----

----- O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Venho só apontar que aguardo então a resposta do Senhor Vice-Presidente em relação ao aumento do IMI que o Taguspark vai pagar com este aumento, que não aconteceu no Concelho de Oeiras, como todos ouvimos já dizer. Dar indicação de que, quando começamos a fazer a história, é preciso pensar quem é que pagou a duzentos e quarenta e nove/três, dar também indicação de que eu li o relatório da Comissão, da CMVM.... pagou depois de receber fundos comunitários. Pela Teixeira Duarte, eu li o relatório onde as imparidades eram incorporadas, foi comunicado à CMVM, onde também aparece, ao contrário do que o Senhor Presidente diz, o valor que o Município perdeu nesse negócio (diz que nunca perdeu dinheiro nenhum). Uma parte, porque o SATUO também não correu muito bem, foi porque em determinada altura houve autorizações em faixa canal para a construção e que impediu que, de facto o..., passasse por lá. --

----- Só dar uma nota ao seu Senhor Vice-Presidente. O Partido Socialista sempre foi a favor do Taguspark, sempre apoiou a iniciativa do Taguspark, continuará a apoiar a iniciativa do Taguspark. E também deixar-lhe uma ideia que, se calhar, o Senhor Presidente já deve ter partilhado consigo. O Taguspark não era para vir para Lisboa, nem é uma ideia original em Lisboa, era suposto ser construído em Portalegre, e, portanto, e depois,... ou Santarém, algures acima do Tejo. Aquilo que importa é dar-lhe essa ideia de que nem tudo é originário daqui. É uma boa ideia, foi muito bem agarrada, sempre apoiámos e vamos continuar a apoiar, Senhor Presidente. Com teatro e com tudo. Mas tente lá encontrar o valor do IMI, se faz favor.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Vice-Presidente, quer dizer mais alguma coisa?” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Queria sim, Senhora Presidente. -----

-----Senhor Deputado, por favor, não tente mostrar que sabe o que não sabe. Não tem nada a ver com Portalegre, tem a ver com Santarém. Não vinha para Oeiras, veio porque foi forçado a vir. O Governo da República, foi preciso “torcer o braço” ao Governo para vir para cá. Posso-lhe dizer, todas as primeiras empresas que se instalaram, como é que se “torceu o braço” ao Governo... Não tente mostrar um conhecimento que não tem. -----

-----Saiba também que o espaço-canal do SATUO está reservado. Continua reservado e, por isso mesmo, é que vai passar no espaço-canal. Quem não reservou espaço para o SATUO quando negociou connosco foi a Câmara Municipal de Sintra, presidida pelo seu partido, que obrigou o SATUO na extensão que vai servir Sintra a passar encostado à fronteira do Concelho. É lamentável que eu tenha de o pôr nesta situação e dizer-lhe isto, porque Vossa Excelência seja por desconhecimento, seja por pesporrência, obriga a isso. Obriga a isso. Se o Senhor tivesse ficado tranquilamente na sua posição desconhecadora, estava bem. Estava bem. Eu até elogiei o seu partido, veja lá. Mas Vossa Excelência quer se pôr sempre nuns tamancos que não são seus. O espaço-canal está reservado de sempre. Quem não reservou o espaço-canal, e aquando da realização do projeto não foi capaz de servir convenientemente a população de Sintra, foi o Presidente de Câmara anterior. Lamentavelmente. E obrigam-nos a dizer isto.-----

-----É só, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----**APRECIADA** -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Faz favor. Como?”-----

----- **O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) disse o seguinte:**-----

----- “Senhora Presidente, não é para ficar em Ata. Não tem nada a ver com a discussão. Portanto...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:**-----

----- “A discussão está a ser gravada, fica tudo em Ata.”-----

----- **O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) disse o seguinte:**-----

----- “Gostava que terminasse e gostava de poder falar, dirigir-me a toda a gente sem ficar em Ata. É uma coisa simples. Eu já expliquei ao Senhor...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:**-----

----- “Senhor Deputado, se o Senhor Deputado quer falar, tem de ficar em Ata, porque nós estamos... Mas é...?”-----

----- **O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) disse o seguinte:**-----

----- “Senhora Presidente, eu encontrei...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:**-----

----- “Muito bem, eu não estava a perceber, pensei que era relativamente à Ordem de Trabalhos.”-----

----- **O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) referiu o seguinte:**-----

----- “Já disse que não era da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Já percebi, já percebi.”-----

----- **Vamos suspender os trabalhos para um pequeno intervalo.**-----

----- **A Senhora Presidente interrompeu os trabalhos para um curto intervalo.**-----

-----INTERVALO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Senhores Deputados, vamos reiniciar os trabalhos.”-----

4.2. Apreciação da Proposta CMO N.º 149/2026 – GMA – relativa à Apreciação do PAO 2026 da Oeiras Viva, E.M., e consequente votação da designação, pela Câmara Municipal, do representante do Município na Assembleia Geral da Empresa, com determinação do respetivo sentido de voto (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Portanto, é o ponto dois da nossa Ordem de Trabalhos.-----

-----Quem se quer inscrever? Faz favor, Senhor Deputado.”-----

-----O Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25) fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:**-----

-----“Ponto de Ordem, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte-----

-----“Faz favor, Senhor Deputado.-----

-----O Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:------

-----“Obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Era para propor, caso não haja objeção, que o ponto dois e o ponto três pudessem ser debatidos em simultâneo, porque são complementares.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Senhores deputados, foi solicitado pelo Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25) que os pontos dois e três sejam apreciados conjuntamente.”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, não concordamos. Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Não concorda?” -----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** respondeu o seguinte: -----

----- “Não.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Muito bem. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) também não?” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: -----

----- “Não, Senhora Presidente. O que se passa é que nós já alertámos para esta situação outras vezes. Já alertámos na reunião de líderes, já alertámos na Comissão do Regimento. A Ordem de Trabalhos, embora seja um ponto que aqui repetidamente se salta, na Ata de cada reunião a Ordem de Trabalhos é votada no início. Portanto, qualquer ponto que seja para alterar a Ordem de Trabalhos ou unir pontos tem que ser feito no início da Sessão, logo no início da Sessão. Não foi o caso.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. Então vamos apreciar o ponto dois da Ordem de Trabalhos. Quem se quer inscrever para o ponto dois? Portanto, Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25) e o Senhor Deputado Filipe Martins (IL). Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- O Plano de Atividades e Orçamento da Oeiras Viva para o ano em curso é demonstrativo da dinamização introduzida nos últimos anos e cujo trabalho desenvolvido tem permitido a otimização de resultados, trazendo mais qualidade nas diversas atividades da empresa.

-----As diversas áreas de atuação, o desporto, a cultura, o lazer, o turismo têm prestado serviços com um acréscimo de qualidade, bem como a responsabilidade social. A fim de serem disponibilizados os vários equipamentos com uma prestação de serviços mais eficiente, tem-se verificado uma reestruturação setor a setor em prol da qualidade. As diversas atividades, quer sejam permanentes, ou sazonais, têm e continuarão a ter, obviamente, um impacto económico-financeiro, o que leva à necessária assertividade nos atos de gestão, a fim de não pôr em causa a normalidade da empresa, nomeadamente na prestação de serviços e no cumprimento dos contratos de gestão e programa. Estes contratos, com o seu cumprimento, são executados tendo em conta as orientações estratégicas e o objeto social da empresa em estreita colaboração institucional com o acionista Câmara Municipal.-----

-----Neste sentido, o Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e seis revela a manutenção dos níveis estáveis dos diversos indicadores económico-financeiros e, nalguns casos, até alguma melhoria. Neste sentido, todo o trabalho realizado e previsto para o ano em curso, ao nível das infraestruturas e dos equipamentos, não afetará o equilíbrio financeiro e a atividade da empresa. Final e igualmente, o contrato-programa, também hoje em apreciação, será executado como compensação das políticas implementadas de preços sociais, essencialmente, e devidamente incluído no Orçamento para dois mil e vinte e seis.-----

-----Obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Mais uma vez, a análise à atividade da Oeiras Viva e, por isso, antes de entrarmos na análise ao Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e seis, esta análise precisa, antes de mais, de um enquadramento. E precisa, por uma razão simples. Com intervenções limitadas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sem possibilidade de resposta é relativamente fácil que, a posição da oposição, sejam desvirtuadas ou que sejam reinterpretadas de forma criativa. Por isso, vale a pena começar por clarificar exatamente o que defendemos. A Iniciativa Liberal não quer fechar piscinas, não quer encerrar pavilhões, nem quer retirar serviços aos munícipes. Não, não é isso que defendemos. O que defendemos é algo aparentemente simples, mas que parece gerar desconforto: que os serviços públicos sejam bem geridos. Que sejam eficientes, transparentes e que utilizem bem os recursos públicos. Porque convém dizer isso quando estamos a falar na Oeiras Viva. Não estamos a discutir o acesso, estamos a discutir a opção por uma empresa municipal. E confundir estas duas coisas pode ser útil no debate político, mas não corresponde à realidade. O Executivo refere frequentemente que este modelo foi aprovado recentemente pelos munícipes e que, por isso, não deve ser alterado. É um argumento interessante, mas levanta uma dúvida. É que os munícipes também não aprovaram aumentos de impostos (como aconteceu com o IMI) e, ainda assim, esses aumentos foram feitos. Talvez valha a pena termos alguma coerência nestes argumentos, porque o papel da oposição não é repetir a maioria, é escrutiná-la, e foi por isso que fomos eleitos. A IL (Iniciativa Liberal) representa cidadãos que esperam de nós exigência, rigor e sentido crítico. E é isso exatamente que fazemos hoje. -----

----- Entrando na análise deste ponto, importa separar o essencial do acessório. E o essencial é este: a Oeiras Viva gere equipamentos públicos, presta serviços à comunidade e, portanto, supõe-se, não será financeiramente autónoma, e isso não está em causa. O que está em causa é saber se este é o modelo para o fazer. E esta também não é uma questão nova para a Iniciativa Liberal. Já em anteriores Assembleias Municipais colocámos esta dúvida. Não faria sentido que estas funções fossem asseguradas diretamente pelo Município, sem necessidade de uma empresa municipal? Mantemos essa mesma questão, porque ao analisarmos o Plano de Atividades torna-se demais evidente que estas dúvidas são legítimas. Desde logo, ao nível do processo, os documentos não foram entregues atempadamente, tendo sido necessários vários pedidos de esclarecimento e

correções até à versão final. Numa empresa, isto devia ser excepcional. Em termos financeiros, prevê-se um resultado líquido positivo de cento e cinquenta e oito mil euros, um aumento superior a duzentos por cento face a dois mil e vinte e cinco. Mas este resultado assenta, em larga medida, em subsídios à exploração, ou seja, não estamos perante um modelo de sustentabilidade, estamos perante um modelo financiado. Por outro lado, os gastos operacionais sobem para cerca de seis milhões de euros, com um crescimento superior a vinte e um por cento, e uma parte significativa deste aumento está associado a fornecimentos e serviços externos, ou seja, ao outsourcing. Aliás, foi referido um aumento na ordem do milhão de euros nesta rubrica. Isto leva-nos ao ponto central: se a empresa depende de financiamento público e, ao mesmo tempo, depende crescentemente de serviços externos, então que é que estamos a ganhar com este modelo? Mais flexibilidade ou mais intermediação? Mais eficiência ou mais custo? -----

-----E chegamos assim à questão de fundo: estamos a falar de um modelo de gestão de equipamentos municipais através de uma empresa pública com acréscimo de despesa pública associado que, na quase totalidade dos municípios portugueses, estas funções são exercidas diretamente pelo município. E a pergunta que se impõe é simples: então todos os outros municípios estão errados, ou devemos, pelo menos, questionar esta forma? -----

-----Em suma, as funções desempenhadas são importantes para o Concelho, é um facto, mas isso não dispensa uma avaliação séria, porque gerir bem recursos públicos não é apenas garantir que as atividades acontecem, é garantir que acontecem de uma forma eficiente, mais transparente e com mais valor para os munícipes. E esta é a exigência que a Iniciativa Liberal continuará a fazer a este debate. -----

-----Obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- A discussão do Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e seis da Oeiras Viva, no último dia do mês de março e, portanto, fora dos prazos, é uma recorrência. -----

----- Que, já o dissemos antes a propósito desta e de outras Empresas Municipais, viola a lei e gera entropias no normal funcionamento das empresas e do próprio Município. -----

----- Daí que se aconselhe, vivamente, que os Serviços Municipais estabeleçam novos mecanismos de acompanhamento proativo das empresas, garantindo o cumprimento atempado dos prazos legais.-----

----- Senhora. Presidente, -----

----- Aguardamos com expectativa a concretização prática do Plano que nos é apresentado, quer pelo que ora é proposto, quer pelo trabalho realizado nos dois exercícios anteriores e que constituem um ponto de partida relevante para dois mil e vinte e seis. Os objetivos propostos afiguram-se adequados aos desafios que a empresa enfrenta e às expectativas do que dela se pretende, mas a relevância está nos resultados e menos nos propósitos.-----

----- Ademais, porque a celebração de um Contrato-Programa com um pacote financeiro consentâneo com as responsabilidades sociais que o Município lhe transfere, dar-lhe-á condições para planear, estudar e executar programas e projetos há muito adiados. -----

----- No exercício corrente, a Oeiras Viva não tem desculpas! -----

----- Estão criadas todas as condições para fazer mais e melhor; e para garantir, no final do exercício, um resultado líquido positivo. -----

----- Para bem do Turismo, do Desporto e do incremento da atividade física dos Oeirenses, independentemente das condições económicas de cada um, garantindo uma vida saudável para todas e todos. -----

----- Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:

-----“Senhora Presidente. -----

-----Enquanto relator deste parecer pela Comissão de Economia, é sempre um gosto fazer qualquer parecer, de qualquer comissão, no sentido até de aprofundar melhor as matérias que são aqui abordadas. Contudo, também agradeço a alcunha que me foi dada de “troika” que, para mim, é uma honra. -----

-----Pela primeira vez, a Câmara Municipal de Oeiras propõe a atribuição à Oeiras Viva de um contrato-programa cujo valor corresponde integralmente às necessidades financeiras identificadas pela própria entidade, para assegurar o cumprimento das suas atividades. Trata-se de um avanço inequívoco face ao passado recente e um sinal positivo no seu plano institucional. Todavia, esta evolução suscita uma questão incontornável: por que razão só agora este alinhamento por parte da Câmara Municipal de Oeiras? Durante anos, a Oeiras Viva apresentou de forma consistente necessidades financeiras que não foram plenamente acompanhadas pelo Município, tendo sido em média financiada em cerca de metade, metade dos montantes solicitados. Este padrão teve consequências igualmente consistentes. Resultados líquidos negativos sucessivos, com certeza; fragilização estrutural da entidade e limitações objetivas na sua capacidade de resposta. --- -----

-----Neste contexto, importa afirmar com clareza que os resultados negativos da Oeiras Viva não podem ser analisados de forma isolada. Temos que ser justos. Não podemos estar aqui a inventar, nem a criticar, sem saber contabilidade nem economia, nem imputados exclusivamente à sua gestão. Resultam, em larga medida, até de um quadro de subfinanciamento crónico, que condicionou estruturalmente a sua atuação e o cumprimento pleno da sua missão quanto ao serviço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

público. A decisão agora apresentada traduz, por isso, mais do que uma melhoria conjetural, constitui um reconhecimento implícito de que o modelo anterior era insuficiente, desajustado e insustentável a longo prazo, imputável a questões de gestão da Câmara Municipal de Oeiras perante a Oeiras Viva. Mais do que assinalar o presente, impõe-se retirar consequências do passado. A possibilidade, a adequação dos recursos financeiros, o alinhamento entre objetivos e meios devem afirmar-se como princípios permanentes de boa governação, e não como respostas pontuais a circunstâncias específicas. -----

----- Saúdo, assim, esta correção de rumo. Porém, importa sublinhar que chega tardiamente, lamento. E que o seu verdadeiro valor dependerá da sua consolidação como prática estrutural e consistente, e não como execução circunstancial, ou exercício de oportunidade. -----

----- Disse.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Não há mais nenhum inscrito sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente querendo. Não quer usar da palavra? Portanto, está apreciada a proposta.” -----

----- **APRECIADA**-----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 160/2026 – GCAJ – relativa à Celebração de Contrato-Programa para o ano de 2026 – Atribuição de subsídio à exploração dos equipamentos desportivos e postos de turismo sob gestão da Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Quanto a este ponto três, alguém pretende usar da palavra? Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), Senhor Deputado Filip Martins (IL) e Senhor Deputado Jorge Rato (PS).

Faz favor, Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).” -----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte:

-----“Senhora Presidente, mais uma vez é um gosto ter sido também o relator desta proposta.---

-----Desde logo, destaca-se o realismo financeiro e contabilístico relativamente e no que concerne ao contrato-programa. O esforço social apurado corresponde à diferença entre os preços praticados e os valores do mercado, que ascende há mais de um milhão e oitocentos, sendo acompanhado por uma comparticipação municipal fixada em igual valor. Este valor representa uma rutura clara com o passado, em que vigora um limite de cerca de seiscentos e cinquenta e quatro euros, traduzindo a eliminação de um histórico de subfinanciamento.-----

-----Paralelamente, verifica-se uma expansão significativa no âmbito de atuação da empresa. A Oeiras Viva afirma-se como entidade multidisciplinar, assumindo novas responsabilidades estratégicas, nomeadamente no apoio até à promoção turística, através da gestão dos postos de turismo no Palácio Marquês de Pombal e também na Marina de Oeiras. E na integração plena da Escola de Vela, agora aberta todo o ano sobre uma lógica de preços sociais, o que o Grupo Municipal do Chega muito reconhece.-----

-----No plano organizacional de dois mil e vinte e seis sustenta uma provisão de resultado líquido positivo, pela primeira vez, de cento e cinquenta e sete mil novecentos e noventa euros.--

-----Certo que dois mil e vinte e seis projeta uma Oeiras Viva mais madura, sustentável e estrategicamente alinhada com as exigências do serviço público. O novo enquadramento financeiro agora ajustado à realidade dos custos, constitui um fator determinante para garantir qualidade, continuidade e ambição do Concelho.-----

-----Obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Obrigada.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Volto ao que já afirmei um pouco anteriormente, e aquilo que nos é apresentado neste ponto, acaba por reforçar até as dúvidas que temos vindo a levantar.-----

----- Entrando na análise da documentação deste programa, há um ponto que é bastante claro: a atividade da Oeiras Viva não é sustentável sem financiamento municipal, é óbvio. Este contrato prevê um vírgula oito milhões de euros para cobrir um défice de exploração, que é estrutural. E convém dizer, isso por si só não é nenhum problema. Todos percebemos que os serviços públicos com preços sociais não são, nem têm de ser financeiramente lucrativos. O défice pode ser legítimo. O que não é evidente é o modelo escolhido para o financiar, porque aquilo que temos aqui não é apenas um défice. É um défice gerido através de uma empresa com custos próprios, com uma estrutura adicional e um nível de despesa que não existiriam num modelo de gestão direta. Ou seja, não estamos apenas a assumir um défice, estamos a agravá-lo da forma como o organizamos, e isso merece reflexão. Até porque, olhando para os documentos, não é particularmente claro que seja o mais eficiente, nem o mais transparente, nem o mais fácil de descortinar.-----

----- Isso leva-nos a uma pergunta simples: quais das funções aqui previstas não poderiam ser desenvolvidas diretamente pelo Município? Gestão de piscinas, pavilhões municipais, atividades lúdicas, funções que estão no núcleo das competências municipais. A resposta, tanto quanto conseguimos perceber, é clara: nenhuma. E, portanto, aquilo que temos é uma opção por um modelo mais complexo, mais pesado e, sobretudo, mais caro. Porque aquilo que estamos a financiar não é apenas o serviço, é também toda a estrutura necessária para o intermediar. Estruturas de decisão, de coordenação, de representação, tudo isto tem um custo, e esse custo não acrescenta serviço, nem valor ao município, acrescenta apenas complexidade. E quanto mais

complexo for, mais pesado será e mais caro também.-----

-----Então, deve ser naturalmente questionado, porque, no final, a questão é simples: estamos a pagar mais por aquilo que o Município podia fazer diretamente. E, já agora, convém não perdermos o essencial: os municípios devem se concentrar nas suas funções nucleares. Em suma, este contrato-programa não resolve o problema, mas confirma-o, e reforça a necessidade de repensar, mais uma vez, todo este modelo com mais exigência, mais transparência e um foco na eficiência. - -----

-----Obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhor Deputado.-----

-----Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado.-----

-----A treze de maio do ano transato, discutia-se neste fórum a celebração do Contrato-Programa com a Oeiras Viva, para o exercício de dois mil e vinte e cinco.-----

-----Na ocasião, realcei a insistência do Partido Socialista, repetida ano após ano, para que o Município celebrasse os Contratos-Programa com as Empresas Municipais, em tempo útil, preferencialmente no primeiro trimestre do ano.-----

-----Referi então que, celebrar Contratos-Programa tardiamente, não aproveitava a ninguém – nem ao Município, nem às Empresas Municipais. Sobretudo às Empresas Municipais, que ficavam impossibilitadas de proceder a uma gestão equilibrada e planeada dos seus recursos e dos investimentos que se justificassem.-----

-----Este ano, finalmente, concretiza-se este debate em tempo útil, ainda no primeiro trimestre do ano! No último dia, mas ainda no primeiro trimestre. E também, finalmente, se fixa um valor para o Contrato-Programa matematicamente sustentado nas previsões dos custos sociais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

reais e na estimativa de procura dos serviços, que a empresa presta aos seus utentes, substituindo-se ao Município, nas funções sociais que este lhe delegou e que são atribuições e competências das Autarquias Locais, goste-se ou não. -----

----- Senhora Presidente, -----

----- O Contrato-Programa da Oeiras Viva, que hoje discutimos, demonstra de forma clara, o que sempre dissemos e que sempre foi negado por parte do Executivo Municipal e pelo Senhor Presidente Isaltino de Moraes:-----

----- Que o Município, nos anos transatos, não “pagou” à Oeiras Viva o custo real da prática, por esta, dos preços sociais nos equipamentos desportivos e pela gestão dos Postos de Turismo municipais, cuja competência é do Município; -----

----- Que o valor dos Contratos-Programa dos anos transatos, nomeadamente o de dois mil e vinte e cinco, foi discricionário, e muito pouco “amigável” para a Oeiras Viva, contrariando o que a Administração e o Fiscal Único consideravam como o valor justo e razoável.-----

----- Mas mais... pela leitura da Proposta que hoje discutimos, podemos concluir o seguinte: a inesperada simpatia do Município Municipal para com a Oeiras Viva, ressarcindo-a dos valores a que tem direito, não se prende com o objetivo espectável de dotar a empresa de saúde financeira e de melhorar o serviço prestado aos cidadãos de Oeiras; prende-se com a necessidade de garantir resultados positivos em dois mil e vinte e seis, após dois anos consecutivos de resultados negativos, que a repetir-se, conduziria ao encerramento da empresa, em cumprimento do número dois do artigo quadragésimo do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais – RJAELPL.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “... Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----É bom lembrar que as empresas municipais são como que braços da Câmara Municipal, extensões da Câmara Municipal, e que exercem a atividade de uma forma, enfim, cuja Câmara não tem, como é que hei de dizer, a rapidez, a capacidade e a eficiência que pode ser demonstrada por uma gestão que é feita, em particular, no caso da Parques Tejo e no caso da Oeiras Viva isso é evidente, e alocando um conjunto de meios que permitam que cada uma, a seu tempo, desenvolva a sua atividade.-----

-----Ora, dá-se a circunstância de a Câmara Municipal, e já tivemos esta discussão a propósito do contrato-programa do ano passado em que, objetivamente, e isso é um facto e, portanto, não há como contrariá-lo, aquele que foi o parecer inicial do Revisor Oficial de Contas era no sentido de que a verba que deveria ser atribuída à Oeiras Viva, através do contrato-programa, era uma verba maior do que aquela que efetivamente a Câmara veio a transferir. Dá-se a circunstância de também ter sido dito sempre pela Câmara e ter sido sempre cumprido pela Câmara de que, se porventura, houvesse necessidades adicionais da Oeiras Viva para o exercício da sua atividade, que a Câmara estaria para cumprir aquilo que fosse preciso. -----

-----Ora, neste momento, em função das disponibilidades da Câmara, como também já aqui foi dito, as coisas têm que ser vistas no seu tempo próprio, em função das disponibilidades de um lado e das necessidades do outro, e verificou-se que este ano, ainda que fosse como o Senhor Deputado Jorge Rato (PS) aqui afirmou, para cumprir um imperativo que a lei impõe de dar resultados positivos, porque a conversa aqui corre por um lado e corre para outro, consoante as circunstâncias. Há quem entenda que as empresas municipais não são para dar lucro, são para prestar um conjunto de....”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----



W

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado António Moita (INOV25) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Sim, mas a questão que se coloca é que não está a correr atrás do prejuízo, está a assumir, quando é caso disso, um prejuízo e o principal e único acionista da empresa, a Câmara Municipal de Oeiras, ou o Município de Oeiras, terá que honrar os seus compromissos em função disso. É isso que vai acontecer no contrato-programa deste ano, que é um contrato-programa que, do nosso ponto de vista, está bem feito como já foi aqui dito. Vai acorrer àquelas que são as necessidades da empresa e vai fazer com que a empresa, uma vez mais, cumpra a função que tem. Como digo, é uma extensão em determinadas áreas daquela que é a atividade da Câmara Municipal. E, portanto, não nos choca tanto como a outras forças políticas o facto do valor este ano ser um valor substancialmente distinto daquele que foi no ano, no exercício de dois mil e vinte e cinco.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Nas discussões sobre as empresas municipais às vezes andamos aqui num rame-rame e os trabalhos progridem de forma um bocadinho mais lenta, mas eu agora estava a ouvir a intervenção da Iniciativa Liberal e prestei muita atenção a esta intervenção da Iniciativa Liberal, porque eu acho que houve aqui várias coisas interessantes. Nós tivemos o Senhor Deputado Filipe Martins, da Iniciativa Liberal, no início da sua intervenção a, de certa forma, criticar a existência de uma empresa municipal com as funções que aqui são atribuídas à Oeiras Viva e a ensaiar uma defesa, inicialmente, de que isto devia estar dentro dos próprios serviços do Município e que não

devia estar alocado à tal empresa municipal, a uma extensão da Câmara Municipal, como disse o Senhor Deputado António Moita (INOV25), devia sim estar internalizado nos serviços da Câmara Municipal.- -----

-----E eu comecei a estranhar e pensei bom, temos aqui a Iniciativa Liberal, daqui a nada apresenta-nos um plano quinquenal, vamos assistir ao vivo ao plano quinquenal da Iniciativa Liberal para os serviços e as funções sociais que a Oeiras Viva presta. Mas, depois, o Senhor Deputado inverteu completamente o raciocínio, porque disse uma frase que eu acho muito curiosa, que não sei se vou citar exatamente, mas que é “os municípios devem focar-se nas suas funções nucleares”. E aqui caiu a máscara, caiu a máscara à “Iniciativa Quinquenal”, perdão, à Iniciativa Liberal e assumiram-se então, finalmente, como defensores do capitalismo selvagem, com que habitualmente nos presenteiam. Porque esta conversa toda, percebi eu finalmente, de que os serviços da Câmara Municipal é que deviam assumir aquilo que efetivamente são as suas funções e as suas competências, no entender da Iniciativa Liberal, pareceu-me depois na segunda metade da intervenção do Senhor Deputado Filipe Martins (IL), corrigir-me-á se eu estiver errado, a Iniciativa Liberal não considera as funções que a Oeiras Viva desempenha como sendo funções nucleares dos municípios. -----

-----E, portanto, basicamente, em vez, a Iniciativa Liberal na primeira metade da intervenção “devemos internalizar os serviços na Câmara”, “fora o outsourcing, seja o outsourcing para empresas fora da Câmara, seja para empresas municipais”, “isto deve estar dentro das competências dos municípios”. Mas.. isto não é bem competência do Município. E, portanto, passámos no momento da “Iniciativa Quinquenal” para finalmente, cair a máscara e termos então a Iniciativa Liberal a dizer-nos que as funções que a Oeiras Viva desempenha não deviam ser desempenhadas pelo Município, depreende-se que por uma empresa municipal não, isso ficou muito claro, mas depreende-se também que pelos serviços da Câmara não, porque não é uma função nuclear do Município. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E, Senhor Deputado, não podia discordar mais, e acho que isto é uma maneira muito incorreta de pegar no assunto, ainda por cima quando nós temos tanta coisa para criticar no modelo que a Câmara escolhe de empresa municipal. Já aqui foi falado os prazos tardios em que estes documentos nos chegam e a forma como estes documentos avançam, muitas vezes fora de tempo. Já aqui foi criticada as discrepâncias no contrato-programa e sim senhor, no nosso entender muito bem, achamos que as críticas mais válidas são por aí.-----

----- E estas críticas são particularmente importantes, porque a Câmara Municipal está a fazer, ou fez durante muito tempo à Oeiras Viva, aquilo de que tantas vezes se queixa que o Estado Central lhe faz porque, basicamente, o que nós temos aqui é quando se fala em descentralização de competências, a Câmara Municipal tantas vezes “ai ai ai, o envelope financeiro” e, depois, chega à Oeiras Viva e faz exatamente a mesma coisa, porque a Oeiras Viva sim, aqui tem razões de queixa em relação ao envelope financeiro. -----

----- E, portanto, o meu conselho para esta Assembleia Municipal e, nomeadamente em particular para a Iniciativa Liberal, é temos um modelo que, apesar de tudo, funciona, tem os seus problemas, tem os seus defeitos, mas funciona a prestar, nem é bem a prestar serviço, mas funciona a fornecer às pessoas, nomeadamente de classes mais baixas e com menores rendimentos, “serviços” pronto, usa-se a palavra, que elas efetivamente devem ter e devem ter um acesso a um preço mais razoável, e é um modelo que, no nosso entender, é no nosso... “bens” também, certo, é um bem público, exatamente, muito obrigado, Senhor Vice-Presidente, e que deve continuar a ser público no nosso entender, mas que tem muitos problemas na sua execução. Mas foquemo-nos nos problemas de execução que efetivamente existem e não retiramos às pessoas o bem público, não o deixamos entregue ao mercado, não defendemos o outsourcing de uma coisa que é, efetivamente, uma competência também, e deve ser uma competência do Estado ao nível local. Este Executivo é tão mau a executar este tipo de competências e outras, que eu não percebo porque é que a Iniciativa Liberal prefere andar atrás do seu cavalo de batalha ideológico, que deve ser tudo

privado e tudo do mercado...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Terminou, Senhor Deputado.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“... quando tem aqui tanta coisa para criticar tão fácil e tão à mão de semear. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado João Santos (CDU), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Antes de mais, também felicitar os quadros da Oeiras Viva pelo Orçamento e Plano que apresentam. Parece-me ser um documento que revela ambição e uma estabilização também daquilo que são os recursos financeiros e, naturalmente, também saudar o contrato-programa que, finalmente, também consegue cobrir tudo aquilo que são responsabilidades financeiras desta empresa.-----

-----A pergunta que faria, eventualmente, à administração, mas neste caso será ao Executivo, ao Senhor Vice-Presidente, tem a ver com a adição de oito pavilhões escolares à esfera de responsabilidades da Oeiras Viva e tentar perceber, de forma um pouco mais clarificada, aquilo que são por um lado, as responsabilidades financeiras associadas a esse pacote - oito pavilhões é um universo considerável de instalações - custos com pessoal, custos com manutenção, custos com adaptações. Sabemos que existem, no fundo, custos de natureza mais conjuntural, outros de natureza mais estrutural que têm de ser avaliados e, por outro lado, na componente da gestão destes espaços, como é que está equacionada a relação, nomeadamente de proveitos, portanto de



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

rendimentos e de utilização, de cobrança da utilização destes espaços, quando é um universo partilhados entre as escolas e um público, enfim, mais alargado. Sabemos que a Oeiras Viva tem, nos seus pavilhões, uma prática de cobrar a utilização dos pavilhões, por exemplo, por associações desportivas que, depois, têm subsídios diretos da Câmara Municipal. Como é que isso vai acontecer em pavilhões em que há uma componente grande da comunidade escolar, naturalmente que imaginamos que não vão pagar, suponho, a utilização dos pavilhões. -----

----- Portanto, era esclarecer estas duas questões: custos, manutenção e, depois, a gestão e a relação com as escolas.-----

----- Obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Mais nenhum inscrito para esta matéria? Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Não vou entrar em discussões ideológicas, o Presidente Isaltino já foi bem claro nas respostas que deu no passado à Iniciativa Liberal. Queria só alertar os senhores deputados para o seguinte, que me parece mais objetivo. Os números são claros: estes um milhão e oitocentos mil euros não caíram do céu, são explicados. Portanto, para as atividades abrangidas há uma previsão que aponta para, eu vou arredondar, dois milhões de euros. E de rendimentos três milhões e oitocentos mil, de gastos. Ora bem, a diferença é um milhão e oitocentos mil. Portanto, não estamos perante um valor inventado. É um diferencial apurado área a área, entre o custo a servir a população e o que efetivamente se cobra. -----

----- E repare-se, que era isto que eu queria deixar em Ata e termino. No centro deste esforço, vai ser investido mais de um milhão de euros nas piscinas municipais, trezentos e setenta

e seis mil euros nos pavilhões, duzentos e quinze mil euros na componente turística, cento e um mil euros no parque desportivo Carlos Queiroz, sessenta e um mil euros na escola de vela e um pouco mais de cinco mil euros em Porto Salvo.-----

-----Isto mostra que o essencial do subsídio não financia luxo, nem propaganda, nem ornamento. financiamos aqui acesso, utilização social de equipamentos públicos, coesão, cultura e desporto.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhor Deputado.-----

-----Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:-

-----“Senhor Presidente.-----

-----Aproveitando ainda o tempo que me resta, tenho aqui a dizer o seguinte: quando as coisas se fazem mal deve-se criticar, mas apresentar soluções. Quando as coisas correm bem também temos que, logicamente, dar mérito. Eu estava a ouvir ali a interpretação ali do Bloco de Esquerda, do Livre e ali do PCP encapuçado de CDU e, realmente a situação é esta. Não é só verificar as contas, porque as contas realmente estão bem feitas e, pela primeira vez, houve justiça relativamente ao contrato-programa, mas é conhecer a Oeiras Viva. Nós, Chega, já visitámos presencialmente várias vezes a Municíпия, a Oeiras Viva. a única não visitámos foi a Fundação Marquês de Pombal que, finalmente, após cinco anos, quase, vamos visitar no dia dez. Agora, a Oeiras Viva, se há qualquer coisa mesmo boa em Oeiras, é a Oeiras Viva. Quer pela ação social, quer pelo lazer, e são valores que não se conseguem quantificar à vírgula. E, quando eu oiço aqui falarem mal da Oeiras Viva, palavra de honra, eu acho que é ofensivo. Para quem verificou as contas desde o outro mandato até agora, o mandato anterior com uma administração ruinosa e, depois, houve aqui alguém que ergueu, pessoas que ergueram, que fizeram trabalho e que, realmente, merecem, pela primeira vez, ter o orçamento que foi solicitado. Portanto, acho que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

indigno ali dos Livres e companhia limitada estar-se a denegrir a Oeiras Viva.-----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado...”-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito rapidamente, Senhora Presidente.-----

----- É só para esclarecer o Senhor Deputado do Chega que tem de... É só porque tem de limpar os ouvidos o Senhor Deputado do Chega, eu não falei mal da Oeiras Viva em momento nenhum. Falei mal, falei mal da atuação, falei mal da atuação da Câmara em relação à Oeiras Viva, são coisas diferentes.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Peço desculpa... Senhor Deputado, já não tem tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, não se refugie em...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. desligou o microfone, pelo que não foi possível transcrever o resto da intervenção do Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO).** -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado...”-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --

----- “Incorreto naquilo que diz. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “... Marques, tinha pedido a palavra, faz favor. Filipe Martins (IL), perdão.”-----

-----O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) referiu o seguinte-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----O Senhor Deputado do Evoluir ouviu metade da minha intervenção, na outra intervenção já estava a escrever aquilo que queria dizer e já não ouviu metade. Nós, de início, disse: a Iniciativa Liberal não quer fechar piscinas, não quer encerrar pavilhões, nem quer retirar serviços aos munícipes. A gestão de piscinas, pavilhões, atividades lúdicas, como aquelas exercidas pela Oeiras Viva são funções que estão no núcleo das competências municipais. A única coisa que defendemos é transferir essas competências para o interior do Município, como acontece em noventa e cinco por cento dos municípios portugueses. Os outros estão errados, os outros noventa e cinco estão errados? Talvez não, há cinco por cento que estão certos.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) observou o seguinte:-----

-----“Por isso, é lamentável não ter ouvido, do ponto....”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Não entram em diálogo. Não entram em diálogo uns com os outros.”-----

-----O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, era tudo. Obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Terminou, Senhor Deputado? Terminou, muito bem. Mais ninguém quer intervir nesta matéria? Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra?”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Breves notas apenas. Em primeiro lugar, para agradecer os elogios realizados por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Vossas Excelências, todos vós, à Oeiras Viva. Ouvi mesmo elogios aos serviços da Oeiras Viva pelo Orçamento, como se não fosse competência da administração da Oeiras Viva. Como se a administração da Oeiras Viva não fosse nomeada pelo Executivo Municipal. E como se não fosse o próprio Município a criar a Oeiras Viva e a Oeiras Viva não fizesse parte do setor empresarial local, portanto, é do Município. Agradecendo, já que estou em substituição do Presidente do Município, que é o Presidente da Câmara, estou eu aqui em representação, agradeço em nome do Presidente do Município os elogios feitos por Vossas Excelências ao Município de Oeiras. -----

----- Agora, senhores deputados, permitam-me dizer isto, Senhora Presidente, Vossas Excelências deviam ver, depois das Sessões, algumas discussões que têm aqui. São absolutamente estéreis. São estéreis estas discussões. Porque é que boa parte dos municípios podem não ter estas funções externalizadas, ou no setor empresarial local? Porque a maior parte dos municípios portugueses são municípios muito pequenos e não têm dimensão para ter um setor empresarial local. É essa a realidade dos nossos municípios e, por isso mesmo, é que a Associação Nacional de Municípios, como diz o Doutor Isaltino, é a “Associação Nacional dos Municípios Pequenos” e por isso é que não serve para nada. Não tem força negocial e isso mesmo está-se a ver na descentralização, porque é que não há verbas suficientes para os municípios, como são muito pequeninos, não há capacidade de negociação. -----

----- Mas contas de outro rosário. Que tem melhorado a eficiência da gestão da Oeiras Viva, objetivo. Senão, não estávamos a cumprir aqui os prazos e não estávamos aqui no primeiro trimestre, ainda que seja no último dia do primeiro trimestre do ano, conforme foi evidenciado pelo Deputado Jorge Rato (PS). Evidentemente estamos a cumprir melhor os prazos, estamos a financiar melhor. -----

----- Agora, e mais importante, que foi a questão verdadeiramente importante que saiu deste período, quanto à gestão dos pavilhões desportivos que passam para a Oeiras Viva. Claro está que as escolas não vão pagar, é equipamento partilhado. O que é que nós continuamos a fazer? Subsídio

à gestão. Transferimos recursos para a Oeiras Viva, a Oeiras Viva alugará tempo disponível dos pavilhões, quando não estiverem a ser ocupados por atividades escolares e, a partir daí, nós compensamos a gestão. Obras estruturais: Município. Obras simples decorrentes da gestão: Oeiras Viva. E daí estarem incorporados nos orçamentos. É isto que tem que se fazer. Este equilíbrio é difícil? Claro, falamos de setor empresarial local, falamos do Estado. Não é suposto, vejam... A criação do setor empresarial local não visa lucro. É isso que, muitas vezes, permitam-me dizer isto, a Iniciativa Liberal não percebe. Aquilo que eu estava a dizer ao Deputado Tomás Pereira (CEO), fora do que era meu dever de fazer, peço desculpa se interrompi, é saber-se boje o que é um bem público, porque é um bem público. A educação é um bem público, objetivamente. A saúde é um bem público, objetivamente. A prática desportiva, hoje, com aquilo que nós sabemos, é um bem público, claro que sim. O possibilitar desta prática desportiva a camadas da população que, sem apoio do Estado, e no caso o Estado é o Município. O Estado não é uma entidade só abstrata, é uma entidade multidimensional que aqui, no caso concreto, falamos da circunscrição administrativa do Município. Sem o Município e sem a intervenção do Município, boa parte daquelas pessoas tinham acesso à atividade desportiva? Evidentemente que não. Se era muito mais difícil fazer incorporado dentro do Município? Óbvio. Como é que nós fazíamos esta gestão do aluguer fora do período ocupado pelas escolas? Como é que o faríamos se estivesse entregue à Divisão do Desporto, ou à Divisão do Património? Seria uma Divisão do Património que teria esta função? Teria uma caixa para fazer isto? É por isso que existe o setor empresarial local. Claro está que um município mais pequeno, sem a densidade de um município como Oeiras que é, apesar de no mandato anterior se discutir muito isto, que é sobretudo um município urbano, apesar de polinucleado, é sobretudo um município urbano, a realidade densa exige outro tipo de gestão. E é por isso que temos setor empresarial local, não somos só nós. Muitos não têm, outros tantos que precisam de ter têm que ter. Vão lá bater à porta dos maiores municípios a perceber se não têm. Se não têm, vão ter. A partir do momento que começam a ter equipamentos para fornecer os tais bens



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

públicos necessários à vida coletiva contemporânea e à prestação destas, ou ao cumprimento destas funções sociais, quando precisarem de gerir esses equipamentos têm de criar este setor empresarial local ou, então, é muito mais difícil gerir. -----

----- Queiram Vossas Excelências saber que gostávamos nós que a Oeiras Viva tomasse, ou tivesse capacidade para tomar outras funções. Talvez agora estejamos nesse caminho. Queremos nós que assim seja, porque há muita função que a Oeiras Viva podia fazer que ainda não faz, mas também precisava de fazer um caminho. Vejam, nós encontrámos a Oeiras Viva há alguns anos e parece que foi assim há tanto tempo, mas não foi, vejam o estado em que estavam as piscinas, vejam as obras que tiveram que ser feitas no Porto de Recreio em Oeiras. Quem é que ia fazer estas obras, quando a Oeiras Viva estava ciclicamente sub orçamentada, ou com transferências inferiores ao que seria necessário para fazer estas intervenções? Uma vez que não foram feitas durante anos e anos as intervenções necessárias, quando não se faz a gestão, o resultado é depois fazerem-se obras maiores e, durante estes anos, o Município fez obras muito grandes em equipamentos da Oeiras Viva. Por favor, senhores deputados, visitem como está hoje o Porto de Recreio de Oeiras. Vejam como está a piscina de Barcarena. Vejam as intervenções que foram sendo feitas. Houve um caminho que foi sendo feito com muito sacrifício por parte da gestão da Oeiras Viva, dos serviços, porque nós gerimos num estado sempre curto. Sempre curto, com os recursos contados, bem geridos, com os recursos humanos possíveis. Mas muito foi feito estes anos portanto, eu queria, Senhora Presidente, em nome do Executivo, louvar o trabalho que a Oeiras Viva fez, a capacidade que tiveram de apresentar este contrato-programa, juntamente com os serviços do Município, porque isto é um trabalho articulado com os serviços do Município, que já muito melhorámos. -----

----- Portanto, o que interessa é continuarmos a fazer e continuarmos a provar que, pelo menos em Oeiras, é diferente. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

-----Estamos em condições de passar à votação desta proposta? Então eu coloco à votação.

Aprovada a proposta por maioria, com duas abstenções. Dois votos contra, perdão, da Iniciativa Liberal. Muito bem.” -----

4.3.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celma Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Afonso Duarte Guterres de Moraes), três do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar



W

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), e com dois votos contra do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 48/2026** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 160/26 - GCAJ - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA O ANO DE 2026 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E POSTOS DE TURISMO SOB GESTÃO DA OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e sessenta barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número quarenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em quatro de março, e deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, e com dois votos contra do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a celebração de contrato-programa com a Oeiras Viva, Empresa Municipal e a atribuição de um subsídio à exploração dos equipamentos desportivos sob sua gestão, no valor de um milhão e oitocentos mil euros, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.-----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 211/2026 – GCAJ – relativa à Insolvência da Sogapal – Sociedade Gráfica de Paiã, S.A. – Aquisição de imóvel em leilão (estabelecimento comercial) (os documentos referentes a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Quem pretende usar da palavra sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), Senhor Deputado Filipe Martins (IL). Faz favor, Senhora Deputada.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte: ---

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Mais uma proposta de trapalhadas. A proposta desta aquisição em leilão chegou a ser incluída na Ordem de Trabalhos de dez de março, aqui nesta Assembleia, a pedido da Senhora Presidente e extra-agenda, no início da Sessão. Não chegou, contudo, a ser discutida, dado que durante o período de intervalo foram detetados erros na proposta, o que fez com que não fosse colocada à discussão. E, portanto, trapalhadas. Depois disso, aconteceu uma Assembleia Municipal a dezassete de março, em várias reuniões de líderes que tivemos durante este mês, questionámos várias vezes quando é que viria esta proposta corrigida e podia ter, na verdade, ter-se marcado uma Assembleia Extraordinária de forma urgente, para que esta proposta viesse cá. Mas não, não foi essa a decisão. -----

-----O que é que a Câmara Municipal fez? Usurpou poderes que não eram seus e fê-lo em plena consciência disso. Primeiro, violou uma competência que é exclusiva da Assembleia Municipal, avançando com um processo de aquisição de milhões sem autorização prévia e, depois, tentou refugiar-se na ideia de que isto era para ratificação posterior. Isto não é um ato de gestão corrente, é uma decisão estrutural de aquisição patrimonial que compete, dado o valor, à Assembleia Municipal. Portanto, é inaceitável aquilo que foi feito. Mais grave ainda, participou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

num leilão público sem ter mandato para o fazer, colocando o Município numa posição juridicamente frágil e potencialmente inválida. -----

----- A seguir o que fez? Foi ao notário assinar uma escritura com base numa deliberação noventa e seis, que está na própria escritura, deliberação essa que tem erros e que, por isso mesmo, por ter erros, não foi analisada nem votada nesta Assembleia. Nem sequer é a que está agora em discussão. Foi efetuada a compra com uma minuta com erros, a correta seria, sim, aquela que estamos aqui a analisar, a duzentos e onze/dois mil e vinte e seis, que é tomada por esta Assembleia a decisão, e não a noventa e seis em aprovação.-----

----- Há ainda outros erros e contradições que não podem passar despercebidos e, portanto, também queremos deixar aqui essa indicação, porque fragilizam a proposta. O primeiro, porque há um risco claro de erro procedimental. As condições descritas na proposta não coincidem com o regulamento do leilão e, portanto, nomeadamente quanto ao pagamento do ato, em que o regulamento diz uma coisa, mas depois o vendedor diz outra, mas diz aonde? Onde é que isso está escrito? É que aqui aos deputados não foi dada essa informação por escrito. O regulamento fala que no ato tem que ser pago vinte por cento no sinal, mas não é isso que está a acontecer. E, portanto, estamos a decidir milhões com base em pressupostos que não estão comprovados, e que não estão escritos em lado nenhum.-----

----- Segundo. A questão do Tribunal de Contas é tratada com ligeireza. Aqui nos documentos que nos dão para analisar não é preciso visto do Tribunal de Contas. Estamos perante uma aquisição que é superior a setecentos e cinquenta mil euros e, portanto, claramente sujeita a escrutínio e que devia sim, no nosso entender, ser colocada à fiscalização do Tribunal de Contas. E a minha questão é se o Município confirmou isto com o Tribunal de Contas, ou se isto é um “achismo” colocado numa proposta de deliberação para os senhores deputados aqui votarem. ----

----- Terceiro. Neste caso há uma contradição evidente dos bens móveis, que se dizem em determinada altura na proposta que são de valor residual, mas depois, na mesma, representam um

valor de mais de um milhão de euros no preço. E, portanto, ou são residuais ou são relevantes, não podem ser as duas coisas ao mesmo tempo. -----

-----Por fim, a proposta inclui a remuneração da leiloeira no preço, mas o anúncio do leilão diz expressamente que o comprador está isento dessa comissão e, portanto, afinal, paga ou não paga? O nosso voto contra não é contra a aquisição em si, até porque o Grupo Político Evoluir Oeiras é favorável à reabilitação urbana, mas não pode acompanhar uma proposta cheia de erros, com trapalhadas e repleta destas trapalhadas a que o Executivo já nos habituou.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado Filipe Martins (IL).”-----

-----O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Há aqui um ponto prévio que não pode ser ignorado neste debate. Estamos hoje a ser chamados a autorizar algo que, na prática, já foi iniciado e concluído. Ou seja, estamos perante a tentativa de legitimar uma decisão de participação num leilão para aquisição de um imóvel industrial, quando esta decisão deveria, à partida, ter sido previamente autorizada por este órgão.

-----Posto este enquadramento, importa então olhar para o processo. E, aqui, o mínimo que se pode dizer é que não começou bem. Tivemos uma primeira avaliação que incidia sobre um imóvel que não correspondia ao ativo em causa. Não é uma nuance, não é um detalhe técnico, estamos a falar de uma avaliação feita ao imóvel errado. Isto não é uma interpretação nossa, é reconhecido na própria proposta como “um erro insanável”. Importa também dizer com clareza, esta Assembleia esteve prestes a deliberar com base numa avaliação errada e só não o fez, porque esse erro foi identificado atempadamente. Ora, isto significa que esta Assembleia foi, num primeiro momento, chamada a pronunciar-se com base em informação que não correspondia à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

9

realidade do ativo em causa, e isso é um problema sério, porque estamos a falar de decisões com impacto de milbões e este tipo de decisões exige rigor absoluto na informação que é prestada.----

----- Posteriormente, é feita uma nova avaliação suponhamos que, nesta vez, do imóvel correto, com valor diferente do anteriormente apresentado, o que confirma que não estamos perante um mero detalhe técnico. Ainda assim, o debate parece querer fugir à questão essencial. O que é que o Município anda a fazer num leilão a comprar ativos industriais? Vai passar a produzir serviços gráficos? Se calhar até era melhor, visto a quantidade de folhetos e de propaganda que produz, se calhar até é necessário ter serviços gráficos. Vai gerir máquinas industriais? Vai competir com empresas privadas? Ou isto é apenas um exercício de expansão do perímetro público, sem estratégia clara? Porque quando o Município entra no mercado para comprar ativos que poderiam perfeitamente ser adquiridos por privados, está-se a substituir à economia, está a afastar o investimento, está a reduzir a concorrência, está, no limite, a travar a criação de emprego. Oeiras tem uma dinâmica empresarial reconhecida, mas está progressivamente a eliminar os poucos espaços industriais que ainda subsistem. -----

----- E há ainda uma dimensão que não pode ser ignorada. Estamos a falar de uma intervenção que, em vez de reforçar o tecido económico, pode contribuir para o seu enfraquecimento, porque quando o Município entra no mercado para adquirir ativos industriais, não está apenas a substituir-se ao investimento privado, está também a retirar espaço à atividade económica, que são essenciais para o desenvolvimento. E convém lembrar que o setor industrial representa vinte e um por cento do PIB nacional. Não estamos, por isso, a falar de um setor residencial, estamos a falar de um pilar da economia, e as decisões deste tipo não podem ignorar este contexto. E, depois, perguntamos porque é que há territórios que vivem mais do setor público e cada vez menos da dinâmica económica industrial. Não, nós não queremos isso para Oeiras, não queremos um concelho dormitório, nem um concelho onde a Câmara compra ativos porque pode. Queremos um concelho onde a Câmara cria condições e deixa o mercado funcionar. E, já agora,

se o objetivo é requalificar o espaço urbano, ou melhorar áreas de localização empresarial, o Município tem instrumentos muito mais que adequados para o fazer. A nível da requalificação, ainda recentemente existiram oportunidades concretas, nomeadamente através do PRR, precisamente para apoiar os municípios na requalificação das suas áreas de localização empresarial. Não é preciso ir a leilão comprar fábricas para intervir no território e, sinceramente, e aqui é que vemos que não é estratégia, é intervenção sem critério suficientemente demonstrado. E quando a isso se juntam decisões que parecem anteceder a própria autorização e processos que começam com informação errada, o mínimo que se exigia era prudência mas, uma vez mais....” -

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, terminou o seu tempo, Senhor Deputado. Agradeço que conclua.”

-----O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“.... o que vemos é a insistência. E, por isso, com toda a clareza, votamos contra esta proposta.” - -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada. -----

-----Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra? Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** interveio e disse o seguinte:

-----“Senhora Presidente. -----

-----Relativamente a esta proposta, o nosso entendimento é que qualquer aquisição acima de trezentos e cinquenta mil euros (mais ainda quando falamos aqui em milhões), tem que ter sempre a fiscalização prévia do Tribunal de Contas e tem que ser aqui entregue o respetivo entendimento.-----

-----Outra situação. Nós solicitámos aqui, na altura quando foi abordado este tema,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

solicitámos uma certidão de teor, documento esse que não nos foi facultado uma vez que o outro documento encontrava-se, digamos, fora de prazo desde dois mil e vinte e quatro, e nós queríamos ver efetivamente o que lá se encontrava. -----

----- Depois, outra questão também interessante. O administrador judicial, relativamente a este processo, mencionou no seu relatório que não tinha feito uma avaliação presencial, portanto, foi uma avaliação feita a partir de papéis, documentação, etc. E também ficámos sem saber se depois, neste novo enquadramento, se esteve no local, se não esteve. Portanto, tudo isto aqui, realmente, é um pouco para desconfiar. Portanto, digamos que não há uma sustentabilidade, não há critério e, assim sendo, o Partido Chega não vai acompanhar esta proposta.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Mais algum dos senhores deputados pretende intervir? Levantaram ao mesmo tempo... Primeiro penso que Senhor Deputado Jorge Rato (PS), depois então a Senhora Deputada e depois o Senhor Deputado. Faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado.-----

----- Em face das questões que aqui foram colocadas, eu acho que tinha sentido o Senhor Vice-Presidente clarificar e esclarecer as questões e, só depois, então avançar para as votações. --

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Pediu a palavra a Senhora Deputada, faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Carla Oliveira (INOV25)** informou o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, eu vou só me ausentar da sala, porque eu não vou votar esta proposta, uma vez que tenho ligações ao GCAJ, de trabalho e, portanto, não me sinto confortável.”

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Faz favor, Senhora Deputada. -----

-----Senhor Deputado João Santos (CDU).”-----

-----O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu distinguiria aqui dois âmbitos da questão. A questão procedimental, processual, que já foi aqui apontada. No fundo, estamos a ratificar um ato que a Câmara Municipal já praticou em nome do Município, com base em documentação que levanta algumas dúvidas do ponto de vista formal. -----

-----Mas a questão essencial para nós coloca-se no plano estratégico e político, e que tem a ver com a possibilidade do Município adquirir, chamemos-lhe uma “alavanca” de qualificação e transformação de uma área industrial numa perspetiva da sua redinamização e refuncionalização progressiva, enquanto espaço multifuncional. E com essa estratégia, nós estamos completamente de acordo na perspetiva que, naturalmente, tem de ser um processo estudado, incrementalmente desenvolvido, mas parece-nos que é interessante que o Município possa alargar a sua esfera patrimonial, precisamente numa perspetiva de multifuncionalidade do território.-----

-----Estas áreas industriais mono funcionais são espaços que cumpriram uma função no seu tempo, têm o seu processo histórico. Cá está, eu compreendo a história e os seus tempos, e hoje temos de olhar de forma diferente para o seu futuro. E, portanto, nessa perspetiva, acompanhamos esta ideia do Município, mas concordamos que é fundamental esclarecer, do ponto de vista procedimental, os contornos que aqui foram levantados. Portanto, também concordamos que será muito importante o Senhor Vice-Presidente poder dar aqui a perspetiva de como é que a situação procedimental está clarificada nesta matéria. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) interveio e disse o seguinte:-----**

----- “Muito rapidamente, Senhora Presidente.-----

----- Apenas para dizer o seguinte: ficou perfeitamente cristalino que o Executivo não escondeu lapsos, corrigiu-os formalmente e politicamente. Mas traduzindo em linguagem política e não entrando aqui em tecnicidades e numa linguagem mais simples, o Município não está perante uma compra marginal, está perante uma peça capaz de influenciar a reconversão de uma frente industrial envelhecida e de lhe dar um novo sentido urbano, económico e funcional. E é precisamente aqui que a crítica superficial falha o alvo. O Município não está a comprar máquinas obsoletas por fetiche patrimonial, nem a fazer caridade à insolvência de quem quer que seja. Está a comprar capacidade de comando territorial. Está a deixar de ser apenas a entidade que licencia, para passar a ser também a entidade que desencadeia estrutura e orienta a transformação. Quando uma zona entra em decadência funcional a inação não é naturalidade, é cumplicidade passiva com a degradação. -----

----- E, para terminar, defender este ponto com densidade política, o ponto que foi aqui dito por alguns deputados, não significa suspender o escrutínio, escrutinar com inteligência. Eu considero legítimo exigir esclarecimentos sobre passivos ambientais, estruturais, avaliações, inspeções, Tribunal de Contratos, etc., etc. Mas, em política urbana séria, há alturas em que regular à distância não basta e temos que acompanhar o mercado. Há uma insolvência e um leilão em curso portanto, há momentos em que é preciso entrar no terreno, assumir o risco público e criar uma alavanca que o privado não criou. E é isso que está aqui em causa. Não estamos a votar uma excentricidade imobiliária, estamos a decidir se o Município quer, ou não, ter na mão uma peça que pode desencadear requalificação, nova centralidade, valorização territorial numa zona que há muito espera por isso. Ou seja, no sentido político que aqui defendemos é claro, é favorável, com

exigência, com memória do erro corrigido, com plena consciência da responsabilidade do ato e favorável, porque esta deliberação camarária recompôs juridicamente o processo, porque existe uma nova avaliação independente, e porque o enquadramento urbanístico legitima a opção. E, por último, porque o interesse público exige iniciativa, talvez não a liberal, a pior escolha é que seria sempre ficarmos parados.-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Mais alguém quer intervir sobre este ponto? Não? Então dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, eu ia começar por pedir à senhora diretora jurídica da Câmara Municipal de Oeiras, já que a nossa assessora jurídica, Doutora Mónica Albuquerque (CEO), já deu aqui um parecer, vamos pedir à diretora jurídica que efetivamente é jurista, licenciada em Direito e tem uma carreira de mais de vinte anos na Administração Pública...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“... que diga dos seus “achismos”. -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:

-----“Que diga dos seus “achismos”, já que a Doutora Mónica Albuquerque (CEO) diz que há uns “achismos” por parte do Município. Por favor, Doutora Verónica.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Faz favor.” -----

----- A Senhora Verónica Maia, Diretora do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico da C.M.O., prestou o seguintes esclarecimentos: -----

----- “Bem, muito boa tarde a todos. -----

----- Este não é um processo fácil. Aliás, talvez seja tinha sido dos processos que a estruturá-los, do ponto de vista jurídico, nos últimos anos tenha sido dos processos com maior complexidade que nós tivemos. E passo a explicar porquê. -----

----- Pelo valor que está aqui em causa, como todos os senhores sabem, este processo está sujeito a um visto do Tribunal de Contas. E ao visto do Tribunal de Contas está não apenas o contrato definitivo, mas qualquer sinal que a Câmara possa pretender dar nesta compra. Isto começando pela primeira parte que a Senhora Deputada referiu, que era o valor da licitação. A Câmara só poderia ter entregue um sinal na licitação deste bem, se já tivesse o visto do Tribunal de Contas a aprovar esta aquisição. De outra forma, a Câmara nunca poderia licitar. E, portanto, a nossa intenção num primeiro momento foi trazer à Assembleia autorização para podermos licitar até um determinado valor, na expectativa de esta autorização poder ser submetida ao visto do Tribunal de Contas. E se nos autorizassem, então aí nós estaríamos a licitar e poderíamos pagar. Não foi o caso, porque, infelizmente, houve um lapso no relatório de avaliação e a proposta teve que ser corrigida. Portanto, teve que ser feita uma nova avaliação. -----

----- Colocava-se outro problema, que era o seguinte: se a Câmara não estivesse presente neste ato público, portanto, neste leilão, a Câmara perdia a oportunidade de poder adquirir este ativo. E porquê? Porque para aquela área específica do território não existia um direito de preferência que permitisse ao Município poder vir a exercer o direito de opção nesta aquisição. Portanto, ou bem que a Câmara se apresentava neste ato público, manifestando a vontade e o interesse em adquiri-lo, ou então perderia esta oportunidade. Em termos políticos, foi considerado que esta era uma compra essencial para a requalificação urbanística daquele território. E isso é

uma decisão política que não cabe aos técnicos sufragar. Portanto, competirá aos senhores. -----

-----Agora, eu vou tentar explicar passo a passo que está aqui proposto nesta proposta de deliberação. Em primeiro lugar, nós não trazemos aqui uma ratificação de uma aquisição, porque esta aquisição ainda não ocorreu. Esta aquisição, e autorização para a aquisição, pertence a esta Assembleia Municipal. O que nós manifestámos no leilão judicial foi a intenção de adquirir. Intenção essa condicionada ao visto do Tribunal de Contas e à autorização pelos órgãos competentes. No fundo, é aquilo que no direito se chama “um ato praticado sob condição”. Se estas duas condições não se verificarem, o Município não compra. Portanto, só comprará, primeiro se a Assembleia Municipal autorizar; segundo se o Tribunal de Contas der o visto a esta aquisição.

-----Segundo. O que nós levámos à Câmara foi ratificar o mandato que o Presidente conferiu para que o Município estivesse presente no ato público. Não é isto que nós estamos a trazer à Assembleia Municipal, o que nós estamos a trazer à Assembleia Municipal é a aquisição e a aprovação do valor desta aquisição. -----

-----Mais que tenha aqui sido falado... Quanto ao estabelecimento comercial. Efetivamente, não é apenas o imóvel que nós estamos a comprar. E porquê? Porque foi uma das condições que o administrador judicial nos impôs. O que ele levou a leilão foi a venda do estabelecimento e não do imóvel. E a Câmara Municipal, no seu poder de gestão do património e do território, considerou que era preferível exercer a sua vontade de adquirir o estabelecimento sob pena de poder perder um ativo que era o imóvel. E, portanto, no fundo, o que nós trazemos aqui é esta proposta: é saber se os senhores deputados pretendem, ou não, autorizar a aquisição deste estabelecimento comercial pelo valor pelo qual foi licitado. -----

-----Não sei se há mais alguma questão.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. -----

-----Não sei se o Senhor Vice-Presidente quer continuar a usar da palavra para...” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bom, uma vez explicada a tecnicidade do assunto, do “achismo” do gabinete jurídico do Município, dizer o seguinte, e sobretudo para o Senhor Deputado da Iniciativa Liberal. Senhor Deputado, peço imensa desculpa dizer isto, Senhora Presidente, mas “a cada cavadela cada minhoca”. Vocês percebem tanto disto, como eu de lagares de azeite. Zero. Bola. Zero. Estão completamente fora, estão completamente fora do que é a governação do Município e, particularmente, do Município de Oeiras. Não conhecem, não sabem do que é que se está a falar, não imaginam do que é que se está a tratar. Não sabem sequer, ou parecem não saber que aquela área de Queluz de Baixo é uma área que está em reconversão urbana, atualmente com projetos a ser aprovados que transformam efetivamente aquele local. Não se sabe também que o próprio edifício que estamos a adquirir era um edifício com uma indústria ligeira, com uma licença precária. Com uma licença precária. Que os próprios arruamentos locais, estava previsto o seu alargamento, da transformação da cidade. E, depois, vêm para aqui dizer coisas tremendistas que eu há pouco disse a um deputado, agora digo-lhe a si: tenham um bocadinho de cuidado a falar do que não conhecem, porque podem conhecer os planos do Município e assim enriquecem-se e, quando falam aqui, não dizem baboseiras completas. Não dizem baboseiras. Dizer que o Município de Oeiras teve um crescimento económico e tal, e que agora está a perder fulgor, ou perder dinâmica. Os senhores vivem fora da realidade. Fora da realidade. Olhem à vossa volta o que está a acontecer. Olhem para o que está a acontecer à vossa volta. E não façam esse ar de surpresos porque se tiverem... Os moradores, os oeirenses sabem isso. Quando eu digo que falam aqui na Assembleia Municipal de modo estéril, as pessoas lá fora, a generalidade dos moradores do Concelho, ou a larga maioria, sabem e sentem o que é que está a acontecer. -----

----- Há pouco, eu falava com a Presidente da Junta de Freguesia de Barcarena lá fora sobre uma transformação que está a acontecer em Barcarena. Há outra em aprovação para o final da Consiglieri Pedroso, espero que saiba qual é que é a Consiglieri Pedroso. Toda aquela zona de

Queluz de Baixo está em reconversão. O que está a acontecer à entrada de Carnaxide na autoestrada, a transformação do nó da ACinco de Algés/Miraflores... É que... A sério, isto é muito difícil ouvir-vos, peço desculpa dizer isto, porque eu falo com os tais CEO's das empresas. Já contei a história aqui, que o CEO da Atlas Edge, que está nos cinco continentes - não está a falar de cor na Assembleia Municipal, está nos cinco continentes - diz, em todo o sítio onde vai, que a cidade com quem teve a melhor parceria na aprovação (apesar das dificuldades), no mundo inteiro, é Oeiras. E, no entanto, eu tenho de vir aqui ouvir um deputado municipal dizer que "a dinâmica está-se a perder". Senhor Deputado, o maior investimento de sempre realizado em Portugal há de ter sede em Oeiras. Há de ter sede em Oeiras nos próximos tempos. Portanto, vivam com a realidade. Em vez de partirem dos vossos preconceito e pressupostos oiçam, que é para não estarem com "achismos". Oiçam, perguntem para que é que é aquela aquisição e, depois, podem aceitar, ou não, o que é que o Executivo Municipal, ou para que é que o Executivo Municipal quer adquirir. Agora, partirem do vosso pressuposto e do vosso preconceito para fazer julgamentos, coloca-vos nessa posição, permita-me que lhe diga, Senhor Deputado. Coloca-o na posição de ridículo. Depois... Está ali o Senhor Deputado da CDU, que nós ideologicamente divergimos em muita coisa, a explicar que é o caminho de transformação da cidade que está a acontecer, porque o plano está feito. O plano está feito, está a tomar corpo. -----

-----Faliu a Sogapal. O que é que nós devíamos fazer? Agora vejam. Estou ali a olhar para senhora diretora jurídica, que participa nas reuniões de planeamento. Isto era simples. Como aquele terreno tem capacidade construtiva, o Município não ia ao leilão, ia um promotor qualquer, comprava o lote por "dez-réis de mel coado" e, com o lote, comprava o quê? A capacidade construtiva de edificação no local. Não estou a dizer nada de estranho, pois não? É assim que acontece. E, depois, o que é que vai? Vai e traz assim... Senhor Presidente... Acontecia o quê? O que aconteceu nos municípios ao lado. Percebam, oiçam para perceber o que é que aconteceu. Chega aqui tem este lote, diz assim: "Senhor Presidente, agora quero fazer aqui três prédios ou



Handwritten mark

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quatro, com cinco ou seis pisos. A capacidade construtiva permite. E depois nós não aprovamos, mete uma ação para a Câmara decidir porque tem o direito de construir lá e constrói. E fazemos aquilo que o Senhor Presidente chama a “política do salame”. Em vez de nós organizarmos o território, vem um aprova A, vem o dois aprova B, vem o três aprova C. E o que é que temos? Uma manta de retalhos no Concelho. Em vez de termos, ou no lugar de termos aquilo que tivemos nas últimas décadas, que alguns podem não gostar, mas é o melhor ordenamento do território em Portugal, tínhamos o quê? O salame. É isto que nós não estamos a permitir: o salame. É sobretudo por isto que nós estamos a adquirir este lote. E não tenham receio do Executivo ser contra os projetos industriais. Não poluentes e de alto valor acrescentado. Tudo o que for não poluente e de valor acrescentado tem lugar no Concelho de Oeiras. Não há de ser indústria pesada, como tínhamos no passado e livrámo-nos dela. Não há de ser esta indústria ligeira poluente, de mão de obra intensiva, mal paga e não especializada. Não a queremos. Queremos, como se dizia há bocado, os tais ordenados elevados. O tal ordenado mínimo acima de mil euros, no mínimo. É isso que nós queremos continuar a promover, mas para podermos ter, temos de intervir no território. Se vos custa que o Município, ou que este Executivo Municipal tenha uma ação interventiva no território, “azarucho” Esta é a nossa política. Nós não somos espectadores do que acontece no território de Oeiras. E acredite, Senhor Deputado, os oeirenses, se não gostassem disso, não votavam nos movimentos liderados pelo Doutor Isaltino. -----

----- É só, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) e depois a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO). Faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente.-----

-----Palavra de honra que, nos cerca de quatro minutos que falou a subdiretora jurídica, disse mais que o Senhor Vice-Presidente em quase um quarto de hora que, sinceramente, fala muito, mas clarifica pouco.-----

-----Portanto, aquilo que disse e daquilo que eu apercebi-me, da senhora subdiretora jurídica, é que houve uma compra sob condição, portanto, há um vínculo, há um direito real menor de aquisição que está condicionado ao Tribunal de Contas e, também, a vinda aqui a esta Assembleia. Se for assim...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Não, não foi isso que a senhora diretora jurídica disse.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Pois, então não sei. Então, sinceramente volto então ao princípio. É que se for assim, compreende-se. Se for assim, compreende-se. Agora, se não for assim, sinceramente, então isto está muito mal clarificado. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Queria dizer muito rapidamente ao Senhor Vice-Presidente que eu ainda sei ler, portanto, boa tentativa de atirar aqui uma cortina de fumo para cima dos deputados, mas não resolve. -----

-----Primeiro a proposta diz “revogar a proposta noventa e seis”, “ratificar os atos por mim praticados”, portanto, é assinada pelo Senhor Presidente, é ratificada...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Deputada, é que a Senhora Deputada já não tem tempo. Senhora Deputada, escute o que eu estou a dizer, não tem tempo.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Sim, Senhora Presidente. -----

----- Só para esclarecer que, de facto, não estamos aqui a votar...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “É que já ultrapassou e não tem...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, estamos aqui num dos pontos que diz...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu vou lhe retirar a palavra...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Mas é muito importante que a Senhora Presidente... Estou a querer fazer um Ponto de Ordem” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mas eu vou lhe retirar a palavra, Senhora Deputada.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: -----

----- “Queria fazer um Ponto de Ordem.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não tem tempo. Não posso permitir isso.” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente...”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, queria fazer um Ponto de Ordem.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente....”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** perguntou o seguinte:-----

-----“Posso fazer um Ponto de Ordem?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

-----“Eu estou a dirigir esta Assembleia Municipal. Acabei de dizer à Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) que está a falar para além do seu tempo e, portanto, não pode falar. E, portanto, estamos neste ponto da situação.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, pedi para fazer uma Interpelação à Mesa.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

-----“É este o ponto da situação.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** perguntou o seguinte:-----

-----“Posso fazer uma Interpelação à Mesa? É para a Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada, pode fazer a interpelação que quiser. Pode fazer a interpelação que quiser.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte **Interpelação à Mesa:**-----

-----“Senhora Presidente, dados os esclarecimentos que foram aqui dados e que não estão de acordo com o que está escrito, porque nós temos uma minuta que já foi a notário, aprovada, quando diz na deliberação “aprovar a minuta da escritura pública”, alguma coisa não está bem aqui.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Senhora Deputada...”-----
----- A **Senhora Deputada Mónica Alhuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção
dizendo o seguinte: -----
----- “E portanto...”-----
----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Mas terminou o seu tempo de intervenção...”-----
----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte: -----
----- “Senhora Presidente, mas a Senhora Presidente tem a responsabilidade de esclarecer
isto.”-----
----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Eu não posso violar o Regimento. Não posso violar o Regimento.”-----
----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** perguntou o seguinte: -----
----- “Como é que nós vamos votar isto? Desculpe lá...”-----
----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “E não vou violá-lo. E não vou violá-lo. Peço desculpa.”-----
----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** observou o seguinte: -----
----- “Senhora Presidente, ainda tenho tempo.”-----
----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Senhor Deputado.”-----
----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----
----- “Ainda tenho tempo.”-----
----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Senhor Deputado.”-----
----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

-----“Sim.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“Quer usar da palavra?”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** respondeu o seguinte:-----

-----“Quero, quero usar da palavra.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, eu referi que a senhora subdiretora mencionou uma compra sob condição. Senhora Diretora, uma compra sob condição. A Senhora Presidente disse que não foi nada disso.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Eu vou pedir à Senhora Diretora que venha novamente para esclarecer.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Foi uma compra sob condição. Se for uma compra sob condição, está perceptível.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, vou pedir novamente à Senhora Diretora que venha esclarecer.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte:-----

-----“Agradeço. É que a Senhora Presidente disse que não era.”-----

-----A **Senhora Verónica Maia, Diretora do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico da C.M.O.**, perguntou o seguinte:-----

-----“Posso? Dão-me licença?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

-----“A Senhora Diretora percebeu.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Verónica Maia, Diretora do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico da C.M.O.**, prestou o seguintes esclarecimentos:-----

----- “Eu vou tentar. Eu vou tentar. O que nós, em representação da Câmara, fizemos no leilão judicial foi uma intenção de compra. Em leilão, atenção. Senhor Deputado, em leilão foi uma intenção de compra. O que nós trazemos à aprovação da Assembleia é a compra. É o que está, Senhora Deputada, peço desculpa. -----

----- O que nós propomos à Câmara: -----

----- Ponto um: que revogue a proposta tal. Ponto dois: que ratifique os atos praticados pelo Presidente. E submete-se à Câmara, à Assembleia Municipal, peço desculpa, é a alínea C. O que é submetido aqui a este órgão é a aquisição do estabelecimento e a aprovação do valor. Os primeiros dois pontos e o quarto (que é a minuta) são da competência da Câmara, não são da competência da Assembleia. O que está a ser submetido à aprovação da Assembleia é a aquisição do estabelecimento e o valor da aquisição. Todos os outros pontos são da competência da Câmara.

----- Portanto, foi esta a intenção. Se foi mal redigida, a culpa é minha e assumo-a.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, está esclarecido?” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** respondeu o seguinte:-----

----- “Agora estou. Agora estou esclarecido. Agora com o Senhor Vice-Presidente é que é complicado esclarecer.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito bem. Sim senhor. O Senhor Deputado está esclarecido, os Senhores Deputados estão esclarecidos. Muito obrigada, Senhora Diretora. Estão todos esclarecidos. Feito este esclarecimento, podemos passar à votação do ponto quatro da nossa Ordem de Trabalhos?-----

----- Então eu ponho à votação esta proposta. Vota contra a Iniciativa Liberal, dois Deputados do Chega, o Evoluir Oeiras vota contra. Não há abstenções e, portanto, os outros todos

votam a favor, o que significa... O PAN? Não, mas eu estou ainda a dizer, os outros votam a favor, o que significa que... Ainda não terminei.... que a proposta foi aprovada por maioria. Os senhores têm de ter calma. Eu estou a falar, estou a dizer os resultados das votações, estou a dizer que a deliberação foi aprovada por maioria, não me podem interromper nesse momento. Agora terminei.”-- -----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Afonso Duarte Guterres de Morais), três do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo e Ricardo Correia Fernandes), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com seis votos contra, sendo dois do Partido Chega (Francisco O’Neill



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Marques, e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins). -----

----- Os Senhores Deputados Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias, do Partido Chega, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 49/2026** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 211/26 - GCAJ - INSOLVÊNCIA SOGAPAL - SOCIEDADE GRÁFICA DE PAIÃ, S.A. - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL EM LEILÃO (ESTABELECIMENTO COMERCIAL)** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e onze barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número vinte e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de março, e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com seis votos contra, sendo dois do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e dois do Partido Iniciativa Liberal, autorizar a aquisição do estabelecimento comercial da insolvente composto por imóvel, máquinas e equipamentos destinados à indústria gráfica, meios de movimentação e carga, mobiliário de escritório e equipamento informático, no âmbito da liquidação da massa insolvente da Sogapal - Sociedade

Gráfica de Paiã, Sociedade Anónima, pelo preço de quatro milhões novecentos e cinquenta mil euros. -----

----- A minuta de escritura pública de aquisição, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Alguma declaração de voto? Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), foi muito pronta a levantar a mão, a seguir também? A Senhora Deputada também? Mais alguém? Pronto. Faz favor, Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN).” -----

4.4.1.1. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Senhora Presidente, tendo em conta os esclarecimentos que foram aqui prestados. o PAN votou favoravelmente.-----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Para uma declaração de voto?”-----

4.4.1.2. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Foi para isso que eu pedi a palavra. -----

-----Só para esclarecer que o Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra, porque entende que trazer esta proposta aqui nesta fase do processo, se tratou sim de usurpação de poderes. Porque foi partido do princípio que a Assembleia Municipal votaria isto favoravelmente e, caso contrário,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não teriam ido a leilão licitar sem a prévia concordância da Assembleia.-----

----- Adiciono que esta questão da urgência desta proposta... Senhora Presidente, se eu puder continuar a minha declaração...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor de continuar, penso que nem está assim muito barulho agora.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte:-----

----- “Está, está.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Já esteve muito mais barulho.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte:-----

----- “Está, está.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Já esteve muito mais barulho.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu dizendo o seguinte:

----- “Pronto. Também me recordo que, em várias reuniões de líderes, foi afirmado que havia urgência nesta proposta, porque havia o leilão marcado, para dizerem que o leilão tinha sido falado com o leiloeiro e que iria ser adiado o prazo e, portanto, eu sei sim, quais são as competências dos vários órgãos. votámos contra porque entendemos que isto é usurpação de poderes da Assembleia Municipal e não o podemos aceitar, apesar de sermos favoráveis à reconversão urbana.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. Mais alguma declaração de voto? Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH).”-----

4.4.1.3. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte Declaração de

Voto:-----

-----“Senhora Presidente, nós só votámos contra porque a vontade negocial tem que ser livre, esclarecida e ponderada. E como aqui só houve este esclarecimento momentâneo, achámos por mal estar a votar a favor de uma coisa que está mal clarificada.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhor Deputado.-----

-----Mais nenhuma declaração de voto? Muito bem. Então passamos agora ao ponto cinco da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 212/2026 – GCAJ – relativa à Designação do Fiscal Único da Parques Tejo, E.M. (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“Quem pretende usar da palavra? Senhor Deputado João Viegas (INOV25) e a Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH). Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Como é hábito, e agradeço sempre que conceda, que sempre que há pontos relativos à Parques Tejo, como sou técnico superior dessa empresa, abstenho-me de votar, discutir, aprovar, qualquer documentação relativa à mesma. E vou me retirar da sala.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Sim senhor. Vai se retirar da sala. Faz favor. Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH), faz favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. Boa noite a todos, Senhores Deputados Municipais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Vice-Presidente da Câmara, caros munícipes, quem nos assiste em casa. -----

----- Um Fiscal Único para a Parques Tejo embora simplifique a estrutura da supervisão, centraliza excessivamente a fiscalização financeira e patrimonial numa única pessoa. Esta centralização pode limitar a diversidade de perspetivas em auditorias complexas e criar um ponto único de falha no controlo interno da empresa municipal. -----

----- Ao contrário de um conselho fiscal, um único fiscal pode não possuir conhecimentos aprofundados em todas as áreas dependendo da sua especialidade. Sendo uma pessoa singular, o Fiscal Único pode estar mais suscetível a pressões ou influências da gestão, diminuindo a sua isenção na análise de contas e processos, como os de estacionamento. A carga de trabalho e a responsabilidade civil e técnica recaem exclusivamente sobre um indivíduo.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, peço silêncio. Por favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “O que pode comprometer a profundidade da fiscalização em empresas com volume de operações significativo. A limitação na avaliação da gestão, a análise da regularidade da gestão pode tornar-se mais formalista e menos abrangente do que a realizada por um órgão colegial, dificultando a deteção de anomalias mais complexas. -----

----- Em resumo, o Chega considera que a principal desvantagem reside na fragilidade que a centralização da fiscalização num Fiscal Único pode trazer à robustez do controlo, comparativamente a um órgão fiscalizador com múltiplos membros. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Mais alguém pretende intervir sobre este ponto? Mais alguém pretende intervir? Não?

Muito bem. Então dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, querendo. Senhor Vice-Presidente, nada a dizer? Então vamos passar à votação do ponto cinco. Aliás, não é uma votação, isto é uma apreciação. Portanto, está apreciada. É, é, votação, exatamente. Apreciação e votação. Abstém-se o Partido Socialista, Evoluir Oeiras e Chega. E os restantes votam a favor. Então, está aprovada por maioria esta proposta.” -----

4.5.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Afonso Duarte Guterres de Moraes), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com oito abstenções, sendo três do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Lucas Caeiro Lourinho) e duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira). -----

----- Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, João Carlos Macedo Viegas e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 50/2026** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 212/26 - GCAJ - DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA PARQUES TEJO, E.M.**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e doze barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número vinte e seis da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de março, e deliberou por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com oito abstenções, sendo três do Partido Socialista, três do Partido Chega e duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, aprovar a designação, para fiscal único da Parques Tejo, Empresa Municipal, a firma “Kreston & Associados - SROC, Limitada”, pelo período de quatro anos, com a remuneração mensal de seiscentos e dez euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 218/2026 – DMOGAH/DAQV/UPAG –

relativa às Feiras de Artesanato de Paço de Arcos e Queijas – Isenção de Pagamento de Taxas 2026 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Alguém pretende usar da palavra sobre as taxas? Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras é favorável à realização de atividades de rua.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Silêncio, Senhores Deputados. Não se consegue ouvir. Silêncio.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Somos favoráveis à realização de atividades de rua, à promoção de entidades locais e ao dinamismo que estas iniciativas trazem ao espaço público. Estas pequenas feiras têm um papel relevante na proximidade com as populações, na valorização do comércio local e na criação de comunidades mais vivas e participadas. Reconhecemos assim este mérito e defendemos que o Município deve sim apoiar este tipo de iniciativas, mas deve fazê-lo com transparência, critérios claros e rigor na utilização de recursos públicos. -----

-----Ora, verificamos nesta proposta que vem à Assembleia ao abrigo do artigo quadragésimo do RPATOR (Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas), precisamente porque estamos a isentar entidades que não são associações, nem entidades culturais ou de âmbito local e social, porque se fossem não estaríamos aqui a votar, estaria ao abrigo de outro artigo. Estamos sim, a isentar operadores privados e, por isso, é que a proposta cá vem. Portanto, são pessoas individuais ou até entidades coletivas com atividade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

económica. Já aqui também o dissemos muitas vezes que, quando se pede à Assembleia uma isenção, e lembro-me de uma proposta até recentemente retirada precisamente por esse ponto, por o Senhor Vice-Presidente concordar com aquilo que dissemos na altura e, mais uma vez, aqui temos uma proposta que isenta alguém (sabe-se lá quem) e por que valor (sabe-se lá qual). Não se sabe. Porque temos dois pontos que devemos ter, e já pedimos muitas vezes que estejam na proposta de deliberação, que é quem é que estamos a isentar e por que valor. E, mais uma vez, temos aqui uma proposta que falha nos dois. Não identifica claramente os beneficiários e apresenta apenas no corpo do texto e não na deliberação, os valores estimados, variáveis, resultando numa isenção completamente cega. E convém recordar que já tivemos neste plenário, como eu disse, propostas em que se garantiu também que não havia empresas envolvidas (certamente a Senhora Vereadora Susana Duarte se lembrará), e que depois, afinal, da deliberação, afinal, eram empresas e depois viemos a saber mais tarde. -----

----- Não podemos votar e aprovar isenções sem saber exatamente quem beneficia das mesmas e qual o impacto real do Município. Há ainda uma total ausência de critérios objetivos para a atribuição desta isenção. Não há qualquer definição concreta, mensurável ou replicável a avaliar. Não sabemos que condições têm de ser cumpridas, quais as metas, como é que vai ser efetuada a avaliação. É um relatório? É que, no limite, sem critérios, Senhor Vice-Presidente, sem critérios claros, qualquer iniciativa pode ser considerada de interesse público, e isso fragiliza a decisão e o próprio papel desta Assembleia. -----

----- E, portanto, quem é estamos a isentar? Qual é o valor? Quais são as metas? Como é que se avalia? -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Mais alguém pretende falar sobre este ponto? Ninguém? Senhor Vice-Presidente,

pretende usar da palavra? Peço desculpa, parece..., foi muito tímido, eu não o vi, não o vi levantar a mão. Senhor Presidente da Junta, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, faz favor.” --

-----O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Cara Presidente. -----

-----Eu relativamente a esta proposta, tenho a dizer que é muito importante para as dinâmicas das nossas freguesias. E, relativamente às feiras que têm sido realizadas em Carnaxide, pela senhora que está aqui bem mencionada, Ana Margarida Lourenço, tem provas dadas já há vários anos, e tem realizado iniciativas muito positivas onde organiza estas feiras, com várias pessoas que conciliam a sua vida profissional com estas iniciativas para ganharem, para receberem mais um valor ao final do mês, o que é ótimo para elas e também potenciam os espaços dos mercados, beneficiando também os concessionários. -----

-----Para além destas questões mais financeiras e de desempenho financeiro, estas iniciativas também são muito importantes, porque são do agrado da nossa população, que adere a estas iniciativas já com provas dadas. Tenho de dar os parabéns à Vereadora Susana Duarte, porque tem insistido neste género de iniciativas, não só no exterior, no espaço público das nossas freguesias do Município, mas também no interior dos mercados, a dinamizar os mercados, por isso é muito, muito positivo e existem provas dadas. -----

-----Obviamente que as avaliações de desempenho são difíceis, mas sugiro à Deputada Mónica Albuquerque (CEO) a visitar estas feiras. Fica a conhecer mais a dinâmica do nosso Município, mais a nossa realidade e, por isso, seria muito importante e dessa forma não estaria aqui a pedir burocracias desnecessárias para a realização destes eventos.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. -----

-----Senhor Vice-Presidente, agora sim.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu, com a sua licença, pedia à Vereadora Susana Duarte para esclarecer o que houver a esclarecer.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Faz favor, **Senhora Vereadora.**” -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Eu acho difícil esclarecer, no ótica que eu, do que leio da proposta, que eu própria assinei e que os serviços aqui, a bem dizer, bem redigiram, tem o nome das promotoras, tem quais, quando e onde serão os eventos, tem os valores a isentar de cada uma das atividades. Até suprimimos algumas coisas que, noutras edições realmente tinham apontado, portanto, aprendemos com aquilo que possam ter sido erros anteriores, ou melhorias a fazer. Os próprios serviços fizeram a proposta, eu diria que tem tudo aquilo que a Senhora Deputada diz, eu não vejo onde possa haver dúvidas, tirando que tanto a Senhora Teresa Coutinho, que já fazia feiras até anteriores à minha presença neste Executivo, mas independentemente disso, é alguém que não faz disso a sua atividade principal. É alguém que faz isto porque gosta de Paço de Arcos, porque viveu toda a vida em Paço de Arcos e sempre achou que isto era uma forma de dinamizar o centro histórico. E nós, a bem, tentámos aqui congrega esforços e também pretendemos fazer com que a zona do mercado e a Praceta Dionísio Matias tenham mais atividade. Este é um desses momentos.

----- A outra, não poderei dizer melhor do que o Senhor Presidente de Junta, que disse que, realmente, tem sido alguém que na zona de Carnaxide e principalmente em Queijas, tem dinamizado. Foi das primeiras, senão a única naquela altura, a desenvolver feiras ali. Hoje em dia mostrou e deu o exemplo a outros, eu diria maiores e aí sim empresas, que não é o caso, a fazer

feiras ali. E, nestes dois casos, até são pessoas extremamente sensíveis socialmente, e que muitas das vezes ajudam a que pequenas artesãs e os pequenos comércio tenham ali uma oportunidade.

-----Eu acho que é isto que não se está a notar aqui e é essa a intenção desta proposta. Porque muitas das vezes nós olhamos para isto e não compreendemos o intuito da proposta. O intuito da proposta é ajudar duas pessoas, no caso, que organizou estas duas feiras, que se o Município não fizer esta isenção deixam de as fazer. Não estamos a falar de grandes promotores que têm capacidade de pagar estes valores e não ter um problema amanhã, e fazem porque são rentáveis. Estas duas têm mais difícil na sua rentabilidade, tendo em conta a dimensão daquilo que é o objetivo destas feiras. Portanto, elas são de sobeja necessidade, sendo dado este apoio, porque senão não seria dado, porque como bem sabe, há outras feiras no Município com outras instituições que podem pagar as suas taxas e nós achamos muito bem que, se há lucro, se a coisa tem o seu desenvolvimento, eles próprios querem ter a sua independência e gerir até as suas próprias entidades que convidam. Aqui não, aqui há uma noção clara do apoio social e também aqui cultural a estes pequenos empreendedores. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Vereadora. -----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Bom, depreendo então pelas palavras da Senhora Vereadora que as isenções são dadas no Município a quem precisa. Não devia ser esse o critério. Tal como eu disse, deve ser pelo mérito da atividade e pelos benefícios que traz para o Município e para os munícipes e deve sim, ser avaliado, deve ser feito.... Senhora Presidente, não sei se...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Faz favor de continuar, olhe o seu tempo está a decorrer.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, quando são outros grupos políticos...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada...” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Quando são outros grupos políticos a falar, os outros deputados têm que estar todos no silêncio.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Não, não, não. Quantas vezes... Senhora Deputada...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “A Senhora Presidente já chamou a atenção do Grupo Político Evoluir Oeiras várias vezes esta Sessão. Quando são outras pessoas a falar por cima do nosso tempo, o mesmo alerta não é feito, peço desculpa.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, faz favor de concluir. Faz favor de concluir.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Pronto. Estava eu a dizer que no caso das iniciativas que são válidas, são meritórias, elas devem ser avaliadas sim. E em relação ao que a Senhora Vereadora não percebeu, é que todo o blá blá blá que está no texto, é perfeitamente válido. Mas aquilo que já foi dito aqui várias vezes, e o Senhor Vice-Presidente já concordou, é que na proposta que está em votação tem que lá estar

quem é que é e quais são os valores. Se a Senhora Vereadora vir a proposta, vê que não estão lá. Quando está a votar, não estão lá. Não estão lá. É isso que sai na deliberação, é a parte deliberativa da proposta. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Ninguém? Podemos passar à votação então. Está aprovada por unanimidade.”-----

4.6.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Afonso Duarte Guterres de Moraes), três do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-----

----- Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 51/2026** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 218/26 - DAQV - FEIRAS DE ARTESANATO DE PAÇO DE ARCOS E QUEIJAS – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS 2026** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e dezoito barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número trinta e dois da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de março, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar a isenção do pagamento das taxas referentes à realização das Feiras de Artesanato de Paço de Arcos (Praceta Dionísio Matias) e Queijas (junto ao mercado), no âmbito das políticas de valorização do comércio

de proximidade, qualificação do espaço público, promoção da economia criativa e salvaguarda da identidade local, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: -----

-----“Faremos chegar uma declaração...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Farão chegar uma declaração de voto escrita, é isso?” -----

4.6.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Senhora Presidente, faremos chegar uma declaração de voto escrita.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Sim senhor. Muito obrigada. Muito obrigada.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“O GPEO votou favoravelmente esta proposta, por considerar que estas iniciativas têm impacto positivo na dinamização local e na valorização do espaço público. Mas este voto não dispensa um alerta claro ao Executivo. O que hoje aqui discutimos não é apenas o mérito das feiras — é a forma como esta Assembleia é chamada a decidir sobre isenções de receita municipal, decisão que exige propostas completas, claras e rigorosas.-----

-----Foi-nos assegurado, em resposta, que a informação necessária constava da proposta.

-----Mas o essencial não é estar algures no processo — é estar, de forma inequívoca, na deliberação que votamos. É aí que têm de constar, sem margem para dúvida, os elementos fundamentais de decisão. Por isso, reiteramos o que já foi várias vezes defendido nesta Assembleia e houve concordância do executivo. Não podemos continuar a votar isenções sem uma proposta de deliberação completamente transparente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais do que isso, é fundamental dar um passo em frente na forma como estas iniciativas são acompanhadas. Não basta autorizar, é preciso avaliar. Definir metas, estabelecer critérios claros e garantir a apresentação de relatórios de atividade que permitam perceber o impacto real destas decisões. Só assim se assegura uma gestão responsável, escrutinável e orientada para resultados. É nesse sentido que deixamos este compromisso político: valorizamos estas iniciativas, mas seremos exigentes na forma como são propostas, fundamentadas e avaliadas.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhores deputados, senhores deputados, vamos passar ao ponto sete da nossa Ordem de Trabalhos. Nós não estamos na feira...” -----

4.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 225/2026 – DMAG/DFP/DP – relativa à Desafetação do domínio público para integração no domínio privado de uma parcela de terreno sita na Rua António Pedro, Carnaxide – Retificação da Proposta N.º 83/2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Quem pretende inscrever-se? Senhores deputados, eu apelo, apelo a que se comportem com dignidade nesta Assembleia. Como consta do Regimento, os senhores deputados devem pautar-se com um comportamento digno. Estão numa Assembleia Municipal. E, portanto, quem pretende, pergunto novamente, quem pretende inscrever-se relativamente a este ponto sete da nossa Ordem de Trabalhos? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Começo por ligar esta proposta que aqui temos em análise à posição que aqui assumimos aquando da votação há um ano da proposta oitenta e três/dois mil e vinte e cinco. O problema de base não começa de hoje, começa no próprio alvará de loteamento cinco/noventa e

um que consideramos um erro urbanístico na Serra de Carnaxide. Estamos a falar de uma área sensível da Serra de Carnaxide, numa zona que devia integrar um corredor ecológico de proteção da ribeira da Outurela e do farol da mama sul. -----

-----E isto não é apenas uma leitura política, é o próprio PROT-AML (Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa) e a Estrutura Ecológica Metropolitana que reconhecem a relevância estratégica deste território. Ora, o que temos hoje aqui é mais um capítulo desta história. Um erro de há um ano, uma operação que pode parecer administrativa, mas que é uma desafetação, uma permuta e que, na prática, continua a consolidar decisões urbanísticas erradas do passado. -----

-----Assim, a permuta pode ser tecnicamente compreensível mas, no essencial, estamos a ajustar o território ao erro, em vez de proteger o que ainda resta na Serra de Carnaxide. E há aqui uma incoerência política que não podemos ignorar, Senhora Presidente. No início desta mesma Assembleia, o Grupo Político do INOV, que suporta o Executivo Municipal de Isaltino Morais, apresentou uma proposta de moção para a proteção da Serra de Carnaxide. Mas a realidade é outra, senhores deputados. Nas propostas concretas continuamos a retirar parcelas do domínio público (ainda que pequenas), para viabilizar soluções privadas. Não podemos defender a proteção em abstrato e, ao mesmo tempo, ir aprovando decisões que vão no sentido contrário na Serra de Carnaxide.- -----

-----Por último, a proposta reconhece que o processo não está fechado, que depende ainda de validações técnicas, jurídicas e alterações de alvarás. Portanto, não sei se o Senhor Vice-Presidente, que também está na conversa paralela, se me quer esclarecer se estamos aqui a deliberar sobre algo que ainda não está completamente consolidado, dada esta informação que está na própria proposta. -----

-----Em suma, esta proposta pode parecer de pequena dimensão e uma pequena correção, mas não é uma pequena correção, é o princípio que envolve, é mais um passo na consolidação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

1

um modelo de ocupação errado em plena Serra de Carnaxide. -----
----- Muito obrigada.”-----
----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----
----- Mais algum dos senhores deputados se quer inscrever para usar da palavra sobre este ponto? Não? então eu dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, querendo.”-----
----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio disse o seguinte:-----
----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----
----- Antes de passar a palavra ao Vereador Nuno Neto, que é o Vereador do património e responsável por esta proposta de deliberação, dizer duas ou três notas à Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) sobre a questão de coerência ou incoerência. Senhora Deputada, entenda de uma vez por todas, eu percebo que Vossa Excelência tenha dificuldades em aceitar isto, mas quem plantou o que está na Serra de Carnaxide foi o Doutor Isaltino. Foi o Doutor Isaltino que liderou o processo de plantação na Serra Carnaxide. Eu percebo que seja desconfortável. Por exemplo, ali os Senhores Deputados do Chega vivem num universo paralelo, então o líder da bancada confunde-se nos seus próprios pensamentos quando os tem, o que é um privilégio, não é? Pensa sobre nada e coisa nenhuma ao mesmo tempo. Portanto, o normal é confundir-se todo. -----
----- Senhora Deputada, gostem ou não, a Serra de Carnaxide foi plantada pelo Doutor Isaltino Morais, naturalmente, do ponto de vista da liderança. Eu nem sabia isto, que o Senhor Deputado Carolo (PS), ao que parece, esteve na plantação quando era garoto, já há muito tempo provavelmente. Muito jovens do Concelho de Oeiras foram plantar. Quando o Concelho de Oeiras estava a plantar árvores na Serra de Carnaxide, o Concelho da Amadora estava a aprovar betão. Gostem ou não. Nada tem a ver a paisagem do lado da Amadora com a paisagem do lado de Oeiras. Não se sintam desconfortáveis com isto, porque é o que é. É o que é. Isto está nas imediações do que é a Serra de Carnaxide, mas não está na Serra de Carnaxide, muito menos, muito menos no

cume da serra, como vimos agora as construções na Amadora. -----

-----Senhor Vereador Nuno Neto, por favor, esclareça a questão destes importantíssimos quarenta metros quadrados de correção.” -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito boa tarde, Senhora Presidente...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Tem o microfone ligado? Tem?” -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Tenho, tenho. Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----A intervenção da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) não se refere, com certeza, a esta proposta...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, Senhor Vereador, tem de falar para o microfone, para o ouvirmos.”

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“... porque faz uma série de considerações que não têm a ver com o teor da proposta.

-----E, em suma, o teor da proposta é apenas corrigir o loteamento de origem, que vem, por lapso de uma informação do urbanismo, complexamente identificado. É uma informação técnica complexa, e o número do loteamento de origem, de onde se destacou esta parcela, é aqui corrigido. Apenas isso. -----

-----As considerações que a Senhora Vereadora faz, que a Senhora Deputada faz, nada têm a ver com o teor da proposta e foram, muito melhor do que eu saberia responder, respondidas pelo Senhor Vice-Presidente. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Senhora Deputada, faz favor.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Eu queria dizer que os limites da Serra de Carnaxide claramente não são os mesmos que nós consideramos do que aqueles que o Executivo considera. Portanto, considera que o limite da Serra começa onde o interesse da construção acaba, e a nossa visão não é essa. Portanto, sim, a nossa análise desta proposta está correta. Já estava correta há um ano, quando votámos cá a outra, que esta agora vem corrigir. Sim, pode haver construção...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, façam silêncio para a Senhora Deputada concluir, senão tem sempre mais tempo. Faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Sim, pode haver construção do lado da Amadora, mas nós somos a entidade fiscalizadora em Oeiras e é em Oeiras que estamos a analisar esta proposta, e esta proposta é, sim, a perpetuação de um erro de construção na Serra de Carnaxide.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende usar da palavra? Faz favor de continuar, então.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada, eu percebo o seu desconforto, mas o seu desconforto é o de todos os hipócritas que são expostos.-----

----- A Senhora Deputada, em relação à Serra de Carnaxide, é hipócrita, é incapaz de dizer assim: na Amadora provocaram-se verdadeiros atentados urbanísticos. Deram cabo da estrutura verde do concelho. Foi preciso ir a uma reunião do Conselho de Ministros, porque estava a ser

destruída a estrutura verde da Amadora. Betonizaram a serra toda, construíram até ao limite do concelho e violaram o limite, entrando no Concelho de Oeiras. Do lado do Concelho de Oeiras está verde, está protegido, está plantado. E quem liderou o processo das plantações na Serra de Carnaxide, quem protegeu a Serra de Carnaxide, o que hoje existe, foi o Doutor Isaltino Morais.

-----Goste ou não, o seu desconforto é o desconforto dos hipócritas quando são expostos. Porque Vossa Excelência diz assim: “É preciso preservar do lado de Oeiras, do lado de Oeiras”. Não, Senhora Deputada, é preciso tomar políticas ambientalmente sustentáveis em todo o lado. E Vossa Excelência é incapaz de criticar onde se faz mal e é incapaz de criticar o que Oeiras faz bem. Vai ficar sempre desconfortável porque eu estarei sempre aqui para dizer o quão hipócritas vocês são.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada, é para? Sim. Então faz... tem tempo ainda, não é? Tem tempo? Faz favor.” -----

-----**O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Eu também tenho.”-----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção: ----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Não é questão de ser incoerente. A serra tem de ser preservada. A questão é que Oeiras não faz tudo bem, nem tenho de estar aqui a dar os parabéns a Oeiras por plantar árvores fora do tempo, fora do tempo, que não deviam estar a ser plantadas, mas, fora disso, já veio cá e já... posso?” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Faz favor de continuar, Senhora Deputada, a sua voz ouve-se.”-----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “... já veio cá uma proposta, já veio cá uma proposta que foi chumbada pelo INOV e pelo PSD, e já hoje aqui o afirmámos, de proteção da Serra de Carnaxide, com um plano de salvaguarda. E o que é que fez o INOV e o PSD? Chumbaram essa proposta. E também sabe, o Senhor Vice-Presidente, muito bem, que no PDM a serra não está preservada. A serra não está preservada quando permite a construção de equipamentos. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Podemos passar à votação deste ponto da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

4.7.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Afonso Duarte Guterres de Moraes), três do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar

União Algés 25 (Patrícia Paula Guterres Jorge Camarinho), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com dois votos contra do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira). -----

-----Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, João Carlos Macedo Viegas e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 52/2026** -----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 225/26 - DP - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA ANTÓNIO PEDRO, CARNAXIDE - RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA N.º. 83/2025**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e vinte e cinco barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número trinta e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de março, e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com dois votos contra do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, aprovar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a retificação da proposta número oitenta e três, de dois mil e vinte e cinco, relativa à desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área total de trinta e seis vírgula noventa metros quadrados, para sua integração no domínio privado municipal, melhor identificada na planta de localização elaborada no sistema de referência global cartográfico em vigor PT-TM zero seis/ERS oitenta e nove, a seguir descrita: -----

----- - Parcela de terreno denominada Parcela A, com a área de trinta e seis vírgula noventa metros quadrados, a qual confronta a norte com o lote trinta e três, a sul com domínio público municipal (zonas verdes de proteção e enquadramento) provenientes das cedências do alvará de loteamento número um, de dois mil e nove, a nascente com lote trinta e três e a poente com Rua A, atual Rua António Pedro, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Está aprovada por maioria. Portanto, terminamos o Período da Ordem do Dia e agora temos a intervenção do público. Eu peço silêncio, peço silêncio.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Temos agora a Intervenção do Público. Eu tenho aqui como primeiro inscrito, o Senhor Anderson Pires, faz favor. Peço silêncio para ouvirmos o senhor que vai fazer a sua intervenção.” -----

5.1. O Senhor Anderson Pires, Município de Oeiras, disse o seguinte: -----

----- “Posso? Boa tarde. Cumprimento a Senhora Presidente Maria do Rosário, o Senhor Vice-Presidente Francisco, o Executivo, os Vereadores presentes, os Deputados presentes e também os munícipes que estão nos assistindo, e aqueles que nos assistem online. -----

----- Senhor Vice-Presidente, eu venho trazer dois temas que o Senhor trouxe hoje, que eu

acho muito importantes, e um deles fala sobre património público. Os dois temas: um é sobre habitação e o outro sobre educação. Não é nenhuma crítica, nenhum pedido, nada, apenas uma ressalva e, ao final, um pedido sobre um tema. -----

-----Eu gostava de elucidar e separar bem uma questão que eu estive presente na última reunião pública de Câmara, onde foi votada a atribuição de mais cento e uma casas de habitação social. Acho bem, temos de vangloriar o que é feito. Acho que Oeiras entrega muitas casas sociais. Só que eu deixo aqui uma reflexão, que eu sei que essa Casa não consegue resolver, por conta do nosso regime político, uma vez que isso não é desta esfera, e sim da esfera do Estado, do Poder Legislativo, lá do Parlamento, e não daqui. Isso vem da Troika e de outras coisas, e tudo da geringonça, mas eu sei que foi feito tudo dentro dos padrões e, pronto, está dentro da legislação.

-----Uma coisa que eu gostava que fosse, e muita gente gostava, era separar a habitação social, que é um direito constitucional, de um direito real; separar o “erga omnes” do que seria “inter partes”, ou seja, o direito à propriedade, na minha opinião, à propriedade. -----

-----Hoje nós temos à volta de trinta e dois pontos de habitação social, à volta de mil e duzentas ou mais casas sociais em Oeiras, e acredito que é uma quantidade que conseguiria assistir, uma vez que o direito real de propriedade ficasse com a Câmara e fosse cedido às pessoas que precisassem apenas o direito ao uso. -----

-----Então, vou deixar uma reflexão rápida aqui: hoje convido-vos a refletir sobre a essência do direito de propriedade. Como sabemos, esse direito real nobre confere ao titular um feixe de faculdades: usar, fruir, dispor e reaver o bem. É um pleno poder direito, oponível a todos, garantindo que quem é dono dele pode, legalmente, alienar ou legar o imóvel. É precisamente essa plenitude que me leva a defender uma posição clara. -----

-----A habitação social não pode nem deve ser tratada como um direito real de propriedade na mão do beneficiário. Atribuir a uma família, numa situação de carência, propriedade com uma casa social é, ao meu ver, um contrassenso. Transforma um bem escasso, destinado a uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Handwritten mark

necessidade temporária ou transitória, num património disponível...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Desculpe interrompê-lo, Senhor Município. É que este tempo dedicado ao público é para trazerem à Assembleia assuntos.” -----

----- **O Senhor Anderson Pires, Município de Oeiras,** disse o seguinte: -----

----- “Ok. Eu estava a falar a respeito do que é um assunto cultural, ou seja, do que eu falei. Então, eu passo ao segundo tema, Senhora Presidente, não há problema.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não, eu queria que concretizasse qual é o motivo por que veio, e que aspeto concreto...” -----

----- **O Senhor Anderson Pires, Município de Oeiras,** interveio e disse o seguinte:-----

----- “O motivo pelo que eu venho... aproveito, se a Senhora me deixar falar, eu falo, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Digamos, nós não estamos aqui para discutir assuntos teóricos sobre política de habitação nem nada disso. A intervenção do público é para nos trazer problemas concretos pessoais da sua vida ou de outros municípios. É para isso.”-----

----- **O Senhor Anderson Pires, Município de Oeiras,** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Ok, Senhora Presidente. Eu vou direto ao segundo ponto, então. O problema aqui é um problema concreto social, sim.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Pronto. Coisas concretas. Sim, coisas concretas, porque não estamos aqui para discutir teoricamente...” -----

----- **O Senhor Anderson Pires, Município de Oeiras,** continuou a sua intervenção dizendo

o seguinte:-----

-----“Quando nós temos um direito à propriedade que é modificado com direito real e confundido, também é um problema social. Mas eu passo ao segundo ponto.-----

-----O segundo ponto é o seguinte: no dia vinte e três de dezembro, eu estive nesta Casa e questionei o Senhor Presidente e o Vice-Presidente — aliás, o Senhor Francisco aqui presente — e os deputados e outras pessoas a respeito da matéria do Oeiras Educa. E disseram — ou seja, isso foi trazido aqui por uma outra mãe, foi trazido por mim como pai e depois, passado um período depois dessas intervenções, teve ali o “Tal & Qual” a informar, a dar a informação de que o Presidente Isaltino haveria mandado investigar isso.-----

-----Então, a minha pergunta é: foi investigado? E quem foi ouvido? Em que pé é que anda isso? Foram retirados os materiais do Oeiras Educa que não conferem? A pessoa que aprovou aquele material, ou aquele “cunhão”, foi responsabilizada? Em que pé estamos sobre esse tema e quais as respostas que vocês têm para a sociedade?-----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada. Vamos então ouvir a outra munícipe inscrita, que é a Senhora Dona Marina Marques, faz favor.”-----

5.2. A Senhora Marina Marques, Munícipe de Oeiras, disse o seguinte:-----

-----“Boa tarde.-----

-----Eu, na terça-feira, recebi uma carta em casa com ordem de despejo da Câmara Municipal de Oeiras. Eu dirigi-me à Câmara, resolvi a minha situação. Entretanto, eu chamei a CMTV, expus a situação à CMTV, mas a CMTV não contou a verdadeira história. Veio dizer que a Câmara de Oeiras me abandonou, que me queria pôr na rua a mim e às minhas três filhas, onde não é verdade. Onde eu estou agradecida à Câmara de Oeiras por não me meter na rua a mim e às minhas filhas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, era isso que a Senhora queria vir aqui trazer à Assembleia. Muito obrigada.

----- Penso que, perante a intervenção da munícipe, não haverá mais perguntas. A situação foi resolvida e, ao contrário do que foi noticiado falsamente, não foi isso. A Senhora munícipe veio aqui dizer que a Câmara Municipal de Oeiras lhe resolveu o problema e, portanto, não ficou na rua. -----

----- A nossa Sessão está... até vou dar a palavra ao Presidente, de qualquer modo, porque tivemos o primeiro interveniente, e vou dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente para se pronunciar.” -----

5.3. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, sobre as questões que foram trazidas sobre o Senhor Anderson. Senhor Anderson, como deve entender, o senhor não é deputado municipal; a política faz-se pelos deputados municipais. -----

----- O senhor aqui está na qualidade de munícipe, coloca questões e nós respondemos.---

----- Sobre a questão que colocou do Oeiras Educa, eu não sei se os seus contactos estão com o apoio do Município, dos serviços do Município, porque foi feito um relatório sobre isso. Eu posso pedir para lhe ser comunicado por escrito, que envio para a Senhor Presidente da Assembleia ou dou conhecimento à Assembleia Municipal — e informamos por escrito os procedimentos que foram desenvolvidos. -----

----- Foi questionada a razão dos conteúdos, foram alterados os conteúdos, foi tudo tratado e acho que está tudo regularizado em relação àquele assunto. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada. Vou dar a palavra aos líderes dos Grupos Políticos Municipais para,

querendo, pronunciarem-se. Alguém pretende usar da palavra? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.”-----

5.4. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Queria saudar os munícipes que cá vieram hoje trazer-nos questões. -----

----- E, pronto, no caso da segunda munícipe, trouxe-nos um caso que, felizmente, já está a ser acompanhado e resolvido, mas eu gostaria de lembrar outros dois que já vieram cá à Assembleia, salvo erro há duas Assembleias, e que também tinham a ver com pessoas em situação de sem-abrigo, para o qual, na altura, a Câmara disse que já estava a acompanhar, mas que sei que, até à data, não foram resolvidos e as pessoas continuam na rua, nomeadamente um casal com animais de estimação e outro casal que o munícipe veio cá referir na zona da Estação Rádio Naval.

-----E, portanto, na altura fizemos um requerimento para que os relatórios dos dois casos nos fossem remetidos e, até à data, não foram. -----

-----E, portanto, gostaria de aproveitar este momento para saudar que esta situação foi resolvida, ou está em vias de resolução, mas que existem outras que devem ser resolvidas e que os requerimentos dos deputados são para responder. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais ninguém pretende intervir? Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor.” -----

5.5. O Senbor Deputado António Moita (INOV25) disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, eu só queria realçar que nem num dia em que alguém vem aqui, numa situação que se percebe que não é fácil, para fazer aquilo que, enfim, nem todas as pessoas fazem — que é a reposição de algo que era falso, em função daquilo que nos foi dito —, nem nesses dias algumas forças políticas se contentam com isso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS



----- Eu, pela minha parte, fico muito contente com aquilo que ouvi aqui e realço a importância daquilo que se passou, porque é raro isto acontecer. -----

----- Felizmente, aconteceu. -----

----- Felizmente, a Câmara Municipal foi sensível às questões que foram colocadas e fê-lo, tanto quanto percebi, em tempo útil. -----

----- Isso, para mim, é que é importante, e isso, para mim, é que era importante realçar e dar nota de que, afinal, nem tudo é mau. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. Senhora... embora não seja...” -----

5.6. A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Madalena.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Tem algum elemento para, para...” -----

----- A **Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) disse o seguinte: -----**

----- “Não, só tenho um elemento para adicionar...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----**

----- “... relativamente àquilo que a Doutora Mónica (CEO) acabou de referir e que, reitero a informação que foi dada nesta Assembleia. -----

----- A situação de um casal que foi despejado, estava a ser acompanhada, quer pela

Câmara, quer pela técnica da Junta de Freguesia. Foram disponibilizadas várias soluções ao casal. Obviamente que não podiam ir para uma casa de habitação social com cinco animais e o casal não a aceitou. E, portanto, meteram-se no carro e disseram que não queriam nada e foram-se embora.

-----Portanto...”-----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:**-----

-----“... ouça, se ficaram aí é porque não quer...”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte:**-----

-----“Senhora Deputada, não responda, Senhora Deputada.”-----

-----**A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:**-----

-----“Se não se importa, a Senhora não sabe ouvir, só sabe falar, por aquilo que nós temos percebido nos últimos tempos.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte:**-----

-----“Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), por favor respeitemos o tempo das pessoas.”-----

-----**A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:**-----

-----“E, de facto, o casal não quer nenhuma solução que lhe é apresentada pela Câmara e pela Junta de Freguesia.”-----

-----E, obviamente, estamos num Estado de Direito, as pessoas são livres e não podemos obrigar ninguém a ir para uma casa de habitação social ou ir para um alojamento local temporário. E esta é a situação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

M

----- A outra, a que se referiu, desconheço. -----

----- Agora, também sei que estes relatórios não são habitualmente enviados por ninguém, por questões, porque têm questões sigilosas. -----

----- E é tudo, Senhora Presidente. Muito obrigada. Aproveito para desejar a todos uma boa Páscoa.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), faz favor.”-----

5.7. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, logicamente tem de haver justiça, quando logicamente vimos atos solidários e, realmente, é de reconhecer o gesto que teve a Câmara em ter facultado um teto a esta senhora. -----

----- Eu também quero aqui partilhar uma situação que se passou ali com o Senhor Presidente da União de Freguesias Carnaxide e Queijas, também perante um casal com um filho que ficou na rua, em que a União de Freguesias foi correta, albergou a família durante duas semanas e, realmente, publicamente eu quero agradecer ao Senhor Presidente da União de Freguesias, porque teve um gesto que não podemos deixar na gaveta e temos de dignificar. -----

----- Muito obrigado.”-----

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu a Sessão dizendo o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado,-----

----- Não havendo mais nada, damos por encerrada, dou por encerrada esta Sessão. Uma boa Páscoa a todos.”-----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e trinta e cinco minutos.-----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e

pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,-----

Maria do Rosário Barboza

-----O Primeiro Secretário,-----

Luiz Carlos de Almeida

-----O Segundo Secretário,-----

Demétrio de Oliveira Lessa